

MARIA ALICE MOTA

**FORMAS DE REFERENCIAÇÃO A PESSOAS:
uma abordagem variacionista**

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2013

MARIA ALICE MOTA

**FORMAS DE REFERENCIAÇÃO A PESSOAS:
uma abordagem variacionista**

Tese apresentada ao Programa de Pós –
Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade
de Letras da Universidade Federal de Minas
Gerais, como requisito parcial para obtenção do
título de Doutor em Linguística.

Área de Concentração: Linguística Teórica e
Descritiva

Linha de Pesquisa: 1A - Estudo da Variação e
Mudança Linguística

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jânia Martin

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2013

*Para o amado José Augusto,
incentivador de todos os meus
sonhos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela saúde, disposição e iluminação para o trabalho.

Ao querido José Augusto pelo incentivo, apoio e compreensão.

À professora Jânia Martins Ramos por sua atenção e por sua disposição para atender-me; por sua boa vontade em partilhar o seu vasto saber; por sua orientação tranquila, paciente, precisa e segura.

À professora Cândida Seabra pelas valiosas sugestões e contribuições no momento da qualificação.

À Universidade Estadual de Montes Claros pelas horas concedidas para o desenvolvimento da pesquisa.

À Fapemig pelo auxílio através da concessão de bolsa de estudos.

À Edvânia Nunes Rafael pela preciosa ajuda na coleta de dados, transcrições e informações importantes e necessárias sobre Aparecida do Mundo Novo.

Às alunas da Unimontes, Fernanda César, Ana César, Larissa Antunes, Pâmella Durães e Raíssa Vieira pela ajuda na coleta e transcrições dos dados.

À Amanda, Pedro Luís e Pablo pelas informações sobre o uso dos Softwares Ucinet Windows 6.0 e Netdraw 2.28.

À querida Dalta Moraes pelos preciosos ensinamentos de vida.

À querida D. Trindade por todas as suas orações.

À amiga Maria da Graça pelo incentivo nas horas de cansaço.

À Zezé e Arlete pela presteza com que me atenderam na logística para as viagens.

O nome não é como um manto que se pode arrancar e rasgar pelas costas, mas é uma veste perfeitamente ajustada, como a pele que cresce e que não se pode raspar e arranhar sem fazer mal também a ele.

GOETHE

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar o uso das formas de referenciação a pessoas no português brasileiro falado, partindo da hipótese de que as escolhas feitas pelos falantes são condicionadas por fatores linguísticos e sociais. O *corpus* foi formado a partir de uma amostra composta de 24 entrevistas com moradores de duas áreas geográficas distintas e índices de população e desenvolvimento humano diversos: o distrito Aparecida do Mundo Novo (MG), e Belo Horizonte (MG), região escolhida para que se pudesse fazer um estudo comparativo com a comunidade pesquisada, uma vez que, conforme se sabe, o Estado de Minas Gerais possui diferentes áreas dialetais, e Belo Horizonte constitui um centro metropolitano que recebe pessoas de diferentes regiões. Para a análise, foram identificadas duas variantes: (1) o nome oficial, como *José, José Paulo, José dos Santos*, e (2) outros antropônimos diferentes do nome oficial, como *Zé, Zé de Paulo, Zé de Juca*. Foram selecionadas as ocorrências em que a referência é indireta, ou seja, a pessoa referida não é o entrevistado. Mais exatamente, quando as formas de nomear são usadas para fazer menção a uma terceira pessoa. São apresentadas análises quantitativa e qualitativa. A metodologia de tratamento dos dados foi a Teoria da Variação integrada à análise das redes de relações sociais dos informantes. Os resultados mostram que, em Aparecida do Mundo Novo, é mais frequente o uso dos nomes morfologicamente modificados, já em Belo Horizonte, é mais frequente o uso de nomes sem modificações. Identificadas e tipificadas as interações entre os informantes das amostras, atribuem-se os resultados ao grau de densidade das redes de cada comunidade analisada. A correlação tipo de referenciação escolhida e densidade de redes é também encontrada em comunidades portuguesas em outros momentos de tempo. A pesquisa diacrônica nos permitiu verificar que um mesmo processo se repete através dos anos. O estudo desse tema apresenta mais evidência a favor da atuação do Princípio Uniformitário.

Palavras-chave: Antropônimos; Referenciação; Variação; Redes.

ABSTRACT

This work aims to study the use of the referral forms to people in Oral Brazilian Portuguese, starting from hypothesis that the choices made by the speakers are conditioned by social and linguistic factors. The *corpus* was formed by a sample consisting of 24 interviews with residents in two distinct geographical areas and with diverse population index and human development: the Aparecida do Mundo Novo municipality (MG) and Belo Horizonte city (MG), a chosen region so that they could make a comparative study with the studied community, since, as we have known, the Minas Gerais state has different dialect areas, and Belo Horizonte is a metropolitan center that welcomes people from different regions. For the analysis, two variants were identified: (1) the civil name as *José, José Paulo, José dos Santos*, and (2) other anthroponyms different civil names such as *Zé, Zé de Paulo, Zé de Juca*. It was selected the instances in which the reference is indirect, that is, the one to whom the reference has been made to is not the interviewed. More accurately, when the naming forms are used to mention a third person. The quantitative and qualitative analysis are presented. The data processing methodology was the Variation Theory integrated to the networks analysis of the residents' social relations. The results show that in Aparecida do Mundo Novo, the use of morphologically modified names is the most frequent, while in Belo Horizonte the use of names without modifications is the most frequent. After identifying and typifying the interactions between the informants' samples, we attribute the results to the networks density degree of each analyzed community. The correlation, the referencing type and the density of the selected networks are also found in Portuguese communities in other periods of time. The diachronic study allowed us to verify that the same process is repeated through the years. This issue study presents more evidence for the acting of the Uniformitarian Principle.

Keywords: Anthroponyms; Referral; Variation; Networks.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Diagrama da tipologia dos antropônimos	45
Figura 2 – Localização de Aparecida do Mundo Novo – MG	73
Figura 3 – Localização de Belo Horizonte – MG.....	77
Figura 4 – Estrutura de rede de baixa densidade.....	91
Figura 5 – Estrutura de rede de alta densidade.....	91
Figura 6 –Mesorregiões de Minas Gerais	131
Foto 1 - Igreja Matriz de Nossa Senhora Aparecida em Aparecida do Mundo Novo – MG .	170
Foto 2 - Rua da comunidade de Aparecida do Mundo Novo – MG.....	170
Foto 3 - Moradias da comunidade de Aparecida do Mundo Novo – MG	171
Foto 4 - Bairro da comunidade de Aparecida do Mundo Novo – MG.....	171
Foto 5 - Tropeiros de Aparecida do Mundo Novo. – MG.....	172
Gráfico 1 - Distribuição das ocorrências conforme a ordem de menção.....	96
Gráfico 2 - Distribuição do tipo de elemento linguístico que se segue ao nome individual ...	97
Gráfico 3- Distribuição das variantes conforme a estrutura interna do sintagma nominal	98
Gráfico 4 - Distribuição das variantes conforme o elemento linguístico à esquerda do nome individual.....	98
Gráfico 5 - Frequência das variantes conforme a idade dos informantes.....	99
Gráfico 6 - Frequência das variantes conforme o gênero dos informantes	100
Gráfico 7 - Distribuição das variantes conforme a área geográfica dos falantes	100
Gráfico 8 - As Redes de Relações Sociais em Aparecida do Mundo Novo-MG.....	101
Gráfico 9 - Interação entrevistador-entrevistado – Belo Horizonte-MG.....	102
Gráfico 10 - Distribuição das variantes conforme a área geográfica	116
Gráfico 11 - Distribuição do modificador de [NP].....	116
Gráfico 12 - Detalhamento dos elementos linguísticos à direita do nome individual.....	117
Gráfico 13 - Tipo de elemento linguístico à esquerda	118
Gráfico 14 - Detalhamento do tipo de elemento à esquerda.....	118
Gráfico 15 - Distribuição dos antropônimos com alteração	119
Gráfico 16 - Alterações morfológicas 1 e 2.....	119

Quadro 1 - Relação entre definições de termos – português europeu e português brasileiro..	49
Quadro 2 - Tipologias das alcunhas nos estudos antropológicos	58
Quadro 3 - Estratificação da amostra	72
Quadro 4 - Codificação das variantes	86
Quadro 5 - Tipos de vínculos encontrados entre os falantes de AMN	90
Quadro 6 - Interações entre os falantes	92
Quadro 7 - A variável dependente	93
Quadro 8 - Descrição da estrutura do Sintagma Nominal (SN)	127
Quadro 9 - Grau de interações entre falantes	169
Quadro 10 - Normas de transcrição de texto falado	173

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Matriz idêntica Aparecida do Mundo Novo – MG.....	101
Tabela 2 – Matriz idêntica de BH.....	102
Tabela 3 - Distribuição das formas de referenciação nas amostras de Aparecida do Mundo Novo (AMN) e Belo Horizonte (BH).....	103
Tabela 4 - Posição do elemento linguístico que acompanha as formas de referenciação	105
Tabela 5 - Detalhamento do tipo de elemento linguístico à esquerda	105
Tabela 6 - Detalhamento do tipo de elemento linguístico à direita	106
Tabela 7 - Tipo de modificador [de NP] ou outros em AMN	107
Tabela 8 - Realização morfológica das formas de referenciação em AMN.....	108
Tabela 9 - Tipos de alteração morfológica 1 em AMN.....	109
Tabela 10 - Tipos de alteração morfológica 2 em AMN.....	109
Tabela 11 - Posição do Elemento que acompanha as formas de referenciação em BH.....	111
Tabela 12 - Detalhamento do tipo de elemento linguístico à esquerda	111
Tabela 13 - Detalhamento do tipo de elemento linguístico à direita	112
Tabela 14 Tipos de alteração morfológica 1 em BH	113
Tabela 15 - Distribuição das variantes conforme o gênero do informante.....	113
Tabela 16 – Distribuição das variantes conforme a faixa etária do informante	114
Tabela 17 - Distribuição das variantes em Moisés (1995)	124
Tabela 18 - Distribuição ausência e presença de artigos antes de antropônimos em Moisés (1995) e Mota 2013).....	125
Tabela 19 - Distribuição ausência e presença de artigos antes de antropônimos em cinco localidades do Estado de Minas Gerais	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMN –	Aparecida do Mundo Novo
ár. –	árabe
BH –	Belo Horizonte
cf. –	confira
Distrib. –	distribuição
Elem. –	elemento
FIG. –	figura
fr. –	francês
gr. –	grego
GRAF. -	gráfico
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Km –	quilômetro
lat. –	latim
p. –	página
PR –	peso relativo
s.f. –	substantivo feminino
SN –	sintagma nominal
SP –	sintagma preposicional
TAB. –	tabela

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	AS FORMAS DE REFERENCIAÇÃO A PESSOAS	21
1.1	REFERÊNCIA E PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO	21
1.1.1	O processo de referenciação	23
1.2	OS NOMES PRÓPRIOS	24
1.2.1	O conceito de nome próprio	26
1.2.2	Os nomes próprios como formas de referenciação	27
1.2.3	Nomes próprios como formas de referenciação a pessoas: propostas tipológicas	29
1.2.3.1	A proposta tipológica de Vasconcellos (1928)	30
1.2.3.2	A proposta tipológica de Iria Gonçalves (1988 [1971])	38
1.2.3.3	A proposta tipológica de Amaral (2011)	42
2	PERCURSO HISTÓRICO DOS NOMES DE PESSOA	51
2.1	A FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DOS NOMES DE PESSOA EM PORTUGAL	51
2.2	AS ALCUNHAS	56
2.2.1	As alcunhas como objeto de estudo interdisciplinar	56
2.2.2	As alcunhas nos estudos antropológicos	57
2.3	APELIDOS	61
2.4	CONSIDERAÇÕES	62
3	PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	64
3.1	A TEORIA DA VARIAÇÃO	64
3.1.1	A regularidade e a sistematicidade na variação	65
3.1.2	Os problemas que norteiam o estudo da variação	66

3.1.3	O problema das restrições.....	67
3.1.4	O problema de transição	67
3.1.5	O problema do encaixamento	67
3.1.6	O problema da avaliação.....	68
3.1.7	O problema da implementação.....	68
3.2	A DIMENSÃO HISTÓRICA NA TEORIA DA VARIAÇÃO	69
3.2.1	O princípio uniformitário.....	70
3.3	A COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA	72
3.3.1	A dimensão e a estratificação da amostra.....	72
3.4	BREVE PANORAMA HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DAS REGIÕES DA COLETA DE DADOS	73
3.4.1	Formação do Norte de Minas.....	73
3.4.2	A comunidade de Aparecida do Mundo Novo - MG	75
3.4.2.1	Um breve relato histórico	75
3.4.3	A cidade de Belo Horizonte – MG	76
3.5	A COLETA DOS DADOS.....	77
3.6	O SUPORTE QUANTITATIVO.....	78
3.7	AS VARIÁVEIS	79
3.7.1	A variável dependente	79
3.7.2	As variáveis independentes	80
3.7.2.1	Variáveis linguísticas ou internas	80
3.7.2.2	Variáveis extralinguísticas ou externas.....	83
3.8	A CODIFICAÇÃO DOS DADOS	85
3.9	A ANÁLISE DE REDES SOCIAIS.....	87
3.9.1	O suporte qualitativo: a análise de redes sociais.....	88
3.9.2	Elementos básicos de uma rede	88
3.9.3	A análise das redes sociais de relacionamento	89
3.9.4	Os tipos de vínculos sociais entre os informantes	89
3.9.5	O grau de densidade e multiplexidade nas redes sociais	90

4	A ANÁLISE DOS DADOS	93
4.1	A ANÁLISE QUANTITATIVA DO <i>CORPUS</i> GLOBAL	93
4.1.1	Os fatores analisados no corpus global	95
4.1.1.1	Fatores linguísticos	95
4.1.1.1.1	O fator ordem de menção	95
4.1.1.1.2	O fator elemento que se segue ao nome individual	96
4.1.1.1.3	O fator estrutura interna do sintagma nominal	97
4.1.1.1.4	O fator tipo de elemento linguístico à esquerda do nome individual	98
4.1.1.2	Fatores extralinguísticos	99
4.1.1.2.1	O fator faixa etária	99
4.1.1.2.2	O fator gênero	99
4.1.1.2.3	O fator área geográfica	100
4.2	A ANÁLISE DE REDES	101
4.3	A ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> POR LOCALIDADE	103
4.3.1	A análise da amostra de Aparecida do Mundo Novo-MG	103
4.3.1.1	Variável dependente	103
4.3.1.2	As variáveis independentes	104
4.3.1.3	As variáveis independentes internas	104
4.3.1.3.1	Posição do elemento linguístico que acompanha as formas de referenciação	104
4.3.1.3.2	Tipo de modificador [de NP] ou outros	107
4.3.1.3.3	Realização morfológica do núcleo nominal	107
4.3.1.3.4	Alteração morfológica 1	108
4.3.1.3.4	Alteração morfológica 2	109
4.3.2	Variáveis independentes externas	110
4.4	A ANÁLISE DA AMOSTRA DE BELO HORIZONTE	110
4.4.1	As variáveis independentes internas	110
4.4.1.1	Posição do elemento linguístico que acompanha as formas de referenciação	110
4.4.1.2	Alteração morfológica 1	112
4.4.2	Variáveis independentes externas	113

4.4.2.1	O fator gênero	113
4.4.2.2	O fator faixa etária.....	114
4.5	COMPARANDO OS RESULTADOS DAS DUAS LOCALIDADES: Aparecida do Mundo Novo e Belo Horizonte - MG.....	115
4.6	CONSIDERAÇÕES.....	120
4.7	ESTUDOS PRÉVIOS RELACIONADOS AO USO DOS ANTROPÔNIMOS: comparando resultados.....	123
4.7.1	Estudos sobre presença/ausência de artigos antes de antropônimos	123
4.7.2	Estudos sobre o processo de hipocorização dos antropônimos.....	138
4.7.3	Estudos sobre formas de referenciação a pessoas.....	140
	CONCLUSÕES	152
	REFERÊNCIAS	156
	APÊNDICE A - FICHA SOCIAL	166
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO	167
	APÊNDICE C - FICHA PARA ANOTAÇÕES DE CAMPO	168
	APÊNDICE D - QUADRO GRAU DE INTERAÇÕES ENTRE FALANTES – ANOTAÇÕES DE CAMPO	169
	APÊNDICE E – FOTOS DA CIDADE DE APARECIDA DO MUNDO NOVO - MG	170
	ANEXO A NORMAS DE TRANSCRIÇÃO DE TEXTO FALADO.....	173

INTRODUÇÃO

Benveniste (2005) afirma que a língua deve ser considerada, primordialmente, como uma forma de comunicação que possui, entre outras funções, a de descrever e denominar a realidade na qual está inserido o processo de enunciação. Esse processo diz respeito ao ato individual de mobilização da língua. Ou seja, a língua é posta em funcionamento, e o locutor seleciona os elementos linguísticos que lhe são convenientes para expressar-se.

Dessa maneira, nas interações verbais, locutor e interlocutor escolhem uma diversidade de atitudes que apontam para diferentes perspectivas com as quais irão coincidir, aproximar-se ou se distanciar. O êxito da comunicação dependerá, inclusive, da seleção de formas linguísticas adequadas à situação de comunicação. Como não se pode desvincular a linguagem da sociedade, é necessário que se conheçam as normas que regem o comportamento adequado dos membros de um meio social, os quais estabelecem regras que regulam esse comportamento. Portanto, trata-se de um código social que, se for transgredido, poderá causar prejuízo no relacionamento entre os interlocutores (SILVA, 2008). Entende-se que as práticas de escolha e atribuições de nomes para a referenciação a pessoas fazem parte dessas regras sociais.

Seabra (2000, p. 1959) afirma que falar de referência em Onomástica implica falar em cultura, história e rede social, e que essa referência, observada na teoria do grupo social, está ligada a um jogo no qual os interlocutores mantêm um diálogo repleto de significações comuns. Portanto, devido à necessidade de nomear, diferenciar e indicar, o indivíduo, fundamentado no ambiente em que vive, “usa variadas estruturas linguísticas que combinam motivação, convenção e identificação, que são um produto psíquico da história sócio-político-cultural de um povo.”

Segundo Dick (1990, p. 178), o estudo dos antropônimos é importante porque “referem-se, com exclusividade, à distinção dos indivíduos entre si, no conjunto dos agrupamentos sociais”, permitindo e possibilitando à comunidade constituída adquirir uma “personalidade vivenciada através da nominação dos seus membros”. A autora ressalta que esses antropônimos “são fontes de conhecimento tão excelentes quanto as melhores evidências documentais” e que representam “verdadeiros registros do cotidiano”, que se manifestam nas atitudes e posturas sociais.

Sabemos que, para nomear uma pessoa, diferentes formas de referenciação podem ser usadas: o nome oficial, como *João, João Paulo, João da Silva, Silva*, ou outra denominação diferente do nome oficial, como *Janjão, João do Ribeirão, Joãozinho, Jojó, João de Paulo*, entre outros. O que leva uma pessoa ou uma comunidade a escolher entre essas formas é a nossa indagação.

Há que se considerar ainda que tanto o nome oficial quanto as outras denominações podem vir acompanhadas de um outro elemento linguístico que indica parentesco (tio, tia, madrinha, padrinho), cortesia (senhor, seu, dona, senhora), profissão (professor, doutor), ou outros elementos, como artigos, pronomes, adjetivos, entre outros.

As formas de referenciação acima referidas, assim como os outros elementos linguísticos que as acompanham são importantes quando as analisamos do ponto de vista de suas funções sociais no discurso, já que cada situação comunicativa implica um uso diferente dessas formas. Como normalmente as sociedades estão divididas hierarquicamente, a referenciação que é feita a um membro de uma comunidade dependerá do papel que desempenha e de suas características: idade, sexo, posição familiar, profissão, grau de intimidade, tipo de rede social, etc. Assim, cada pessoa tratará a outra de acordo com a posição que ambas ocupam na comunidade e de acordo com o modo como uma se coloca diante da outra.

Guimarães (2002) argumenta que, ao lado da nomeação dada pelos pais, existe outra que é dada a partir da enunciação dos pais, ou seja, o nome dado pelo pai é alterado no processo de vida social do indivíduo. Observa-se, portanto, que a enunciação não é unívoca, pois uma pessoa não tem, durante sua vida social, um único nome, podendo ter até vários nomes pelos quais é referenciado.

Percebe-se então que, apesar de o nome oficial funcionar como único, ele não é, uma vez que há lugares enunciativos diferentes que levam a diversas nomeações. E é dentro dessas nomeações que se encontram as formas de referenciação. Assim, considerando as variações dessas nomeações, interessa-nos saber: 1) Quais seriam as motivações linguísticas ou extralinguísticas para a ocorrência dessas formas? 2) Por que o uso de tais formas mudam frequentemente, ora sendo representado por um nome oficial, ora por outras denominações que indicam parentesco, região de origem, profissão, característica física?

Na busca de resposta para essas questões, analisamos uma amostra composta por entrevistas com informantes do Norte de Minas Gerais, naturais de Aparecida do Mundo Novo.

Elencamos as diversas formas de realização das formas usadas na referenciação.

Foram identificados dois tipos de situação: aquela em que a referenciação é efetivada diante do referido (referenciação direta), como em: “Ô, *Pati*, Cristina vai conseguir engravidar”, e outra em que a referenciação é efetivada na ausência do referido, ou seja, o interlocutor é outro e não aquele a quem se referiu (referenciação indireta), como aparece em: “Lembro, no::ssa, é, *Cristina de Valdomiro*”. Para efeito de análise, formamos um *corpus* em que se reuniram as formas de referenciação indireta. Algumas das ocorrências coletadas aparecem em (1-10).

- (1) Aí mais **Camilo** foi e saiu atrás dos ratos.
- (2) ... igual meu médico, **doctor Manuel Fernandes**, ele falou ...
- (3) **Lúcia de Tiburtina** falou que ia me entregar [pra], entregar nós.
- (4) Aí o minino também já morreu, o filho de **Zé de Zu**.
- (5) É **Lorivaldo do Ribeirão**, a gente era muito amigo, assim, muito colega mesmo.
- (6) Quati, que é o **Zé Quati**.
- (7) ... eu mais meu chefe que até é meu subrin, **Adão biscoito**.
- (8) Dona Maria. **Maria do pé de manga**.
- (9) [Vagne] **Vaguim**, que é como nós conhecemos ele aqui.
- (10) Aquele é **Elção**, Elção de Berenice.

A primeira questão que se coloca é: como descrever as diferenças entre as formas de referenciação? E a segunda é: que fatores motivaram a escolha dessas formas?

Conforme se observa, no enunciado (1), tem-se somente o nome oficial, sem sobrenome; em (2), um título profissional acompanhado do nome oficial e do sobrenome; em (3), o nome oficial, sem sobrenome, acompanhado de outro nome, este último, ligado ao primeiro pela preposição “de”, formando um genitivo, expressando uma relação de parentesco; em (4), um nome oficial foneticamente reduzido, seguido de outro nome oficial, também foneticamente reduzido, expressando relação de parentesco através da preposição “de”, tal como em (3); em (5), tem-se o nome oficial seguido de expressão indicando a região de origem; em (6), o nome oficial foneticamente reduzido acompanhado de expressão associada à característica física; em (7), o nome oficial acompanhado de um nome comum referindo-se à atividade profissional; em

(8), o nome oficial acompanhado por dois nomes comuns; em (9), o nome oficial na forma diminutiva; e em (10), o nome oficial na forma aumentativa seguido de uma expressão indicando parentesco.

As expressões negritadas em (1-10) representam alguns dos vários recursos disponíveis na língua, usados pelos falantes de Aparecida do Mundo Novo-MG, no processo de referenciação a pessoas, nas interações verbais. O êxito da comunicação dependerá da seleção de formas linguísticas adequadas ao intento ou à situação de comunicação.

Portanto, é esse o tema do trabalho aqui desenvolvido. Nosso objeto de análise serão as formas de referenciação indireta presentes em entrevistas sociolinguísticas. O tratamento variacionista a ser dispensado a tais formas constitui nosso instrumental teórico-metodológico para explicar por que os falantes usam determinadas formas de referenciação em detrimento de outras. Assim, capturar a sistematicidade de uso dessas formas constitui um de nossos objetivos.

A tese está dividida em quatro capítulos. A seguir, apresentaremos o conteúdo de cada um, de acordo com as seções que os compõem.

O capítulo 1, que trata das formas de referenciação a pessoas, compõe-se de três seções. Na seção 1.1, trataremos da referência e do processo de referenciação. Na seção 1.2, conceituaremos o termo nome próprio e trataremos dos nomes próprios como formas de referenciação a pessoas. Na seção 1.3, apresentaremos três hipóteses tipológicas de formas de referenciação a pessoas, de modo a localizar e definir os termos (1-6).

O segundo capítulo, que trata do percurso histórico dos nomes de pessoa, compõe-se de quatro seções. Na seção 2.1, traçaremos um panorama sobre a formação e evolução dos nomes de pessoa em Portugal. Na seção 2.2, trataremos das alcunhas. Na seção 2.3, trataremos dos apelidos. Nessas duas seções (2.2 e 2.3), verificaremos as contribuições de estudos antropológicos na identificação dos componentes do nome oficial. Na seção 2.4, apresentaremos considerações sobre os tópicos tratados neste capítulo.

O terceiro capítulo, que trata do referencial teórico-metodológico, compõe-se de nove seções. Na seção 3.1, abordaremos aspectos envolvidos na Teoria da Variação. Na seção 3.2, trataremos da dimensão histórica na Teoria da Variação, tendo como foco o Princípio Uniformitário. Na seção 3.3, apresentaremos a composição da amostra. Na seção 3.4, traçaremos um breve panorama histórico-geográfico das regiões da coleta dos dados. Na seção 3.5, explicaremos como foi feita a coleta dos dados. Na seção 3.6, explicitaremos o suporte

quantitativo. Na seção 3.7, apresentaremos a variável dependente, as variáveis internas e externas, bem como os motivos pelos quais essas variáveis foram selecionadas. Na seção 3.8, explicaremos como foi feita a codificação dos dados. Na seção 3.9, explicitaremos o método de análise de Redes Sociais.

O capítulo 4, que trata da análise dos dados, é dividido em oito seções. Na seção 4.1, apresentaremos a análise quantitativa do *corpus* global. Na seção 4.2, apresentaremos a análise das Redes Sociais das duas localidades pesquisadas. Na seção 4.3, apresentaremos a análise dos dados de cada localidade separadamente. Nessa seção, serão apresentados os fatores linguísticos e extralinguísticos selecionados pelo programa *GoldVarb* 2001 como estatisticamente relevantes para a explicação da variação em cada localidade; primeiramente serão apresentados os resultados da amostra de Aparecida do Mundo Novo - MG; e, em seguida, os resultados da amostra de Belo Horizonte. Na seção 4.4, será feita a comparação entre os resultados das duas localidades. Na seção 4.5, revisaremos estudos relacionados ao uso de antropônimos, fazendo também uma breve comparação de resultados. Na seção 4.6, serão apresentadas considerações que finalizam este capítulo.

Por fim, teceremos as conclusões, em que será feita uma síntese, primeiramente, do trabalho que foi desenvolvido, e, em seguida, dos resultados obtidos, com o objetivo de evidenciar os fatores condicionantes do uso das formas de referência a pessoas, tendo em vista as duas amostras analisadas.

1 AS FORMAS DE REFERENCIAÇÃO A PESSOAS

Estudos onomásticos identificam diferentes formas de referenciação: (1) nome oficial, (2) apelido, (3) alcunha, (4) nome de guerra, (5) heterônimo e (6) pseudônimo. As formas (4-6) são atribuídas sob a aquiescência do indivíduo. Já as formas (1-3) não. O nome oficial é atribuído quando o indivíduo nasce, a alcunha e o apelido são atribuídos pelo grupo social. Nesta tese interessa-nos particularmente as formas (1-3) por serem condicionadas socialmente.

Neste capítulo, trataremos, na primeira seção, da referência e do processo de referenciação. Na segunda seção, conceituaremos nome próprio e trataremos dos nomes próprios como formas de referenciação a pessoas. Na terceira seção, serão apresentadas três hipóteses tipológicas de formas de referenciação a pessoas, de modo a localizar e definir os termos (1-6). Em seguida, será feita uma análise comparativa dessas tipologias.

1.1 REFERÊNCIA E PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO

O pressuposto de que a língua é um sistema de “etiquetas” que se ajustam às pessoas tem atravessado a história do pensamento ocidental. Mondada e Dubois (2003) opõem-se a essa ideia com a concepção de que os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo.

Conforme as autoras, nessa segunda concepção, as categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são fixos, mas constantemente (re)elaborados ou transformados a partir dos contextos de interação. Dessa maneira, essas categorias e esses objetos do discurso são marcados por uma instabilidade constitutiva, que pode ser observada através de operações cognitivas embasadas nas práticas, nas atividades e nos acordos que são feitos nas interações. Assim, as escolhas linguísticas realizadas pelos indivíduos como sujeitos sociais, tanto na instância discursiva oral, quanto na escrita, representam as atitudes, crenças, ideias, pontos de vista e valores desses sujeitos nas suas ações de pensar e *ser* no mundo.

Conforme se sabe, a preocupação com os usos da linguagem vem de um passado remoto, e os filósofos, bem antes dos linguistas, interessaram-se por esses usos. Segundo Araújo (2004), Platão, Aristóteles e, depois deles, os estoicos, no século I a.C., refletindo sobre as questões

relacionadas à linguagem, já traçavam diferenças entre expressão, conteúdo e referente. Registra ainda a autora que, de acordo com Santo Agostinho (354-430), não poderia existir significado se não existisse referente. Araújo afirma: “A palavra, que antes do aprendizado era som, torna-se sinal, não pelo fato de se aprender o seu significado, e sim pelo fato de se aprender a que ela se refere, sua denotação”. (ARAÚJO, 2004, p. 22).

Cavalcante (2011), em relação a essa questão, registra que a referência se relacionava à capacidade dos indivíduos de atribuir às palavras o sentido que elas podiam denotar, isto é, elas eram consideradas uma forma de representar o mundo real.

Sobre a referência, Mondada (2001) afirma:

A questão da referência é um termo clássico da filosofia da linguagem, da lógica e nestes quadros, ela foi historicamente posta como um problema da representação do mundo, de verbalização do referente, em que a forma linguística selecionada é avaliada em termos de verdade e de correspondência com ele (*o mundo*). A questão da referenciação opera um deslizamento em relação a este primeiro quadro: ela não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadoreis. (MONDADA, 2001 *apud* KOCH, 2005, p. 17)

Sendo assim, as entidades não devem ser vistas como expressões referenciais que denotem os objetos do mundo, e sim como entidades produzidas pelos participantes numa interação verbal. Dessa forma, a (re)elaboração de referentes ou objetos de discurso é uma forma de interação entre os interlocutores, o que quer dizer que o sentido entre as palavras e as entidades do mundo é (re)construído na interação verbal em que os sujeitos sociais partilham de seus conhecimentos e valores. Nessa perspectiva, a linguagem é vista como um fator constitutivo, produzida e articulada através da relação entre as pessoas, coisas, objetos, e através da sua relação com o/no mundo. (SOARES, 2012, p. 3)

Dessa maneira, enquanto os tradicionais estudos da linguagem tratam da referência como representação de mundo, considerando a relação de expressões linguísticas como entidades de um dado modelo de mundo, tendo em vista condições de verdade, os recentes estudos defendem que a referência se dá no âmbito textual em relações cognitivo-interacionistas. Essa abordagem foi solidificada com os estudos de Mondada e Dubois (2003), através da qual alguns pressupostos

foram considerados fundamentais: i) a substituição do termo referência por referenciação, embora esses dois termos tenham valor teórico muito parecido; ii) a referência é determinada por mundos textuais, iii) ao invés de *indivíduos de modelos de mundos reais* institui-se *objetos do discurso*, que são construídos discursivamente.

1.1.1 O processo de referenciação

Conforme se verifica, Mondada e Dubois (2003) apontam para o fato de que a questão da referência foi tratada sempre como se a língua fosse um sistema de “etiquetagem” do mundo, em que as palavras serviriam para rotular as coisas, numa relação de espelhamento, como se fosse possível haver uma relação direta entre os itens lexicais e os objetos do mundo, sem a influência de fatores sociais. Essa concepção da ligação entre as palavras e o mundo as autoras chamam de referência.

Considerando haver uma forte influência de fatores sociais na estabilidade e na instabilidade constitutivas dos signos, as autoras defendem que, por meio de processos semióticos complexos, os indivíduos constroem socialmente *objetos de discurso*, que são representações mentais dos objetos do mundo, construídas através do arranjo de itens lexicais.

Há que se considerar que sócio-historicamente a ligação entre determinado objeto de discurso e dado item lexical pode tornar-se estável, o que não quer dizer que ocorra uma relação especular ou uma colagem definitiva. A essa concepção da relação entre linguagem e mundo Mondada e Dubois chamam de processos de referenciação.

De acordo com essas autoras, a relação entre linguagem e realidade pressupõe uma relação estreita com a exterioridade, na qual a língua é vista como um mecanismo da interação verbal, o que significa dizer que as coisas não estão prontas no mundo, elas são (re)nomeadas constantemente, de modo que a realidade é (re)construída na medida em que os sujeitos sociocognitivamente interagem com (no) mundo, ou seja, quando se analisam os fenômenos relacionados à referenciação, não se pode desconsiderar os aspectos sociais, cognitivos e linguísticos, já que se referem a práticas discursivas nas quais o papel dos sujeitos é expressar, através da linguagem, uma elaboração de eventos sociais. Assim, a língua, quando analisada em meio a práticas sociais e a situações de interação, deixa de ser considerada *produto*, uma vez que não representa fielmente a realidade, mas, colabora, de acordo com determinados objetivos, para

essa realidade seja (re)elaborada.

Reafirmando a instabilidade das relações entre as palavras e as entidades, as autoras argumentam que as categorias que são usadas para descrever o mundo mudam, sincrônica e diacronicamente; elas são múltiplas e inconstantes.

Refletindo sobre essas variações sincrônicas e diacrônicas dos usos categoriais, as autoras afirmam:

A variabilidade das categorizações sociais mostra que há sempre, por exemplo, muitas categorias possíveis para identificar uma pessoa: ela pode ser tratada de ‘antieuropéia’ ou de ‘nacionalista’, segundo o ponto de vista ideológico adotado; diacronicamente, um ‘traidor’ pode tornar-se um ‘herói’. (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 23).

Harvey Sacks, citado pelas autoras, aborda essa questão de uma forma mais radical no quadro da etnometodologia, pois propõe que as categorizações sejam estudadas, não como uma avaliação em que se buscam para elas adequação referencial, correspondência e veracidade, mas como uma questão de decisão que se coloca para os atores sociais, e como esses atores sociais a resolvem ao selecionar uma categoria em vez de outra em um dado contexto. Não se trata, portanto, de avaliar a adequação de um rótulo ‘correto’, mas descrever, de forma mais detalhada, os procedimentos (linguísticos, sociais e cognitivos) de que lançam mão esses atores sociais quando se referem uns aos outros, tendo em conta que a escolha e o uso de determinada categoria geram, socialmente, consequências discursivas importantes para o referenciador e para o referenciado. (SACKS, 1992 *apud* MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 23)

1.2 OS NOMES PRÓPRIOS

Henriques (2012), em seu trabalho *O Conceito de Nome Próprio: Uma questão linguístico-filosófica*, afirma que tratar da noção do nome próprio é lidar com uma das tarefas mais “espinhosas” das Ciências da Linguagem. O motivo dessa consideração é o imediato envolvimento com questões referentes à existência ou não de relação entre as palavras e as coisas; a natureza e a circunstância dessa relação (caso essa relação exista); a redução da língua a nomenclaturas (se a consideração for a de que a relação entre língua e o mundo se dá através dessa categoria linguística). O fato é que essas questões já foram e são discutidas por diversos

linguistas, filósofos e lógicos da linguagem. O que se percebe, porém, é que não há um consenso entre eles.

Assim, na Filosofia da Linguagem, percebe-se, por exemplo, o foco na referência. O nome, o referente e o sentido estariam associados na forma e no conteúdo como representa o triângulo de Ogden e Richards (1923, p. 11) e Ullmann (1957, p. 12) e que foi reaplicado por LYONS (1977, p. 85), sendo utilizado em estudos lexicológicos, semânticos e, na contemporaneidade, na onomástica.

Frege (1978 [1892])¹, em seu artigo intitulado *Sobre o sentido e a referência*, aborda a forma como se dá a relação entre sentido e referência na linguagem, de maneira específica, nos nomes próprios e nas sentenças assertivas. Afirma esse autor que o nome próprio estabelece uma relação com os objetos presentes no mundo, e que essa relação é intermediada pelo sentido. Assim, os indivíduos que pertencem a uma determinada comunidade linguística só conseguem fazer referência aos objetos do mundo e serem entendidos porque o modo de apresentação do objeto é apreendido coletivamente.

Na Linguística, com Saussure (1979), observa-se que há um distanciamento dessa relação com o funcionamento da língua, sendo essa relação considerada uma questão extralinguística, não interferindo, pois, na construção dos sentidos das palavras. Embora se saiba que a Linguística e a Filosofia da Linguagem são duas áreas do conhecimento que possuem significativas diferenças na análise de seus objetos de estudo, é necessário ressaltar que as duas áreas contribuem enormemente para o desenvolvimento de estudos criteriosos que envolvem o conceito de nome próprio.

Sobre os nomes próprios, Strawson (1985), considerado, ao lado de John L. Austin, um dos filósofos da linguagem mais importantes da Escola de Oxford, afirma que, frequentemente, certos tipos de expressões são usados para fazer referência a uma pessoa individual, ou objeto singular, ou a um acontecimento em particular, ou lugar, ou processo. Esse modo de utilizar expressões é denominado por ele de “utilização referencial individualizante”. Assinala que os nomes próprios estão entre as classes de expressões que são usadas com maior frequência dessa maneira. (STRAWSON, 1985 *apud* HENRIQUES, 2012, p. 5).

De acordo com Henriques (2012), fazer essa afirmação significa dizer que “a expressão

¹ Abordagem de Frege, do famoso artigo “Über Sinn und Bedeutung”. Fonte: “Über Sinn und Bedeutung” *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*. Oxford: Blackwell, 1892.

não efetua a referência por si mesma, mas só quando é executada em um enunciado, inserida em um determinado contexto”. Conforme argumenta Strawson (1985 *apud* HENRIQUES, 2012, p. 266): “ ‘Mencionar’ ou ‘referir’ não é algo que uma expressão faça; é algo que alguém pode fazer ao utilizar uma expressão.” Ou seja, para afirmar que o nome próprio possui referência, é necessário levar-se em conta a utilização desse nome. Por exemplo, o nome próprio individual ‘Maria Clara’, fora de um determinado contexto, não designa nenhum objeto particular. O processo de referenciação somente se dará se for feita uma análise tendo em vista: a pessoa que faz a designação; o objetivo da designação; quem é o seu interlocutor; qual é a situação discursiva; e quais são as regras de convenção usadas nessa situação.

Segundo Henriques (2012, p. 5), “não há como pensar em nomes próprios sem pensar na relação de referência.” E ao se considerar a língua como forma de interação do meio com o homem e do homem com o mundo, pode-se afirmar que a relação de referência que se estabelece no sistema linguístico é feita fundamentalmente através do processo de interação.

1.2.1 O conceito de nome próprio

Tomando um conceito da Filosofia da Linguagem, conforme Branquinho e Murcho (2006)

Os nomes próprios são expressões linguísticas que formam uma subclasse própria da classe dos DESIGNADORES, ou termos singulares, ou ainda expressões referenciais singulares. Essas são expressões empregadas com o propósito de referir, relativamente a dado contexto de uso, um e um só item ou objeto específico. (BRANQUINHO e MURCHO, 2006, p. 540)

Sendo assim, os nomes próprios são as expressões linguísticas que, ao serem utilizadas, têm a função de referir-se a um e somente um objeto. Vejam-se os exemplos abaixo:

- (1) Ana Clara escreveu o texto.
- (2) A mesa é bonita.

Observa-se que os termos ‘Ana Clara’ e ‘mesa’ têm a função de designar objetos, uma vez que é essa a função primeira da categoria linguística dos nomes. Porém, na frase (1), o termo

‘Ana Clara’ designa uma pessoa específica que recebeu esse nome. Já na frase (2), o termo ‘mesa’ refere-se a qualquer objeto que tenha as características de uma mesa e não de uma mesa determinada. Assim, temos os nomes próprios e os nomes de espécies, que como se observa, estabelecem, respectivamente, relação de referência de maneiras diferentes.

Nesta tese, interessa-nos analisar os nomes próprios de pessoa extraídos de corpora, o que significa estudar os nomes próprios contextualizados. Interessa-nos, portanto, os nomes que “se referem, com exclusividade, à distinção dos indivíduos entre si, no conjunto dos agrupamentos sociais”, permitindo e possibilitando a esses agrupamentos “a aquisição de uma personalidade vivenciada através da nominação de seus membros”. (Dick 1990, p. 178).

1.2.2 Os nomes próprios como formas de referência

Milner (2003) afirma que a noção de referência “não deixa de dar lugar a discussões desde que a língua foi concebida como um conjunto bem definido, tendo pelo menos uma propriedade distintiva: justamente a que consiste em designar.” Os *nomes*, como *signos operacionais*, são transmitidos de geração para geração, fazendo com o homem exerça a sua capacidade de transmitir suas ideias e seus sentimentos *crystalizando* conceitos.

O signo linguístico se associa a uma determinada realidade e passa a se referir a essa realidade, carregando-se de sentido, e o termo referência abarca variadas questões relacionadas ao significado. Em um contexto, quando um nome é mencionado, diz-se algo sobre ele. Porém, algumas vezes, o significado é tão vago e impreciso que impossibilita que se chegue a uma conclusão clara sobre esse nome. Assim, uma das formas de abordar o significado é considerar que ele faz parte do conhecimento linguístico do falante. Dessa maneira, num determinado universo discursivo representado por um conjunto de indivíduos, o nome, o referente e o sentido estariam associados na forma e no conteúdo.

Ressalta-se que, ao se analisar expressões linguísticas em português, no caso dos *nomes*, pode-se não passar pelo sentido, sendo estes remetidos *diretamente* para o referente. Dessa maneira, os nomes de pessoas são considerados “designadores rígidos”, uma vez que representam os referentes ou são os próprios em situações comunicativas, o que os fazem ser considerados uma categoria singular nas análises linguísticas.

Sobre a referência, Lyons (1977, p. 174) afirma que esta deve ser entendida como uma

relação que se mantém entre uma expressão e o que ela significa em ocasiões particulares do discurso. E acrescenta “sempre que dizemos que uma expressão de uma dada frase é dotada de referência, partimos do princípio de que a frase em questão foi ou poderia ser enunciada com um valor de comunicação particular e num contexto apropriado.”

Conforme o autor, os nomes próprios constituem um dos três usos de expressões referenciais, a saber: (a) sintagma nominal definido; (b) nomes próprios; (c) pronomes pessoais. Observa-se que o uso do sintagma nominal como expressão referencial definida dá-se pelo fato de se identificar um referente, não só através do nome próprio, mas oferecendo ao interlocutor uma descrição suficiente, de forma que se possa distingui-lo de todos os outros indivíduos. (LYONS, 1977, p. 149).

Assim, os nomes próprios são menos referenciais do que as *descrições definidas*.² Dessa maneira, é possível fazer referência a um nome de uma pessoa, por exemplo, mesmo que não a conheçamos. Para Lyons, quando estamos conscientes de haver mais de um referente possível para o nome *John*, podemos tanto expandi-lo como um substantivo próprio mais complexo (*John Smith*) ou recategorizá-lo como um substantivo comum e adicionar algum material descritivo (O John que eu lhe apresentei noite passada). (LYONS, 1977, p. 21).

Portanto, em um determinado contexto, quando se faz uso de uma expressão que possa satisfazer as condições desse contexto, poder-se-ia dizer que a expressão refere-se ao seu referente. (LYONS, 1977, p. 149).

Por que determinado indivíduo recebeu certo nome? Conforme Seide (2008), uma resposta a essa pergunta não é trivial. Primeiramente porque exige saber que recursos linguísticos são usados para a nomeação do indivíduo. E também é necessário considerar, além de motivações pessoais, os fatores históricos, sociais e culturais que levaram à escolha de um determinado nome em detrimento de outros.

Acrescenta a autora que, ao contrário dos nomes comuns, os nomes de pessoas são fruto de uma escolha por parte do designador, e que essa escolha é feita de acordo com seus valores e sua visão de mundo, que são histórica e socialmente determinados e que, além disso, cada língua

² Conforme Lyons (1977), pode-se distinguir as expressões referenciais em expressões singulares e gerais. As expressões referenciais singulares referem-se a indivíduos e as gerais referem-se a classe de indivíduos. Para o autor, as expressões que se referem a um indivíduo ou a classe de indivíduos são expressões definidas, e as que não se referem a um indivíduo ou classe de indivíduos – mas que se admite terem uma referência – são denominadas expressões indefinidas.

apresenta diferentes recursos linguísticos disponíveis para a nomeação. Os nomes próprios são usados para fazer referência às pessoas, não se levando em conta sua carga semântica etimológica ou sentido afetivo que esse nome próprio possa ter para o designador que o escolheu. Para a autora, os usos que se fazem de *apodos*, *alcnhas* e *hipocorítcos* podem mudar significativamente de língua para língua e de cultura para cultura. É fácil entender por quê: o uso da linguagem não se faz senão no interior de uma comunidade linguística, formada por seres humanos que compartilham valores culturais construídos histórica e socialmente, de acordo com a sociedade da qual fazem parte. (SEIDE, 2008, p. 29).

Portanto, o uso linguístico faz parte do comportamento dos indivíduos, por esse motivo, não acontece isoladamente, e, estando esse uso relacionado à cultura e à história das comunidades linguísticas, o estudo de como as pessoas são chamadas e “tratadas” pode desvendar importantes aspectos históricos e culturais de um povo.

É importante observar que Seide apresenta uma tipologia de nomes de pessoas: nomes próprios [oficiais], apodos, alcnhas e hipocorítcos. Detalharemos essa tipologia mais adiante.

1.2.3 Nomes próprios como formas de referência a pessoas: propostas tipológicas

Vimos, anteriormente, que os modos de referência a pessoas podem ser: os nomes próprios individuais, as alcnhas e os apelidos. Nesta subseção, conceituaremos esses termos. Podemos adiantar que a terminologia comporta ambiguidades. Em razão da complexidade terminológica existente, serão examinadas três tipologias.

Em primeiro lugar, tomaremos a proposta de Vasconcellos (1928). O motivo dessa nossa escolha reside no fato de esse autor ser o pioneiro dos estudos antroponímicos, sendo sua obra *Antroponímia Portuguesa* considerada até hoje como imprescindível e basilar para aqueles que se dedicam à Ciência Onomástica.

Em segundo lugar, tomaremos a proposta tipológica apresentada por Gonçalves (1988[1971]) em seu trabalho *Amostra de Antroponímia Alentejana do século XV*. A importância de analisar essa proposta está no fato de que é justamente nesse século que principiam a decadência do patronímico e as modificações no sistema de nomeação; além disso, a amostra utilizada pela autora é muito rica no aspecto da Antroponímia, o que possibilita, através da comparação com outros dados, chegar a conclusões de maior alcance.

Em terceiro lugar, apresentaremos a proposta tipológica feita por Amaral (2011) em seu trabalho *Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro*. Amaral é um dos autores que mais tem contribuído para os estudos antroponímicos, entre os quais está o referido trabalho. A razão da escolha dessa proposta está na sua atualidade e também pelo fato de, conforme o autor, tratar-se de uma tipologia que atende às especificidades dos antropônimos do Português Brasileiro.

Assim, teremos duas tipologias da antroponímia do português europeu e, com um lapso de tempo de quase um século, uma tipologia da antroponímia do português brasileiro, que possibilitarão, ao final, definir um subconjunto de termos que servirá de base para a nossa análise.

1.2.3.1 A proposta tipológica de Vasconcellos (1928)

O Prenome

É o elemento que se incorpora ao nome que aparece imediatamente antes do nome próprio³, a que também se denomina como *prenome honorífico*, como em *Dom Frei Manuel do Cenaculo Villas-Boas* (Bispo de Beja e Arcebispo de Évora – séc. XVIII-XIX).

O Nome

São apresentadas quatro acepções para a palavra *nome* aplicada a uma pessoa, a saber:

- a) designação que a pessoa recebe no batismo, no registro, em crisma, ou seja, *nome próprio*, nome individual ou *nome de pia*⁴, por exemplo: *Henriqueta*;
- b) nome completo ou conjunto formado pela designação individual acompanhada de outra ou outras designações, por exemplo, *Ruy Queimado*⁵ (séc. XIII), *Antonio Augusto d'Aguiar* (séc. XIX), *Maria da Conceição Rosado* (séc. XX);
- c) qualquer dos elementos do nome, pois a um apelido⁶, ou a um sobrenome, pode também, em uma linguagem menos usual, chamar-se nome, por exemplo: “ ‘Qual

³ Definição proposta também pelo gramático quinhentista João de Barros, em *Compilação*, edição de 1785, p. 81; por Ferreira de Vera em *Origem da Nobreza*, fls. 11-13 v; por Villasboas, *Nobiliachia Portugueza*, Lisboa, 1686, cap. II.

⁴ De acordo com Vasconcellos (p. 8), é uma expressão empregada na literatura portuguesa e também na literatura brasileira.

⁵ Nos exemplos citados, optamos por conservar a grafia dos nomes conforme consta na obra referida.

é o nome do autor das Folhas Caídas? É Garret. ’’;

- d) *Alcunha*, do árabe *al – cunia* (“sobrenome”, e “renome de linhagem”); designação acrescentada ao nome normal do indivíduo por outras pessoas, referindo-se a uma determinada particularidade, característica física ou moral observada, normalmente engraçada ou depreciativa (*Fulana de Tal, a Pançuda*), ou também séria e elogiosa (*Fulano de tal, o delgado*).

Vasconcellos (1928) registra que como *alcunha* também é utilizado o termo *apodo*, o qual, entre as suas várias significações, está a de tratar-se de uma comparação ridícula, por exemplo, “apodar alguém de burro”; porém, no seu entender, o *apodo* tem um caráter transitório, e, às vezes, transforma-se em uma *alcunha*, que tem um caráter duradouro. Registra também que, ao final do nome completo, podia-se juntar uma *alcunha* ou um epíteto, “cognome designativo de idade”, ou os dois termos ao mesmo tempo, como em *Dom Gonçallo de Souza, o Bom; Afonso Telles, o Velho; Pero Velho*. Conforme se observa, a *alcunha* pode estar precedida ou não de artigo e, nesse último caso, pode até ser confundida com o apelido, ressalta o autor.

O sobrenome

São apresentadas quatro classes, identificadas conforme sua origem. São elas:

- sobrenomes correspondentes, ou iguais a nomes próprios de pessoas: patronímicos e nomes não declinados.

a) o patronímico

É o nome paterno em genitivo⁷ expresso em *-i* (*Martini>Martins*), considerado o modo mais comum de indicar a nomeação; em *-e-ae* (*Garcie>Garcia*); *-is, -onis; -oni* (*Muneonis>Muniz*); *-ani, -anis* (*Vimaranis>Guimarães*); ou por um genitivo com sufixo próprio, ou seja, *-az, -oz, -uz, e -iz* (passando depois a *ez, -es, etc*), por exemplo, *Fernandi >Fernandiz>Fernandes*. Ressalta o autor que, às vezes, a filiação era indicada por forma “não patronímica”, ou seja, sem desinência de caso, por exemplo, *Martin Afonso*, ou com a palavra *filius*, como em *Tellus filius Telli*. Observa-se, portanto, que Leite de Vasconcellos somente

⁶ Mesmo com o uso do termo *apelido* (no português europeu) correspondendo ao que, no Brasil, consideramos *sobrenome*, conforme se observa, para o autor, há diferenças entre esses dois termos, conforme veremos adiante.

⁷ Uma das formas tomadas por uma palavra, geralmente um SUBSTANTIVO ou PRONOME, nas línguas que exprimem relações gramaticais por meio de flexões. O caso genitivo típico exprime uma relação de posse (O livro do menino) ou uma outra conexão semelhante (um dia de verão). Contudo, as línguas variam muito em termos de como o caso é usado. [...]. Ver Lyons 1968, cap. 7; QUIRK *et al.* 1985, cap. 5. CRYSTAL, D. Dicionário de Linguística e Fonética. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 125.

considera patronímicos os nomes declinados, ou seja, aqueles que têm sufixos próprios.

Sobre o uso do nome materno, registra o autor que, em algumas freguesias da costa ocidental de S. Miguel (Açores), os indivíduos do sexo masculino recebiam normalmente como sobrenome o nome da mãe, como em: *Jacinto Helena*, *João Carlota*, *Antonio Josefa*, a que o autor se refere como uma “espécie de metronímia”⁸.

- sobrenomes não declinados iguais a nomes próprios de pessoas, ou sobrenomes propriamente ditos

O autor separa-os nas seguintes espécies:

- a) sobrenomes que reproduzem os nomes próprios dos pais, como, *Manuel Lourenço* (filho de Lourenço); *Affonso Francisco* (filho de Francisco); *Josefa Angélica* (filha de Angélica).
- b) sobrenomes que reproduzem os sobrenomes dos pais, como, *Antonio Duarte* (filho de José Duarte); *Francisco Xavier* (filho de José Xavier); *Manuel Baptista Bello* (filho de João Baptista Bello).
- c) sobrenomes que reproduzem outros elementos dos nomes completos dos pais, que não os sobrenomes, como, *Joaquim Victor Marques* (filho de Joaquim Maria Victor).
- d) sobrenomes que estão relacionados apenas tematicamente com o nome ou sobrenome dos pais, como, *Maria Regina* (filha de João dos Reis); *Maria Antonieta* (filha de Antonia).
- e) sobrenomes que reproduzem nomes próprios ou elementos de nomes de outras pessoas da família ou de pessoas relacionadas com elas (os avós, os parentes, os padrinhos, os amigos ou protetores, o marido para a mulher e vice-versa, como, *Antonio Emilio* (neto de Emilio); *Francisco da Luz* (neto de Maria da Luz); *Bernardino José* (irmão de José); *Adriana Augusta* (afilhada de Maria Augusta); *Maria Vicência* (Vicência, nome da amiga da mãe); *Maria Xaviela* (mulher de Xavier).
- f) sobrenomes perifrásticos relacionados com a família de quem os usa, como, a *Maria do Bernardo* (isto é, filha de Bernardo de tal); o *João da Inês* (isto é,

⁸ Metronímia significa nome da mãe (*metro-* elem. de comp. do gr. ‘útero, ventre’, ‘mãe’) correspondente a *mater* (lat.).

filho de *Inês* de tal); a *Maria da Rosa do Joaquim da Luisa* (isto é, filha de uma *Rosa*, que é mulher de um *Joaquim*, filho de uma *Luisa*); o *Diogo da Josefa* (isto é, casado com *Josefa*).

g) sobrenomes cuja escolha não depende de relações de família ou de amizade pessoal: *Denis* ou *Dinis* (relacionado a El-rei *D. Dinis*); *Carlos Bento* (relacionado a um político); *Ricardo Wagner* (relacionado a *Wagner*, grande músico alemão).

- sobrenomes provenientes da religião

As razões da escolha são: dia do nascimento, devoção particular e também apadrinhamento, como, *Ester da Paz* (nascida no dia de Nossa Senhora *da Paz*); *Maria do Carmo* (devoção que a mãe tinha a Nossa Senhora *do Carmo*); *Maria da Piedade* (afilhada de Nossa Senhora *da Piedade*) e também Fr. *Domingos do Espírito Santo*, *Manuel de Cristo*, *Maria dos Santos*.

- sobrenomes de proveniência varia

Derivam de uma razão qualquer, como *Aurora da Liberdade*, *Libertina da Fraternidade* (idealismo político).

Sobre a forma do sobrenome, observa o autor que o patronímico tem por natureza a forma simples, enquanto o sobrenome propriamente dito pode ser simples ou composto, sendo que a forma simples é a mais usual, como em *Luís*. Já o sobrenome composto é formado por dois ou mais nomes, como em D. *Helena Maria Josefa Xavier* de Lima; *Pedro Augusto de São Bartolomeu Azevedo* (em voga, depois, no séc. XVI). Ressalta ainda o autor que, em alguns casos, a duplicidade do sobrenome não é artificial, pois que resulta da natureza do sobrenome, como em Fr. *Manuel de S. Lorenço Justiniano*.

O apelido

Designação de família, transmitida ordinariamente de geração em geração, por exemplo, *Carvalho*, *Brandão*, *Amaral*.

Quanto à forma, também o apelido pode ser simples ou composto (complexo) e, para estes, o autor adota a seguinte classificação:

- a) apelidos procedentes de patronímicos ou iguais a eles

Por exemplo, *Durãez* significava, a princípio, “filho de *Durão*” (patronímico), passando depois a *Durães* (apelido), podendo ser usado por qualquer pessoa, ainda que o pai não se chame

Durão.

b) apelidos procedentes de nomes próprios de pessoas e iguais a eles

Junta-se a um nome próprio individual um outro nome próprio, que irá funcionar como um sobrenome, por exemplo, Maria *Alexandre*, Constança Maria *Alexandre* (filhas de *Alexandre* de tal).

Em síntese, conforme o autor, um apelido igual a um nome próprio de pessoa ou nome individual nasce: i) de um sobrenome; ou ii) tem outra origem que, muitas vezes, é difícil ou impossível de identificar.

c) apelidos procedentes da religião

Resultam de deslocamento de sobrenome, como em Alda Felipe de *Assunção* Pereira (filha de Antonio de *Assunção* Pereira); ou nascem de circunstâncias que só podem ser determinadas historicamente, como em Ruy Vasques *Coreesma* (período do nascimento).

d) apelidos de origem geográfica e étnica

Apelidos surgidos de nome próprio ou comum de lugar, sítio, região, como em Garcia Pires de *Bragança* (filho de Pero Fernandes *ho Braganção*); ou por um adjetivo étnico, como em Maria *Lusitana* Sacadura.

e) apelidos procedentes de alcunhas ou iguais a elas

Registra Vasconcellos (1928) que, no trato familiar, o povo não emprega os apelidos, preferindo utilizar-se de alcunhas.

Vejam-se abaixo os tipos de alcunhas que, de acordo com o autor, deram origem a apelidos.

- alcunhas alusivas ao homem (considerado em si mesmo), parentesco, (*Filho, Sobrinho*); condições e fases da vida (*Bastardo, Furtado*); e ao estado civil (*solteiro, Casado*);
- alcunhas alusivas à posição social (*Rei, Frade*); cargos públicos (*Escrivão, Carcereiro*); ofícios mecânicos (*Estaqueiro, Mineiro*); outras profissões (*Parteira, Dançador*); e também alusivos à navegação (*Marinheiro, Barcário*);
- alcunhas alusivas a características físicas e morais:
 - qualidades expressas direta ou indiretamente (*Negro, Bravo*);
 - qualidades expressas por comparação: com o reino animal

(*Carneiro, Coelho*); com o reino vegetal (*Palha, barba d'alho*); com o reino mineral (*Ferro, Pé de Chumbo*);

- alcunhas alusivas a hábitos pessoais (*Penteado, Ranheta*);
- alcunhas alusivas a vestuário (*Zé da Manta, Camisão*);
- alcunhas alusivas a ideias mágicas e religiosas (*Cara d'anjo, Feiticeiro*);
- alcunhas expressas por frases (*Matafome, Calça-ruas*);
- alcunhas geográficas (*Porto, Silva, Moreira*);
- alcunhas várias relacionadas a: comidas e bebidas (*carniça, Água ardente*); utensílios (*Machado*); números (*O catorze*); dinheiro e medidas (*Cinco-réis, O pataco*); fenômenos atmosféricos, astros, estações do ano (*Sol Posto, Raio, Inverno*)

f) apelidos de origem estrangeira

Esses apelidos são distribuídos em dois grupos:

- apelidos aportuguesados, como *Contreiras* (de *Contreras*) e *Galhardo* (de *Gaillard*);
- apelidos cuja forma primitiva adapta-se perfeitamente ao português europeu, como *Aguilar, Lucena* e *Roma*; e apelidos de claro aspecto estrangeiro, usados por indivíduos de outras nações que residem em Portugal, ou indivíduos descendentes de estrangeiros, como *Smidt* (origem alemã); *Brederode* (origem holandesa); *De Rochela* (origem francesa); *Allen* (origem inglesa); *Accioli* (origem italiana); *Saíd* (Árabe), entre outros.

g) apelidos de origem varia

Em relação aos tempos antigos e modernos, o autor apresenta apelidos de origem variada, tais como: *Alegrete* (qualidade moral ou expressão geográfica); *Castanhoso* (origem geográfica, *Castañoso* em Lião e Galiza); *Ruivo* (alcunha de qualidade).

h) apelidos modificados

São os apelidos que foram modificados voluntariamente por motivo de eufonia ou para dar um tom estrangeiro, como *Almeida*>*Almier*; *Cordão* (alcunha)>*Cordon*; *Tavares*>*Tavarini*; *Estorninho* (alcunha)>*Saturnino*; entre outros.

Embora o autor faça essa subcategorização detalhada dos termos *alcunha* e *apelidos*, ele admite que esse dois termos poderiam ser colocados junto, já que, mesmo tendo encontrado alcunhas que não se transformaram em apelidos, todos os apelidos encontrados e listados por ele foram derivados de alcunhas. Uma outra razão apontada para esses termos serem tratados conjuntamente é a impossibilidade de distinguir, na maioria dos casos, apelidos de alcunhas, tanto nos textos antigos quanto nos modernos.

O autor trata também das seguintes categorias:

O Pseudônimo

Por modéstia, interesse ou outra razão, muitos indivíduos deixam seus nomes verdadeiros e servem-se de um suposto a que se denomina pseudônimo. Essa palavra, de origem grega, significa adjetivamente “que usa ou que tem nome falso”. Substitui ou o nome próprio individual, ou o nome completo. O início do uso do pseudônimo data da época do Renascimento, com a invenção da imprensa.

São apresentadas as seguintes espécies de pseudônimos:

a) Aqueles que têm aspecto de nome verdadeiro, como *João Pinto* (Baltasar de Braga). Se o nome usado como pseudônimo for comum a outra pessoa, classifica-se como *heterônimo*.

b) Aqueles que têm aspecto singular, como, *Silvestre Silvério da Silveira e Silva*;

c) Aqueles que correspondem a nomes históricos, como, *Sá de Mirandela* (alusão ao poeta *Sá de Miranda*);

- Aqueles que substituem um dos nomes verdadeiros, como, *Antonio* de Pina Cabral (*Manuel* de Pina Cabral);
- Aqueles que são formados de algumas letras do nome verdadeiro, como *Antonio Metello* (Antonio de Macedo Neto e Mello); e
- Aqueles que apresentam relação morfológica (real ou aparente) com os nomes verdadeiros, como *Eliano Aonio* (Elias Antônio da Fonseca).

O autor assinala que, às vezes, a razão da escolha do pseudônimo é simplesmente individual, como, Francisco de Souza de Almada, que adotou o pseudônimo de *Affonso Gil da Fonseca*; e D. Joana Josepha de Meneses, que, em uma de suas obras, adotou o pseudônimo de *Apollinario de Almada*.

O anagrama

Do grego “transposição de letras”. Consiste na formação de um nome com as letras de outro, como em Aonia<Ioana; Crisfal<Cristovão. Esse termo é chamado também de *Criptônimo*. São usados principalmente em poesia para encobrir nomes de pessoas, por isso são denominados também de *nomes poéticos*.

O nome poético

São os anagramas e também os nomes poéticos adotados por muitos poetas em suas poesias, como *Dirceu* (T. A. Gonzaga); *Marília de Dirceu* (Maria); *Lisardo* (Fr. Bernardo de Brito).

O nome de guerra

São aqueles nomes que possuem um aspecto incomum, disfarça o nome de um indivíduo através de uma circunstância boa ou má que sobressai no meio em que vive. É usado entre as classes mais baixas (ratoneiros⁹, fadistas, mulheres de má fama) e até por classes um pouco mais elevadas (atores, escritores). É escolhido pelo próprio indivíduo ou por aqueles com quem convive.

O autor assinala que a diferença entre *nome de guerra*, *pseudônimo* ou *alcunha* não é clara, e que alguns até os tomam como sinônimos. Para ele, o nome *Mercedes Blasco* (escolhido por uma atriz), por exemplo, não é alcunha uma vez que foi escolhido pela própria pessoa e não por outra, por isso não o rejeita, pelo contrário, orgulha-se dele. Ressalta que um pseudônimo pode ser transformado em nome de guerra, caso o pseudônimo seja descoberto e o seu uso continue. Acrescenta que o termo ‘nome de guerra’ é usado, em muitos casos, com um valor pejorativo.

O hipocorístico

Vasconcellos (1928) trata dos hipocorísticos separadamente, na seção *Alterações fonéticas dos nomes, causadoras de multiplicidade de formas d’estes*¹⁰. Para o autor, os nomes hipocorísticos são aqueles usados na linguagem infantil (por dificuldade de pronúncia) ou na linguagem das pessoas que lidam com as crianças, sejam elas amas, mães, tias avós, entre outras (por demonstração de afeto). O autor separa os hipocorísticos em duas espécies:

⁹ Aquele que furta coisas de pouco valor; larápio, gatuno.(www.wikipedia.org. acesso em 5/3/2012).

¹⁰ Livro III – Vicissitudes Gramaticais do Nome. Parte I. Fonologia. Capítulo I. *Alterações fonéticas dos nomes, causadoras de multiplicidade de formas d’estes*. Nomes Hipocorísticos. (p. 453).

- Hipocorísticos correspondentes a nomes simples, como em *Belito* (Abel); *Lina* (Adelina); *Bibi* (Albino); e
- Hipocorísticos correspondentes a nomes duplos, como em *Chico Zé* (Francisco José); *Milú* (Maria de Lourdes); *Matê* (Maria Teresa).

Conforme o autor, nessas alterações dos nomes, quer a sílaba tônica, quer uma sílaba átona podem repetir-se, como em *Jojó* (Jorge); receber sufixos simples –ico: *Tonico* (Antônio) ou múltiplos –ej-ica: *Tòjica* (Antônio). A terminação ou sufixo de um nome pode ser trocado por terminação ou sufixo diferente, como em *Grazita* (Graziela).

Além das regras de formação de um hipocorístico (aférese, apócope, metátese e síncope)¹¹, são citadas também outras, como: *Antonio*>*Tonim* (nasalização do ‘i’); *Domingos*>*Migo* (desnasalização do ‘i’); *Alberto*>*Beto* (perda do ‘r’); entre outras.

O autor ressalta que é difícil e, às vezes, impossível fazer a distinção entre um hipocorístico e uma forma simplesmente popular. Segundo ele, a forma hipocorística é puramente infantil, nasce de hábitos familiares desde o berço e continuam a ser usadas no decorrer da vida das pessoas como palavras “acariciadoras”.

1.2.3.2 A proposta tipológica de Iria Gonçalves (1988 [1971])

Inicialmente é necessário esclarecer que, conforme ressalta Gonçalves, sua pretensão não é classificar todos os termos usados para nomeação a pessoas os quais aparecem na amostra analisada em seu estudo *Amostra de antroponímia alentejana do século XV*, mas fornecer uma ideia da variedade desses termos. Por isso são apresentados apenas alguns exemplos de cada tipo, sendo que a lista completa dos nomes é dada ao final do seu trabalho. Assim, nos dados analisados, a autora identifica as seguintes estruturas:

- o prenome

Elemento preposto ao nome próprio, “prenome honorífico”¹², como em *Dona Branca*, *Mestre Afonso* (honoríficos); *Frei Gonçalo*, *Padre Luis Cardoso* (eclesiásticos).

¹¹ Aférese: perda de um fonema inicial; apócope: desaparecimento de um fonema no fim de um vocábulo; metátese: mudança fonética que consiste na transposição de um fonema dentro de um vocábulo; síncope (perda de um fonema medial. (CÂMARA JÚNIOR, 1999, p. 43; 57; 167; 220).

¹² Gonçalves deixa claro que, na definição desse termo, adota Vasconcellos (1928, p. 18).

- o nome próprio

É o elemento mais importante e verdadeiramente fixo¹³ a que se podia juntar ou não um sobrenome que, na maioria das vezes, era representado por um patronímico e um indicativo de proveniência ou domicílio, ou uma alcunha, que podiam ou não se tornar apelidos de família, como, *João, Diogo, Martin*.

- o patronímico

Nome paterno que era apostado ao nome do filho, estando em genitivo ou não, como *Álvares, Fernandes, Martins*, mas também *Afonso, Gil, Lourenço*.

- alcunhas, apodos, epítetos e apelidos

É o terceiro ou quarto novo elemento que se juntava ao nome próprio, que, pela sua extrema variedade e riqueza, transformavam-se em apelidos de família, o que fez com que caíssem muitos sobrenomes, que foram considerados desnecessários.

- sobrenome

Elemento formado por um patronímico a que se juntava ou um indicativo de proveniência ou domicílio, ou uma alcunha, ou todos os identificadores, como em *Fernão Rodrigues Preto, mercador*.

A autora subdivide as alcunhas ou apelidos segundo as suas origens:

- Proveniência do indivíduo ou algum antepassado: *de Alenquer, de Beja, Algarvio, Moura*.
- Domicílio: *do Casal, da Torre*;
- Profissão exercida pelo indivíduo ou por alguém da sua família (em regra, o pai): *Caeiro, Ferrador, Vendedor, Martelo*;
- Algo cuja posse ajudava na identificação: *da Atafona* (moinho manual ou puxado por animais), *dos Bois, das Vacas*;
- Qualquer peça de calçado ou do vestuário: *Bota, Balandrau* (capote ou casaco largo e comprido);
- Homem como um todo: *Homem, Macebo, Menino*;
- Partes do corpo: *Orelha, Pestana, Queixada*;
- Particularidades de estatura: *Curto, Gigante, Longo*;

¹³ A autora adota LEBEL (1962); e OLOF (1953).

- Volume: *Delgado, Redondo, Seco*;
- Cor do rosto ou do cabelo: *Tisnado, Vermelho, Preto*;
- Defeitos ou particularidades físicas: *Barbancho, Dentudo, Galhardo*;
- Hábitos: *Calado, Palreiro* (falador);
- Qualidades ou defeitos morais: *Azedo, Folgão, Bandarra* (vadio);
- Comparação com determinados cargos ou dignidades: *Abade, Bispo, Conde*;
- Comparação com animais: *Camelo, Coelho, Gato*;
- Comparação com vegetais: *Botelho* (planta aquática), *Nabo, Cabacinha*;
- Qualquer tipo de ligação com outra pessoa: *Criado, Casado, Sobrinho*;
- Situação social: *Rico; Pobre; Remediado*;
- Qualquer circunstância ligada à idade: *Anelho*(velho, eremita), *Nove Anos*;
- Períodos de tempo: *Manhã, Quaresma*;
- Origem indeterminada: *Boldolho, Facamelo, Menolto*.

Ressalta-se que os *apodos* e *epítetos* são considerados pela autora como tipos de alcunha ou apelido. Os epítetos são tomados conforme Vasconcellos (1928), ou seja, cognome designativo de idade, como o *Velho*, o *Novo*, o *Moço*. Conforme a autora, em regra, esse elemento era usado para distinguir membros de uma mesma família. Afirma também que grande parte dos apodos, alcunhas e epítetos, ou já eram, ou seriam transformados em apelidos de família, por isso são colocados numa mesma categoria.

- Elemento anexado ao nome próprio individual

Elemento linguístico que era posposto ao nome sem fazer parte dele; exercia a função de mais uma denominação (apostos, orações adjetivas). Essas adjunções nominais eram bastante variadas e indicavam:

- Filiação, como Afonso Gonçalves, *filho de Gonçalo Afonso*, Álvaro Dias, *filho de Diogo Gonçalves*;
- Outros laços de parentesco: Afonso Lourenço, *genro da Gouvinhas*, Catarina Peres, *irmã de Barnabé Peres*;
- Explicitação da esposa através do marido vivo ou falecido: Catarina Fernandes, *mulher de Matim Eanes*, Constança Eanes, *mulher que foi de Rui Vasquez*;
- Explicitação do marido através da esposa: Nuno Vaz, *marido de Iria Eanes*;

- Referência a outras relações pessoais: Mendo Afonso, *criado da Rainha de Castela*; Duarte Afonso, *amo do Barão*;
- Designativos de domicílio e vizinhança: André Gonçalves, *lavrador em Montes Claros*; João Martins, *que está aos pinheiros de João Mendes*; Gonçalo Lopes, *vizinho de Luis Papo da Togeira*;
- Menções de cargos: Estevão Fernandes, *ouvidor de Pavia*; Gonçalo Coelho, *recebedor das sisas*;
- Dignidades: Afonso Eanes, *deão de Sé de Évora*; Rodrigo Afonso, *Arcediago da Sé de Évora*;
- Profissão: André Martins, *tintureiro*; Dinis Eanes, *alfaiate*;
- Situações sociais: Álvaro da Torre, *escudeiro do rei*; Rodrigo Afonso, *cavaleiro*;
- Distinção de pessoas da mesma família (através de um epíteto): Diogo Lopes, *o velho*; Maria Eanes, *a moça*;

Em relação à tipologia proposta por Gonçalves (1988), verifica-se que ela se aproxima muito da que foi proposta por Leite de Vasconcellos, o que pode ser justificado pelo fato de a obra *Antroponímia Portuguesa* ter sido uma das principais referências para o trabalho da autora. As divergências encontradas são poucas. Gonçalves apresenta um número menor de tipos e subtipos de antropônimos. Em relação aos subtipos de alcunhas e apelidos, o número é bem maior, uma vez que conforme já ressaltado, o objetivo da autora é mostrar a variedade desses elementos no sistema de nomeação de Portugal, no século XV.

Novamente a assistemática de uso volta-se para os termos sobrenome, apelido e alcunha. Em relação aos sobrenomes, especificamente no tipo patronímico, a autora agrupa não só as formas derivadas, com sufixos próprios (*Martins, Esteves, Fernandes*), como também as não derivadas (*Afonso, Gil, Lourenço*), justificando que, na Idade Média, as duas formas eram usadas com a mesma função, ou seja, indicando filiação paterna. Assim, tinha-se, por exemplo, João *Esteves* (filho de *Êstevão* Vicente) e Fernando *Afonso* (filho de *Afonso* Lourenço Góes). A autora considera que a simples posposição do nome próprio do pai ao nome do filho já formaria genitivo, diferentemente de Vasconcellos (1928), que considera como patronímico somente as formas derivadas através da junção de sufixos ao nome próprio do pai em genitivo. Assim, uma vez que o nome *Afonso*, por exemplo, poderia formar um nome próprio composto ou ser um patronímico, como fazer para classificar esse termo? Certamente haveria que se levar em conta as

motivações do nome, ou seja, o sentimento de quem usava e de quem nomeava.

Gonçalves (1988) faz uma breve referência ao matronímico, ou seja, o nome materno usado como sobrenome, citando como exemplos, *Susano* e *Urraco*¹⁴. Leite de Vasconcellos, por sua vez, insere esse uso na categoria dos “sobrenomes que reproduzem os nomes próprios dos pais”.

A tipologia apresentada por Gonçalves (1988) fornece uma amostra da variedade e riqueza da antroponímia alentejana de quatrocentos, resultado de uma transformação e aperfeiçoamento que se vinha processando desde há séculos, motivados pelas necessidades impostas pelo próprio sistema de nomeação, no sentido de buscar formas eficazes de identificação do indivíduo na sociedade da qual fazia parte, principalmente no que diz respeito à atribuição de alcunhas que se mantiveram ou se transformaram em apelidos de família.

1.2.3.3 A proposta tipológica de Amaral (2011)

Amaral afirma que, na categoria dos antropônimos, é possível observar várias diferenças quando se analisam as características linguísticas dos termos que compõem essa categoria e, embora todos esses termos sejam usados como forma de referência a pessoas, possuem propriedades morfológicas e semântico-pragmáticas distintas. Conforme o autor, por considerar a necessidade de se definir e classificar tais termos estabelecendo critérios aplicáveis aos estudos linguísticos dos nomes próprios de pessoas do português brasileiro contemporâneo é que ele se propõe a apresentar a tipologia a seguir.¹⁵

Vejamos a sua proposta de classificação.

O autor divide os antropônimos em dois grupos: os *ortônimos* e os *alônimos*.¹⁶

Grupo 1- Os ortônimos

¹⁴ A autora observa que é muito frequente os apelidos ficarem na forma masculina ou feminina dependendo do sexo da pessoa nomeada; já os patronímicos não são feminilizados, mesmo que não tenham sido formados por um genitivo, como *Isabel Afonso*, *Mor Esteves Calada*, *Catarina Calva*, entre outros.

¹⁵ O autor esclarece que, para elaboração da proposta tipológica, recorreu-se ao conteúdo de três obras lexicográficas recentes: o *Dicionário UNESP do português contemporâneo* (DUPC)1, publicado em 2004; o *Novo dicionário Aurélio*, versão 6.0 (NDA) e o *Dicionário Houaiss eletrônico da língua portuguesa*, versão 1.0 (DEHLP), ambos em suas versões eletrônicas publicadas em 2009.

¹⁶ Os tipos de antropônimos são exemplificados pelo autor a partir de dados coletados na versão eletrônica do jornal *Folha de São Paulo*, publicados no ano de 2009.

Do grego *ort(o)* = correto, normal + *ónoma* = nome de uma pessoa. Corresponde ao nome civil completo. É o nome da pessoa tal como aparece no registro civil. Subdivide-se em: prenome e sobrenome.

a) O prenome

É o antropônimo que antecede o sobrenome. Geralmente distingue o indivíduo dentro de grupos sociais a que pertence em sua intimidade. É definido pelos dicionários como *nome de batismo*, *antenome*. Pode apresentar-se na forma simples, como *Guilherme* (em Guilherme Cunha Costa, político), ou composta, como *Luís Inácio* (em Luís Inácio Lucena Adams, advogado-geral da União).

b) O sobrenome

Antropônimo(s) que se pospõe(m) ao prenome simples ou composto. Também é denominado *nome de família*. Geralmente é transmitido de pais para filhos. Como exemplo, tem-se *Percussi* (sobrenome de Sílvia Percussi, *chef* de restaurante). Registra o autor que se equivalendo a *sobrenome* constam os termos *apelido* ou *apelido de família* (Lei n.º 6.015, registros públicos). Ressalta que, nesta sua proposta tipológica, o termo *apelido* é usado para outros antropônimos, conforme se verá.

O autor registra ainda um subtipo especial de sobrenome formado por termos, como, *Filho*, *Neto*, *Sobrinho*, *Júnior*, *Segundo*, que assinalam uma relação de parentesco.

Grupo 2 - Os alônimos

Do grego *al(o)* = diferente + *ónoma* = nome de uma pessoa. São os antropônimos que não correspondem aos nomes oficiais atribuídos ao indivíduo no registro civil.

São subdivididos em:

a) Hipocorístico

É o antropônimo formado a partir de uma alteração morfológica (abreviação, diminutivo, aumentativo) de outro antropônimo; usado geralmente em contextos familiares. O autor ressalta que o hipocorístico se diferencia do apelido por ter sua origem em outro nome próprio, por exemplo, *Dudu*, hipocorístico de *Eduardo* (João Eduardo de Salles Nobre, cantor e compositor carioca) e *Drica* (Adriana Moraes Rego Reis, atriz brasileira).

b) Alcnhas ou apelido

É o antropônimo atribuído a um indivíduo geralmente por outra pessoa. Muitas vezes refere-se a uma característica física ou intelectual e pode ou não ser depreciativo. O autor

esclarece que aqui o termo *apelido* não é equivalente a *sobrenome*, conforme utilizam alguns autores. Registra que o DEHLP usa também o termo *prosônimo*, referindo-se à alcunha. Como exemplo de alcunha ou apelido, o autor cita *Calabresa* (apelido de Daniella Maria Giusti Barra, o qual foi incorporado ao seu nome artístico); *Girl Talk* (alcunha do produtor americano Gregg Gillis).

c) O pseudônimo e codinome

É o antropônimo empregado por um indivíduo em lugar do seu nome civil, o qual pode ser ou não encoberto, como *Stanislaw Ponte Preta* (pseudônimo do escritor Sérgio Porto). É diferente do apelido pelo fato de que é escolhido pelo portador do nome próprio. Acrescenta o autor que esse antropônimo recebe reconhecimento legal, a saber: “O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome” (BRASIL, 2002).

Já o *codinome* é usado para ocultar ou nomear um plano de ação ou uma organização. Porém, é também usado para ocultar a identidade de um indivíduo tendo, portanto, significação muito próxima à do pseudônimo e, por isso foi aqui incluído. Como exemplo, tem-se *Farias* (codinome do guerrilheiro Bergson Gurjão Farias).

d) O heterônimo

Seguindo o Novo DALP (2009) e o DEHLP (2009), o autor diferencia o *heterônimo* do *pseudônimo* afirmando “distinguiremos o *heterônimo* do *pseudônimo* na medida em que aquele corresponde ao nome de um indivíduo fictício, criado pelo portador de outro antropônimo”. (p.74). Como exemplo, tem-se *Alberto Caeiro* (um dos heterônimos do poeta português Fernando António Nogueira Pessoa).

d) Nomes artístico e nome de palco

É o antropônimo empregado por uma pessoa em lugar do seu nome civil e através do qual se torna conhecido em sua atividade profissional, por exemplo, a cantora *Dolores Duran* (nome artístico de Adileia da Silva).

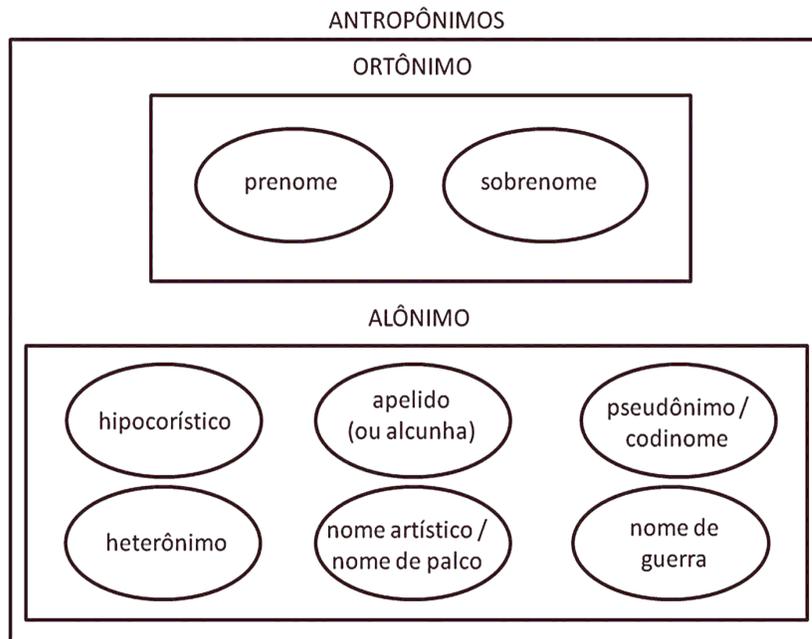
e) Nome de guerra

Baseando-se no DUPC e no DEHLP (2009), afirma o autor que o *nome de guerra* corresponderia a um pseudônimo ou apelido pelo qual alguém se tornaria mais conhecido em qualquer esfera de atividade. Assinala que, em princípio, poderia ser confundido com o *nome artístico*, mas ele é mais abrangente, já que não é usado somente nesse meio. Uma outra diferença, conforme o autor, seria o fato de o nome de guerra ter um aspecto pejorativo que o

pseudônimo não tem. Ressalta que nem todas as pessoas que criam pseudônimos para si criam um *nome de guerra*. Como exemplos, têm-se *Deadmau5* (nome de guerra de Joel Zimmerman, DJ canadense) e *Adriana* (nome de guerra de uma garota de programa).

A Figura 1, a seguir, resume a proposta tipológica apresentada por Amaral (2011).

Figura 1 - Diagrama da tipologia dos antropônimos



Fonte: Amaral, 2011, p. 76.

A tipologia proposta por Amaral, posta em comparação com as tipologias apresentadas por Vasconcellos (1928) e Gonçalves (1988[1971]) apresenta tanto semelhanças quanto diferenças, no que diz respeito às definições de algumas classes que lhes são comuns.

Uma dessas diferenças diz respeito ao termo *prenome*, que, nas duas tipologias anteriormente apresentadas, é considerado o termo que vem antes do nome próprio completo, porém o autor considera como o “primeiro nome” do nome completo civil. Uma outra diferença que se observa é em relação ao termo *heterônimo*, que, na proposta de Amaral, apresenta-se como uma tipologia, diferentemente de Vasconcellos, que trata desse termo inserido na tipologia dos pseudônimos. Há ainda, em relação às propostas de Amaral e Vasconcellos, diferenças referentes à classe “nome artístico ou nome de palco”, uma vez que Vasconcellos considera que o nome artístico e o nome de palco pertencem à categoria “nomes de guerra”.

Em suma, fazendo uma análise geral das tipologias aqui apresentadas, verifica-se que as assistemáticas podem ser observadas, tanto horizontalmente (dentro de cada tipologia) quanto verticalmente (entre as tipologias).

Em relação a essas assistemáticas, tendo em vista os conceitos fundamentais, conforme já referido anteriormente, observa-se, por exemplo, que Vasconcellos (1928), adotando, segundo ele mesmo, o gramático quinhentista João de Barros (1785), o ‘prenome’ ou ‘pronome’ é o elemento que vem imediatamente anterior ao nome individual, conceito que é adotado também por Gonçalves (1988[1971]), mas não por Amaral (2011) e outros autores, como Câmara Júnior (1986), por exemplo, que consideram o prenome como sendo o primeiro nome individual, quer seja simples, quer seja composto. Em relação aos ‘sobrenomes’ e ‘apelidos’, Vasconcellos considera ‘sobrenome’ a segunda parte do nome completo normal, constituído por um patronímico ou matronímico (nome do pai ou da mãe), nome de um santo ou outro. Em relação à estrutura do patronímico, conforme já se registrou, esse autor somente considera a forma genitiva derivada do nome próprio do pai (*Fernandes*). Já Gonçalves (1988[1971]) considera também como patronímico o nome do pai, quando posposto ao nome próprio, como em João *Afonso*, ou seja, João, filho de Afonso). Portanto, há, por parte de Gonçalves, uma ampliação do conceito de patronímico. Já se ressaltou que é uma das poucas diferenças conceituais encontradas no seu trabalho, uma vez que Vasconcellos (1928) é um dos principais autores que embasam seu estudo. Ao ampliar também a classe das alcunhas, a autora procura, principalmente, a variedade, a riqueza e a criatividade de uso dessa classe.

Assistemáticas são percebidas também quando se põem em comparação os conceitos dos termos ‘sobrenome’, ‘apelido’, ‘alcunha’ e ‘epíteto’. Vasconcellos conceitua esses termos e aponta inconsistências, segundo ele, verificadas no passado e persistentes até o presente. Registra o autor que os cidadãos romanos uniam o *praenomen* (nome individual), um nome *gentilicium*, ou o ‘nome da *gens*’ e um ou mais de um *cognome*, que era a designação de um ramo das *gens* originalmente tirada de uma circunstância ou uma qualidade como, por exemplo, *Marcus Tullius Cícero*. Sobre essa sistematicidade de uso dos nomes no latim, afirma:

Nós nunca usamos essa regularidade; acontece que ora traduzimos *cognomen* por *sobrenome* ou por *alcunha*, ora traduzimos *nomen gentilicium* por apelido, ora damos a *sobrenome* a significação de apelido e de alcunha [...] *sobrenome* no sentido de *cognomen* ou ‘epíteto’. (VASCONCELLOS, 1928, p. 12-14).

Porém, assistemáticas assim são verificadas também em outras línguas, tanto no passado quanto no presente.

No alemão, por exemplo, *Vorname* é um nome próprio (*praenomen*); *Zurname*, é um cognome, por exemplo, o designativo de pátria (Frank, *Fries*), que depois é transformado em nome de família; *Beiname*, um epíteto, por exemplo, Karl der *Gross*, ou uma alcunha que também é transformada em nome de família, como *Kraus* (crespo).¹⁷

Em relação às línguas românicas, no francês, por exemplo, *prénom* ou *petit nom* corresponde ao *praenomen* latino, ou nome individual; o *nom de famille* ao *nomen* (o apelido no sentido do português europeu) o *surnom* ao *cognomen*; o *sobriquet* ao epíteto, que muitas vezes, também se transforma em apelido de família.¹⁸

Já no Espanhol, os termos *apellido* e *sobrenome* são usados como equivalentes, significando “nobre de la familia a que pertenece el individuo.”¹⁹ Registra Vasconcellos que o termo ‘sobrenome’ em espanhol vulgar corresponde à alcunha do português europeu, e tem como sinônimos apodo (o mais usado), mote (alcunha baixa) e alias, conforme se vê na construção: “Su alias es Gallito”.

Na língua italiana, prenome corresponde ao *praenomen* latino; cognome, ao *nomen gentilicum* (nome de família); *sopranome*, ao epíteto, espécie de alcunha, como em *Guilherme de Orange, il Taciturno*.²⁰ Há também o registro de uso da palavra *supernomen* no sentido de alcunha, ou semelhante.

Sobre a relação do sistema trinominal romano e os nomes de pessoas no português, Amaral (2011) afirma que

Se a constituição dos nomes de pessoa no português tem sua origem no sistema trinominal romano (*praenomen, nomen, cognomen*), conforme já apontava Dick (1986), observa-se que os dados do português brasileiro se distanciam daquele sistema e apresentam novos itens antroponímicos, resultado talvez de relações sociais mais complexas. Esses novos itens, apesar de manterem os nomes que por lei são atribuídos a cada pessoa, incluem outros que são criados por diferentes motivos e para serem usados em diferentes esferas sociais. (AMARAL, 2011, p. 77)

No nosso entendimento, esse distanciamento não deve ser analisado como específico do

¹⁷ Cf. KLUGE (1917) *apud* LEITE DE VASCONCELLOS (1928, p. 15).

¹⁸ DAUZAT. (1925) *apud* LEITE DE VASCONCELLOS (1928, p. 15-16).

¹⁹ GODOY ALCÂNTARA (1871) *apud* LEITE DE VASCONCELLOS (1928, p. 15).

português brasileiro, uma vez que as transformações pelas quais passou o sistema de nomeação desde a Antiguidade Clássica até a contemporaneidade estão relacionadas às mudanças ocorridas no próprio sistema social. As propostas tipológicas aqui apresentadas, postas em comparação, permitem verificar a permanência da herança cultural deixada pelos portugueses no nosso sistema de nomeação. Enfim, as três tipologias aqui apresentadas permitem verificar que as mudanças e o aperfeiçoamento verificados ao longo do tempo, no sistema de nomeação a pessoas, estão relacionados a uma necessidade de adaptação a uma sociedade em contínua transformação.

Há que se reconhecer que a classificação é um importante procedimento metodológico. Dessa maneira, as tipologias propostas nos estudos das formas de nomeação, como as que aqui foram apresentadas, fornecem algumas vias, mesmo que tênues para a reconstituição dessas práticas de nomeação. Porém, além de classificar as ocorrências de tipos dos antropônimos usados em um determinado grupo social, é necessário e importante também verificar o valor que esses usos têm no funcionamento de determinado grupo social.

Por fim, gostaria de ressaltar dois problemas de caráter mais geral que considero fundamentais: a não distinção entre questões de natureza sincrônica e questões de natureza diacrônica. Por exemplo, os termos sobrenome, apelido e alcunha vêm lado a lado, mas, na definição de sobrenome, consta que este origina apelidos. Outro problema, a mistura de critérios formais e semânticos: a definição de sobrenome é formal “antropônimo(s) que se pospõe(m) ao prenome simples ou composto” (AMARAL, 20011, p. 70-71), mas a definição de alcunha é semântica: “*Alcunha*, do árabe *al – cunia* (“sobrenome”, e “renome de linhagem”); designação acrescentada ao nome normal do indivíduo por outras pessoas, referindo-se a uma determinada particularidade, característica física ou moral observada normalmente engraçada ou depreciativa, mas também séria e elogiosa (VASCONCELLOS, 1928, p. 18). Tais problemas contribuem, em grande parte, para obscurecer a fronteira entre os tipos de nomes apontados na bibliografia resenhada até aqui.

No próximo capítulo abordaremos o primeiro deles: a questão diacrônica. No capítulo 4, trataremos da questão formal, quando faremos a análise das amostras que utilizamos e a discussão de critérios para um tratamento qualitativo e quantitativo das formas de referenciação a pessoas.

Abaixo, apresentaremos um quadro geral de termos (QUADRO 1), estabelecendo uma

²⁰ NICOLA STOLFI (1905) *apud* LEITE DE VASCONCELLOS (1928, p. 16).

relação entre terminologias usadas no português europeu e no português brasileiro.

Quadro 1 - Relação entre definições de termos – português europeu e português brasileiro

(Continua)

DEFINIÇÃO	PORTUGUÊS EUROPEU	PORTUGUÊS BRASILEIRO
Elemento honorífico usado imediatamente antes do nome próprio, como em <i>Dona Carolina Michêlis</i> .	PRENOME	PRONOME
Nome próprio individual; simples (<i>Maria</i>) ou composto (<i>Maria Fernanda</i>)	NOME; NOME PRÓPRIO; NOME INDIVIDUAL; NOME DE PIA	PRENOME
É o nome próprio individual, como, <i>João; João Paulo; Maria da Graça</i> .	NOME; NOME PRÓPRIO; NOME INDIVIDUAL; NOME DE PIA	NOME; NOME PRÓPRIO; NOME INDIVIDUAL
Conjunto formado pela designação individual e o(s) nome(s) de família, como <i>José Silva, Maria Tereza Santos</i> .	NOME COMPLETO; NOME CIVIL	NOME; NOME PRÓPRIO; NOME COMPLETO; NOME CIVIL
Nome que situa melhor o indivíduo em função de sua proveniência geográfica, de sua profissão, da sua filiação, de uma qualidade física e moral, de uma circunstância de nascimento; tende a transmitir-se de pai para filhos, fixando-se como um Nome de família., como <i>Silva, Caeiro, Fernandes, Quaresma</i> .	SOBRENOME APELLIDO ALCUNHA	SOBRENOME APELLIDO
Designações criadas, para identificar uma determinada pessoa, de acordo com uma característica que se destaque positiva ou negativamente, de forma a atribuir-lhe um valor específico, como, <i>Pança, Zé Quati, Grilo, Prego, Zé de Zu</i> .	APELLIDO; ALCUNHA EPÍTETO; COGNOME HIPOCORÍSTICO	APELLIDO; ALCUNHA, EPÍTETO; COGNOME HIPOCORÍSTICO
As formas do nome reduzidas por alterações morfofonológicas tais como, <i>Zé, Gera, Lili, Bilinha</i> .		
Nome que tem aspecto de nome verdadeiro de uma pessoa e que é usado como pseudônimo por outra, como o apresentador <i>Sílvio Santos</i> , cujo nome verdadeiro é Senhor Abravanel.	HETERÔNIMO	HETERÔNIMO

Quadro 1 - Relação entre definições de termos – português europeu e português brasileiro

(Conclusão)

DEFINIÇÃO	PORTUGUÊS EUROPEU	PORTUGUÊS BRASILEIRO
Nome criado para encobrir, ou o nome próprio individual, ou o nome completo, como o escritor <i>Stanislaw Ponte Preta</i> , cujo nome verdadeiro é Sérgio Porto. Também usado para ocultar ou nomear um plano de ação ou uma organização.	PSEUDÔNIMO	CODNOME PSEUDÔNIMO
Nome formado com as letras de outro nome, como, <i>Maria<Armia</i> .	ANAGRAMA CRIPTÔNIMO	OU ANAGRAMA
Nome e sobrenome de pastor (Arcádia), escolhidos para serem usados pelos poetas, como <i>Elmano Sadino</i> (nome poético de Bocage).	NOME POÉTICO	PSEUDÔNIMO
Nome empregado por um indivíduo em lugar do seu nome civil e pelo qual se faz conhecido em sua atividade profissional, como o ator <i>Grande Otelo</i> , cujo nome verdadeiro é Sebastião Prata;	NOME DE GUERRA	NOME ARTÍSTICO; NOME DE PALCO
Nome normalmente escolhido pela própria pessoa para ser usado em um meio específico em que vive; muitas vezes tem caráter incomum e pejorativo, como o nome da ex-garota de programa <i>Bruna Surfistinha</i> , cujo nome verdadeiro é Raquel Pacheco.	NOME DE GUERRA	NOME DE GUERRA

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

A seguir, lançaremos um olhar sobre o passado, com o intuito de traçar o percurso histórico de formação do nome oficial de pessoas. Tendo em vista a proximidade histórico-cultural entre Portugal e Brasil, tomaremos alguns estudos sobre o português europeu.

2 PERCURSO HISTÓRICO DOS NOMES DE PESSOA

Vemos toda a nossa história passar efectivamente diante de nós, ao olharmos para as listas antroponímicas: os barões medievais com os seus solares (uso da partícula de), a vaidade da sua prosápia (apego aos patronímicos); a nobreza, que lhe sucede, não menos orgulhosa de encadeamento de apelidos geográficos, e de outros tidos como raros e sonoros. Os descobrimentos trazem-nos directa ou indirectamente Brasil, Ceita ou Ceuta, Índio, Samorim, Ternate. Quando encontramos as alcunhas ou alcunhas-apelidos de Espadeiro, Meleiro, Monteiro, evocamos indústrias ou cargos hoje extintos, mas que desempenharam certo papel na antiga sociedade portuguesa. É tal a intimidade entre o gosto do nome e as circunstâncias políticas da nação, que nos tempos da guerra da Liberdade se escolhiam os nomes, consoante a paixão política das respectivas famílias; e a mesma intimidade continua a revelar-se hoje no regime democrático.

(Vasconcellos, 1928)

No capítulo anterior, vimos que os sobrenomes se definem formalmente. São expressões nominais “que se pospõem” ao primeiro nome, formando o nome oficial, que aparece nas certidões de nascimento. O processo histórico de formação do nome oficial mostra etapas, até certo ponto, bastante nítidas. Para efeito de exemplificação, tomaremos alguns estudos sobre o português europeu. A justificativa para essa escolha são os fortes laços culturais que unem Portugal e Brasil, e a força que fatores culturais têm na escolha e na própria formação dos nomes oficiais.

Neste capítulo, mostraremos, na primeira seção, o percurso histórico de formação de nomes em Portugal. Na segunda seção, trataremos das alcunhas. Na terceira seção, trataremos dos apelidos. Nessas duas seções (2.2 e 2.3), verificaremos as contribuições de estudos antropológicos na identificação dos componentes do nome oficial. Na seção quatro, apresentaremos considerações sobre os tópicos tratados neste capítulo.

2.1 A FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DOS NOMES DE PESSOA EM PORTUGAL

Vasconcellos (1931) registra que, na Idade Média, nos documentos portugueses, as pessoas aparecem nomeadas ou só com o nome próprio, como por exemplo, *Cartemiro e Astrili*

(sua mulher)²¹, ou com o nome acompanhado do nome do pai (João *Fernandes*, ou seja, João, filho de Fernando), nome de outra pessoa (António *Gil*) ou expressão religiosa (João *de Deus*, por ter nascido no dia de São João de Deus). O autor também faz referência ao uso do termo *iben* indicando que era o nome do pai, uma vez que esse termo significa <filho>, como em *Gundezinho iben Izila* (assinatura de um moçárabe).²²

Registra o autor que, na segunda metade do século XV, em razão de começar a faltar patronímicos, aparecem outras formas de nomeação, como: Pero Rodrigues *gerou Nuno Pirez*; *Matim Anes gerou Moor Martins*; Francisco da Silveira, *filho de Fernão da Silveira*, Antonio Cabral, *filho de Pedro Avars Cabral*, Maria Rosa, *filha de Rosa*.

Gonçalves (1971) registra que o sistema de juntar a um nome individual fixo um outro nome de pessoa (pai, mãe ou outro) vigorou até os fins do século XV. No fim da Idade Média, o nome individual “avulso” só era usado pelas crianças ou por aqueles que podiam usá-lo com um honorífico (*Dona Branca*, *Mestre Afonso*) ou de caráter eclesiástico (*Frei Gonçalo*). Nesse caso, não se poderia dizer que se tratava de um “nome avulso”, já que o título era um elemento identificador da pessoa que o usava. Em relação às crianças, quando esse “nome avulso” não bastava para uma identificação completa, usava-se junto a ele um elemento diferenciador, em regra a indicação do pai, às vezes a da mãe, a de algum dos avós ou outra, tal como ocorria com os adultos.

Nos principais centros mais populosos, foi surgindo a necessidade de um terceiro ou mesmo um quarto componente de identificação. Ao contrário do nome próprio ou do patronímico, esse novo elemento apresentava uma variedade extrema. Ressalta a autora que isso não quer dizer que a pessoa deixasse de usar o indicativo de filiação, mas que esse novo elemento era eficaz para identificar essa pessoa na sociedade em que vivia.

Vasconcellos (1928) registra que, por volta do século XV, o sistema de nomeação através do patronímico torna-se totalmente confuso no séc. XVI. O autor afirma que

Quantos Afonsos não havia cujos pais se chamassem Fernando? Como distinguir tantas pessoas umas das outras? Esta confusão existiu sempre, porém com o tempo aumentou. Seria importante verificar em que região ou localidade a confusão era maior, e onde, pois, começou a decadência do sistema. Naturalmente começou em Lisboa, como povoação

²¹ Séc., IX, nos Dipl. et Chart., p. 04. *apud* Leite de Vasconcellos, 1931, p. 5.

²² Séc. XI, *ibidem*, p. 5.

cosmopolítica, tanto mais que do séc. XIV em diante é a Extremadura a província onde a população parece ter crescido mais: Gama Barros, *Hist. da admin.*, II, 152. A confusão [...] obrigava á adunção de alcunhas ou apelidos geograficos, [...] iam substituindo e suplantando os patronimicos. (VASCONCELLOS, 1928, p. 117-118)

O patronímico, portanto, continuou a existir, mas perdeu o seu papel primitivo. Um outro motivo que se poderia considerar para a recorrência a outras estratégias de identificação do indivíduo, segundo o autor, seria a alta concentração de certos nomes, tais como: *António, João, Pedro, Francisco, Manuel, Domingos* aliada à extrema monotonia dos nomes de família. Dessa forma, assinala Vasconcellos que

Quando um pai tem varios filhos, póde dar-se o caso de cada um d'elles, e não só um, receber como sobrenome o nome d'aquelle. Sei de um indivíduo, chamado *Salvador de tal*, com quatro filhas, que se chamam respectivamente: *Branca Salvador, Beatriz Salvador, Isabel Salvador, Conceição (sem Maria) Salvador*; de outro chamado *Adriano Machado*, com três filhos, cada um dos quais se chama respectivamente: *José Adriano Machado, Aníbal Adriano Machado, Alfredo Adriano Machado*; de outro, chamado *João Alves de Carvalho*, com dois filhos e uma filha, que se chamam respectivamente: *Simão João Alves de Carvalho, Manuel João de Carvalho, Benta João Alves de Carvalho*. (VASCONCELLOS, 1928, p. 131-132).

Assim é que começam a surgir os nomes relacionados à família. Em pequenas comunidades, iniciava-se a pospor ao nome individual o nome de alguém de família, que não o pai, principalmente se essa pessoa fosse importante. “Assim, o *José da Maria José* (filho da *Maria José*), o *João da Inês* (filho de *Inês de tal*); a *Maria da Rosa do Joaquim da Luísa* (filha de uma *Rosa*, que é mulher de um *Joaquim*, filho de uma *Luísa*)” (VASCONCELLOS, 1928, p. 135). Veja-se que, nos exemplos, em lugar do nome do pai aparece o nome da mãe.

Retomando o eixo temporal, tem-se, ao final do século XVI, a adunção de uma qualificação geográfica tendo em vista a naturalidade ou residência do indivíduo, como *Daniel de Ossella*²³ (uma das mais antigas freguesias de Portugal, sendo já paróquia no tempo dos godos). O uso da alcunha era outra forma usada para precisar ainda mais a denominação, como em *Joham Periz Gago*.²⁴

Com o tempo, ao patronímico e à denominação geográfica vieram-se juntar referências a

²³ Séc. XI, *ibidem*, p. 5.

²⁴ XIII, Dissert. Chron *apud* Leite de Vasconcellos, 1931, p. 5.

aspectos físicos ou morais dos indivíduos. Quando incorporadas, tais referências perdiam sua significação própria. Vasconcellos (1928) registra:

O pai de *Bernardo Rodrigues*, autor de um *Tractado memorial*, escrito em 1561, chamava-se *António* e não *Rodrigo* como para o sobrenome *Rodrigues* seria de se esperar em tempos anteriores. O conhecido antiquário *André de Rêsende*, do mesmo século, não era natural de Rêsende, mas de Évora. Uma alcunha que para o primeiro indivíduo que a recebeu seria ofensiva, por exemplo, Feio deixava de ser para um filho que fôsse boa figura, e assim o epíteto ficava indiferente, pelo que vemos num dos volumes do Anuário Comercial de Portugal dezenove vezes o apelido *Feio* respectivo a Lisboa. (VASCONCELLOS, 1928, p. 5-6)

Esclarece Vasconcelos (1928) que, em um nome como *Agostinho Albano Silveira Pinto*, professor e escritor do século XVIII, consta dos seguintes elementos: Agostinho (nome próprio) + Albano (sobrenome/patronímico) + Silveira (apelido originariamente geográfico) + Pinto (apelido proveniente de alcunha).

Assinala o autor que nem sempre o nome era composto rigorosamente por todos esses elementos, ora havia somente o nome próprio individual, ora esse nome individual somente com uma referência à família ou a algo que havia sido uma referência a um aspecto físico ou social.

No século XVII, conforme Monteiro (2008), em quase todos os casamentos dos quais nasciam dois ou mais filhos, estes usavam sobrenomes diferentes. As filhas usavam sobrenomes diferentes dos filhos, buscando-os da mãe ou de uma avó, não havendo uma regra fixa. Já no século XVIII, porém, verifica-se uma mudança que irá persistir ao longo do século XIX, a porcentagem de irmãos com o mesmo primeiro sobrenome ou conjugação de primeiros sobrenomes aumenta consideravelmente, isto é, há uma clara tendência para cada casa²⁵ ficar relacionada a nomes específicos, que eram adotados por todos aqueles que ali nasciam. O autor registra ainda que aos nomes individuais juntava-se os da casa, o do pai, e somente depois se acrescentava, eventualmente, o da mãe. Outro aspecto a ser observado é que as mulheres, depois de casadas, não usavam os nomes do marido, o que também causava estranheza àqueles países em que a prática era contrária.

No século XX, em 1911, implanta-se o registo civil com força de lei em Portugal. Depois dessa data, o acréscimo de outros nomes ao nome individual, que era opcional passou a ser

obrigatório. Até então as pessoas eram apenas batizadas com o nome individual e escolhiam livremente mudar esse nome individual ao entrar na adolescência, com o novo batismo (Crisma); permitia-se mudar o nome próprio, ou acrescentar a ele um outro nome. Os registros desses nomes eram exclusivamente os da Igreja Católica e serviam oficialmente à vida civil.

É importante notar que, no batismo, o que constava no registro paroquial era apenas o nome individual. Os registros paroquiais só se generalizaram após o Concílio de Trento (1545-1563). Isso quer dizer que só passaram a existir na segunda metade do século XVI ou até mais tarde. Assim, por ocasião do casamento, de algum registro notarial, de requerimento ou de habilitação, acrescentavam-se outros itens ao nome individual. No entanto, não existia nenhum registro oficial dos nomes das pessoas, então esses nomes se podiam ir mudando ao longo da vida.

Em resumo, o que se observa panoramicamente em relação à formação dos nomes de pessoa é que, à época da Revolução Urbana na Europa (século XI), com o aumento expressivo da população nas pequenas comunidades, o uso de um segundo nome se tornou comum, já que as pessoas passaram a ter mais dificuldade em conhecer-se todas; passou a ser mal visto quem não tinha um segundo nome. Embora essa tenha sido a causa do surgimento dos sobrenomes, grande parte dos nomes usados nas Idades Média e Moderna não estavam relacionados com a família, ou seja, nenhum era obrigatoriamente hereditário até a implantação do registro civil, no início do século XX. Após esse panorama sobre a formação dos nomes, poderemos retomar os termos que aparecem nas tipologias onomásticas.

No que diz respeito ao termo ‘sobrenome’, pode-se datar o seu percurso. Este, já no século XIV, é adotado em Portugal nos registros oficiais. Em outras nações europeias, nos anos de 1370 já se encontra esse termo em documentos, nas respectivas línguas locais. Significava um segundo nome mais distintivo, que era livremente atribuído ou escolhido e não necessariamente transmissível, isto é, não era o sobrenome no sentido contemporâneo do termo.

À medida que os documentos escritos eram usados para o registro dos atos legais, ia-se tornando mais importante identificar com exatidão as pessoas. Nas comunidades urbanas, os nomes próprios eram insuficientes para distinguir as pessoas. No campo, devido à questão do direito de sucessão hereditária de terras, era necessário indicar o vínculo com o dono da terra para

²⁵ Em Portugal, o conceito de *casa* era constituído pela noção de patrimônio familiar comum partilhado, em que, na ausência de varões, as mulheres eram as senhoras da casa e transmitiram, e ainda hoje transmitem o sobrenome da casa à sua descendência (Monteiro, 2008).

que os parentes tivessem garantidos os direitos hereditários, uma vez que bastava ter o mesmo nome para que se tentasse passar por filho. Estima-se que, na Europa, só depois do século XIX, a maioria das pessoas, independentemente do nível social, tinha um sobrenome fixo. Fora da Lusofonia, esse sobrenome tinha uma tendência a ser patrilinear, único, e identificava a família como primado de identidade masculina, provendo assim uma ligação com o passado e preservando sua identidade no futuro.

Pelos motivos já expostos no início desta seção, o que fizemos aqui foi apresentar, de uma forma geral, informações históricas acerca da formação e uso dos sobrenomes em Portugal. Na seção a seguir, trataremos das alcunhas.

2.2 AS ALCUNHAS

A alcunha é definida, conforme vimos no capítulo 1, como uma designação que é acrescentada ao nome do indivíduo por outras pessoas que observaram nesse indivíduo certas características físicas ou morais, as quais, em alguns casos, são jocosas e ofensivas, e noutros, sérias e elogiosas (Vasconcellos, 1928).

2.2.1 As alcunhas como objeto de estudo interdisciplinar

A alcunha constitui objeto de estudo em diferentes áreas. Entre elas, podem ser citadas, a Antropologia (BRANDES, 1975; FERNANDEZ OXEA, 1971; LEBEL, 1981; LUQUE BAENA, 1974; PITT-RIVERS; 1971; POLANAH, 1984; RAMOS, 1985; 2003; VIANA, 1932; KOURY, 2004; HARRIS, 2008; ROWLAND, 2008; MONTEIRO, 2008), a História (PEREZ DIAZ, 1972; GONÇALVES, 1988), a Linguística (VASCONCELLOS, 1928, 1932; BRITO, 1988; TEIXEIRA, 2007; AMARAL, 2008, 2011), entre outras.

Os estudos antropológicos assumem um caráter etnográfico, ou seja, é realizado segundo dois conjuntos de hipóteses sobre o comportamento do homem: a hipótese naturalista-ecológica e a hipótese qualitativo-fenomenológica. Segundo os pressupostos da hipótese naturalista-ecológica, o homem se comporta de acordo com o ambiente em que vive. Nesse sentido, a sociedade, a comunidade, a família e até mesmo elementos materiais e simbólicos exercem influência sobre o pensamento, a atitude e o comportamento humanos. A hipótese qualitativo-

fenomenológica, por sua vez, afirma que, para entender o comportamento humano, é necessário considerar as relações que influenciam a interpretação, os pensamentos, os sentimentos e as ações. As duas hipóteses trazem como ponto-chave o estudo sobre o comportamento humano realizado a partir do contexto, a fim de abstrair o significado de símbolos e compreender como as pessoas os interpretam e, a partir deles, direcionam suas atitudes. De fato, desde o nascimento, o homem, único ser “culturado”, é envolvido pelos hábitos e costumes de sua comunidade e comporta-se de acordo com os ensinamentos recebidos e com as atitudes aceitas por seu contexto sociocultural.

2.2.2 As alcunhas nos estudos antropológicos

Polanah (1986, p. 125) ressalta a pouca atenção dada por etnógrafos e linguistas portugueses para o estudo das alcunhas. Pondera que Portugal é um país em que não há quase ninguém que, em algum momento da sua vida, não tivesse sido recebido uma alcunha qualquer. O autor afirma: “o que verdadeiramente tem sido ignorado é o tratamento das alcunhas tomado como o produto da interação do indivíduo com o grupo que o enquadra e no qual ele representa um papel que lhe vale a alcunha da sua imagem social. Inventariando alguns estudos sobre as alcunhas, esse autor constata que a maior parte busca classificar as alcunhas identificadas. Tais tipologias procuram explicar essa necessidade que o homem tem de alcunhar o seu semelhante em situações muito próprias.

No Quadro 2, abaixo, encontra-se uma síntese de três tipologias analisadas por Polanah (1986) em seu trabalho *O Estudo Antropológico das Alcinhas*, publicado na *Revista Lusitana*.

Quadro 2 - Tipologias das alcunhas nos estudos antropológicos

Lebel (1981)	Viana (1932)	Ramos (1985)
Derivadas de particularidades físicas	Derivadas de características físicas	Astronômicas
Evocam a origem geográfica	Indicam a origem geográfica	Gastronômicas
Indicam a profissão	Indicam a profissão	Profissionais
Procedentes de uma anedota	derivadas de uma anedota	Zoomórficas
Ligadas à infância	Derivadas de apelidos familiares	Malcriadas
Provenientes de particularidades da linguagem	Derivadas de fatos sucedidos na infância	Ornitológicas
Provenientes de hábitos diversos	Provenientes de hábitos diversos	Políticas
Atribuídas por analogia	Provenientes de particularidades da linguagem	-
-	Imposta pelo entusiasmo manifestado por personalidades celebradas	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Conforme Polanah (1986), Lebel (1981) e Viana (1932) propõem classificações muito semelhantes, que têm em vista circunstâncias de vida do homem. Ramos, diferentemente, apresenta uma classificação por espécie, o que a torna mais ampla e menos precisa. Para Polanah, categorias científicas não se ajustam às peculiaridades das alcunhas, uma vez que essas são frutos do imprevisto, são nomes, por vezes irreverentes, criados, ou para substituírem o nome oficial, ou para se agregarem em combinações com outros. Afirma Polanah (1986) que

[...] a alcunha denotativa é uma marca resultante do encontro do indivíduo com o grupo que o controla e tem a seu respeito uma opinião: É a própria comunidade que cria e outorga a alcunha. Só os membros competentes do grupo de referência do indivíduo é que estão capazes de se caracterizarem entre si, pois é dentro deste grupo primário, formado por parentes e vizinhos do lugar, que o indivíduo se encultura e socializa e, aqui, crescendo, encontra a imagem do seu *self*²⁶ por oposição ao mesmo grupo que o integra e lhe serve de modelo. A comunidade, como unidade relativamente fechada e completa em si mesma. Interpreta a personalidade dos seus membros a um nível de abstração simbólica, livre de qualquer convencionalismo. (POLANAH, 1986, p. 129)

²⁶ De forma geral, entende-se por *self* aquilo que define a pessoa na sua individualidade e subjetividade, ou seja, na sua essência. (www.wikipedia.org/ acesso em 23/5/2012).

Afirma ainda que

A alcunha [...] não é atribuída, nem pode sê-lo à hora do nascimento. [...] Forja-se durante o percurso vital do indivíduo, enquanto ele se torna uma presença actuante e interactuante no seio de um grupo, em cujo universo social tem papéis significativos a desempenhar. Será no transcurso da existência que o sentido observador da colectividade descobrirá a chave que há de reduzir a sua personalidade a uma nomenclatura sobreposta ao seu nome [oficial]. (POLANAH, 1986, p. 141).

Dessa maneira, para o autor, a alcunha, como os antigos nomes, é um lexema significante; ela surge no grupo através dos seus membros, tendo em vista os aspectos observados no processo de convivência e interação. A alcunha nasce do improvisado, mas o seu uso contínuo possibilita a sua consagração.

Adverte o autor que

Se o indivíduo se transfere para outro lugar, a alcunha da terra ou do grupo do qual saiu poderá ser esquecida, porque faltam aos companheiros ou pessoas que eram habitualmente os seus utilizadores. A alcunha é, por isso, parte dum código classificatório que, num dado espaço sócio-cultural, facilita a ordenação territorial e moral dos seus habitantes e torna mais cômoda a localização e identificação das famílias e de cada um dos seus membros, muitos dos quais se confundem por serem portadores de nomes iguais. (POLANAH, 1986, p.143)

Ressalta esse autor a contribuição do meio rural, ao afirmar que

De facto, as aldeias parecem ser o laboratório por excelência onde mais se inventam [alcunhas]. Existe uma relação estreita entre a produção da alcunha e o tamanho do grupo. É preciso que todos, mais ou menos, se conheçam e tenham interesses comuns habitualmente partilhados. O meio camponês é, por esse facto, o cadinho ideal para a invenção [de alcunhas]. E de uma maneira geral, quando o indivíduo se separa do grupo original, onde quer que se vá inserir, se por ventura adere a um grupo (companheiros de trabalho, clube de futebol, companhia de teatro, amigos de esquina ou de café, etc.) o mesmo fenómeno poderá ocorrer. A alcunha poderá então não apresentar as características ressabiadas ou picarescas do ambiente aldeão, mas inclinar-se mais para nomes em que o espírito de camaradagem mostra querer impor-se através de um sabor de carinho e amizade entre companheiros que compartilham dos mesmos interesses e objectivos. (POLANAH, 1986, p. 144).

Veja-se nessa citação um carácter cíclico das alcunhas. Nascem no grupo, do convívio e

participação no grupo, seja ele situado ou não no espaço rural.

O estudo de Francisco Martins Ramos (1985) *Alcunhas Alentejanas*, em que analisa alcunhas na região do Alentejo (Portugal) corrobora essa afirmativa. Conforme esse autor, nas povoações menores, em que foi possível quantificar o total de alcunhas existentes, verificou-se que 96% dos habitantes eram detentores de alcunhas individuais ou familiares, o que significa que, para além de outras motivações, as alcunhas têm, na região pesquisada, funções de identificar e diferenciar o indivíduo em seu grupo social, funcionando também como um complemento dos sistemas de filiação e parentesco, no esquema de reconstituição das genealogias.

Uma outra conclusão de Ramos (1985, p. 43) é que o parentesco, a vizinhança, a amizade não impedem, nas pequenas comunidades, a livre circulação das alcunhas. O autor ressalta que o processo de urbanização e um significativo crescimento demográfico tenderam a diminuir o peso social desse tipo de alcunha. Argumenta que, nas pequenas comunidades, verifica-se um número reduzido de sobrenomes para muitos utilizadores. Os habitantes dessas pequenas comunidades costumam afirmar que “somos todos primos” ou que “não há uma rua onde a gente não tenha um parente”. O parentesco leva naturalmente a uma sobreutilização dos mesmos sobrenomes. Afirma que “se alguém quiser se referir ao João da Silva, a pergunta tradicional será: ‘Qual Silva?’ Surge então a alcunha como mecanismo de simplificação do processo identificativo: ‘O Silva, filho do João pernetá.’ Para o autor, essa saturação de sobrenomes iguais, semanticamente vazios, em muitos casos, gera, por outro lado, a utilização da marca distintiva, possuidora, na maioria das vezes, de significado afetivo e/ou simbólico. Poder-se-ia dizer que a comunidade rejeita, em muitas situações, a ausência de significado sentimental ou simbólico na frieza dos sobrenomes.

Ramos (1985) constatou que, em determinadas comunidades portuguesas, como é o caso de Aldeia Amarela, há uma tendência cada vez maior para a utilização de alcunhas como forma de referência, em situações específicas: nas festas, nos bares, nas sociedades recreativas. Nesses casos, os interlocutores podem ser de faixas etárias diferentes, mas são, de modo geral, amigos. Por outro lado, evitar o tratamento por alcunha pode servir para intensificar laços entre as pessoas, significando respeito recíproco. Argumenta Ramos (1985) que o uso das alcunhas contribuem, tanto para o estabelecimento de distâncias sociais, quanto para a coesão grupal.

O estudo mostrou ainda, através da análise etnográfica, que o aumento da alfabetização e do contato urbano, a diversificação dos meios de comunicação de massa, que já há algum tempo

fazem parte das comunidades rurais, parecem ser mecanismos sem força para eliminar o uso das alcunhas. Contrariamente verificou-se que, nas aldeias e vilas pesquisadas, esses fatores favorecem uma renovação e atualização do processo “crismático”. Fatores como riqueza, status, prestígio, liderança, sexo, origem, idade, virtudes são fatores que não impedem a criação informal de alcunhas.

Em relação à função do uso das alcunhas, Ramos (1985) afirma que elas não são apenas resultado de um espírito crítico apurado, de um poder de observação, ou de um exercício desinteressado de estilo inocente e puramente estético, mas que elas exercem papéis funcionais importantes na sociedade: são marcas discriminatórias que estigmatizam situações de inferioridade, pobreza, comportamentos anormais, real ou ficticiamente, e que, portanto, marcam e aprofundam diferenças sociais. Por outro lado, podem funcionar como mecanismo redutor das diferenças socioeconômicas, eliminando privilégios e diferenças. Ressalta que é interessante observar que muitos daqueles que recebem alcunhas, por razões de conveniência, aceitam-nas de tal maneira, que algumas acabam por transformar-se em sobrenomes. Uma alcunha pode ser um fato individual, mas o seu sancionamento é coletivo, uma vez que é a coletividade que permite e fomenta o aparecimento, a circulação e a consagração das alcunhas, e essa consagração tem tanta força que, em muitos casos, origina a passagem da alcunha para sobrenome, basta que esta não seja ofensiva.

A análise das alcunhas do ponto de vista antropológico permite revelar suas especificidades e também distingui-las dos nomes de família: patronímicos, matronímicos e outros. Além disso, esses estudos também revelam aspectos que constituirão fontes para a análise sociolinguística das formas de referência a pessoas, que realizaremos no capítulo

Na próxima seção, focalizaremos o termo ‘apelido’, também já presente nas tipologias onomásticas apresentadas na primeira seção deste capítulo.

2.3 APELIDOS

Conforme já referido, de acordo com Vasconcellos (1928), o apelido é entendido como a designação de família, transmitida ordinariamente de geração em geração como, por exemplo, *Carvalho*, *Brandão*, *Amaral*. A partir dessa conceituação, pode-se, então, assumir que os itens que se somam ao nome individual e correspondem ao nome do pai, ao nome da mãe, ao nome de

alguém da família ou de outra pessoa podem ser agrupados sob um mesmo rótulo ou termo.

Do ponto de vista antropológico, o apelido ou nome de família constituiria “uma espécie de atribuição especial, assumindo-o como um tipo de convite ou convocação para pertencer a uma comunidade, a uma articulação relacional específica, a um grupo, ou a uma espécie de organização social determinada.” (KOURY, 2004, p. 6).

2.4 CONSIDERAÇÕES

Tal como Martins Ramos (1985, p. 54) podemos, agora, ver nas formas de se fazer referência às pessoas “um texto que se lê, um espelho, um livro aberto” em que são evidenciadas características econômicas, sociais, políticas, culturais, morais, estéticas, sentimentais e ideológicas desse grupo”.

Podemos também fazer a distinção entre nomes individuais e sobrenomes, uma vez que as amostras a serem analisadas no próximo capítulo se compõem de dados coletados no momento atual. E é no momento atual que nome individual e sobrenome compõem o que podemos identificar como nome oficial.

Vimos que, no processo diacrônico, os sobrenomes vão se formando, a partir da soma ou acréscimo de outros nomes ao nome individual. Vão sendo acrescentados patronímicos, e/ou matronímicos, e/ou indicadores de origem, e/ou indicadores de aspectos físicos ou morais. Em outras palavras, podemos, agora, identificar o apelido e a alcunha como subpartes dos sobrenomes.

Em relação ao termo ‘apelido’, vamos nos distanciar da linguagem cotidiana usada no Brasil, uma vez que os brasileiros atribuem ao item ‘apelido’ um sentido genérico, que ora inclui ora exclui as designações apontadas na definição apresentada na seção (2.3). Tal distinção se torna necessária, porque em nossas amostras encontramos nomes oficiais e também nomes não oficiais. Em outras palavras, em nossas amostras ocorrem nomes oficiais e outras denominações antroponímicas, conforme exemplificamos na introdução desta tese (‘Zé Quati’, ‘Dão da Água’, etc.).

Outros vários termos presentes nas tipologias apresentadas no capítulo 1 não foram objeto de investigação diacrônica nem antropológica aqui. O motivo dessa omissão é que não vamos nos valer desses termos na descrição de nossas amostras. Isso se deve ao nosso objetivo de buscar,

nas diferentes formas de denominação, uma fonte para investigar a correlação entre língua e sociedade. Para isso, optamos por analisar as formas de referência usadas na referência indireta. As categorias apelido e alcunha servirão como subfatores na análise variacionista a ser empreendida. A distinção entre nome oficial e outros antropônimos constituirão nossa variável dependente. Tendo em conta os diferentes usos dessas formas e sua função na reconstrução social do espaço e na conservação da memória do grupo, optamos por realizar uma análise que leve em conta a noção de rede. Desse modo, pretendemos capturar as correlações entre densidade no espaço rural e densidade no espaço urbano. As distinções, apontadas por Viana (1932), entre nomes que retratam características físicas, origem social, profissão, hábitos particulares de linguagem e entusiasmo manifestado por personalidades celebradas serão a fonte de definição de subfatores de variáveis independentes.

Passemos, então, à descrição do referencial teórico em que se vai desenvolver a análise de nossos dados. Nesse espaço é que os termos ‘variável dependente’, ‘variável independente’, ‘subfatores’ e ‘análise de redes’, usados aqui, serão adequadamente conceituados.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Nossa pesquisa desenvolve-se em dois níveis metodológicos de análise: um nível macro, de caráter quantitativo, proposto pela Teoria da Variação, e um nível micro, de caráter qualitativo, que está associado à análise de Redes Sociais.

Sendo assim, este capítulo será organizado da seguinte forma: na primeira seção, abordaremos aspectos envolvidos na Teoria da Variação. Na segunda seção, trataremos da dimensão histórica na Teoria da Variação, tendo como foco o Princípio Uniformitário. Na terceira, apresentaremos a composição da amostra. Na quarta seção, traçaremos um breve panorama histórico-geográfico das regiões da coleta dos dados. Na quinta seção, explicaremos como foi feita a coleta dos dados. Na sexta seção, explicitaremos o suporte quantitativo. Na sétima seção, apresentaremos a variável dependente, as variáveis internas e externas, bem como os motivos pelos quais essas variáveis foram selecionadas. Na oitava seção, explicaremos como foi feita a codificação dos dados. Na nona seção, explicitaremos o método de análise de Redes Sociais. Desse modo, teremos elaborado um cenário em que, no próximo capítulo, nossos resultados serão apresentados e interpretados.

3.1 A TEORIA DA VARIAÇÃO

A Sociolinguística, sob a perspectiva da Teoria da Variação, opõe-se à ausência do componente social e à relação língua/homogeneidade. Incorpora a ideia de variação sistemática motivada por pressões sociais que “continuamente operam sobre a língua”, não devendo, pois, ser estudada fora do contexto social.

O modelo variacionista é, portanto, entendido como um espaço de investigação interdisciplinar que atua nas fronteiras entre língua e sociedade, focalizando os empregos concretos da língua. Assim, os dados adequados à análise linguística, de acordo com esse modelo, devem ser extraídos da língua falada. Sob essa perspectiva, além das regras categóricas, há, na língua falada, regras linguísticas variáveis, o que significa dizer que a língua é passível de variação, ou seja, podem-se utilizar duas ou mais formas linguísticas para se dizer algo considerando-se um mesmo contexto. Tendo em vista essas variadas formas linguísticas, chega-

se ao termo ‘variável dependente’ assim definido por Mollica (2003):

Entendemos então por variantes as diversas formas alternativas que configuram fenômeno variável, tecnicamente chamado de variável dependente. A concordância entre o verbo e o sujeito, por exemplo, é uma variável linguística (ou um fenômeno variável), pois se realiza através de duas variantes, duas alternativas possíveis e semanticamente equivalentes: a marca de concordância no verbo ou a ausência da marca de concordância. (MOLLICA, 2003, p. 11)

Assim, de acordo com a autora, uma variável é concebida como dependente porque a escolha por uma das variantes não se dá de modo aleatório. Há um grupo de fatores – ou variáveis independentes – de natureza linguística ou extralinguística que motivam a ocorrência ou não de uma determinada forma linguística.

Tarallo define os fatores extralinguísticos da seguinte maneira:

Tudo aquilo que servir de pretexto e co-texto à variável (isto é, tudo aquilo que não for estritamente linguístico) poderá ser relevante para a resolução de seu ‘caso’. A formalidade vs. informalidade do discurso, o nível socioeconômico do falante, sua escolaridade, faixa etária e sexo poderão ser considerados como possíveis grupos de fatores condicionadores (TARALLO, 1997, p. 46).

Portanto, a Sociolinguística concebe a variação linguística como um princípio comum e universal, passível de ser sistematizada, partindo do pressuposto de que as alternâncias de uso são determinadas por fatores linguísticos e sociais. Dessa maneira, para a sistematização da variável, é necessário estabelecer relação entre esses fatores.

3.1.1 A regularidade e a sistematicidade na variação

A descoberta de que vários dialetos são diferenciados entre si, não só por conjuntos discretos de traços, mas também pelas variações de frequências com que certos traços ocorrem foi uma das mais importantes e significativas contribuições dos estudos sociolinguísticos.

Nos termos de Wolfram e Fasold (1974), há aspectos das restrições variáveis que são específicos de uma determinada comunidade. Em se tratando da universalidade das restrições, há que se considerar o efeito e a ordem de previsibilidade. O primeiro está relacionado ao fato de que um tipo sempre terá um efeito ou variabilidade. O segundo está relacionando à ordem

específica das restrições. Pode-se afirmar que o efeito de previsibilidade seja derivado de alguns princípios universais da língua, porém, a ordem de previsibilidade é específica da língua. Dessa maneira, a observação e análise de fenômenos variáveis permitem o questionamento de hipóteses sobre: por que se produzem certas mudanças; como tais mudanças são difundidas através do tempo; e quais os fatores sociais e linguísticos as favorecem.

Weinreich, Labov e Herzog (1968) sustentam que uma mudança linguística ocorre quando uma variante se generaliza em um subgrupo de uma comunidade e adquire uma direção e significado social. O avanço da mudança está associado à aprovação dos valores de um grupo pelos integrantes de outro grupo.

Sankoff (1988) apregoa que uma mudança requer um período de transição, de variabilidade, de competição entre estruturas e de divergências dentro da comunidade do falante. Dessa forma, no primeiro estágio da mudança, as formas conservadoras raramente são expostas às formas inovadoras. O contato entre os falantes favorece a expansão das formas inovadoras atingindo as conservadoras. A mudança acontece quando uma variante se sobrepõe à outra. Conforme Labov (1994), quanto maior a frequência de contato entre os falantes, maior será a expansão da mudança. Silva Corvalán (1989, p. 156) argumenta que o processo de variação por um longo período de tempo se completa resultando em um elemento linguístico categórico que adquire novo significado social.

Segundo Sankoff (1988, p. 154), tal processo não é facilmente observado. Inicialmente se deve identificar as formas analisadas e os contextos que estão produzindo esse processo de mudança. Deve-se inferir o significado ou a função de cada dado, conhecer a variedade de fala e compreender o que está presente no discurso particular para compreender as intenções do falante. É preciso fazer observações diretas dos dados coletados na comunidade de fala.

3.1.2 Os problemas que norteiam o estudo da variação

Weinreich, Labov e Herzog (1968) afirmam que, para se estudar a mudança linguística, é preciso dar conta de cinco problemas que norteiam esse tipo de estudo: o problema da restrição (*constraints problem*); o problema da transição (*transition problem*); o problema do encaixamento (*embedding problem*); o problema da avaliação (*avaluation problem*); e o problema da implementação (*actuation problem*). Lidar com tais questões representa fazer uma

análise acurada de uma comunidade sociolinguística, com seus componentes de variação e mudança.

3.1.3 O problema das restrições

Relaciona-se ao conjunto de possíveis mudanças e possíveis condições para mudanças que podem acontecer. O processo de mudança linguística dificilmente é um movimento de um sistema inteiro para outro. É, pois, o movimento limitado de um conjunto limitado de variáveis de um sistema que muda paulatinamente seus valores modais de um polo a outro. Na concepção dos linguistas anteriores aos variacionistas, para cada forma há uma função correspondente; já os variacionistas afirmam que uma função pode ser desempenhada por duas ou mais formas, que são chamadas de variantes.

3.1.4 O problema de transição

Consiste em observar se a mudança linguística ocorre em estágios discretos ou faz parte de um *continuum*, ou seja, como e por quais caminhos a língua muda.

Weinreich, Labov e Herzog (1968) ressaltam que, embora os estruturalistas considerem que nos períodos de transição há pouca sistematicidade, a comunicação acontece de maneira eficiente, uma vez que a heterogeneidade é sistemática.

3.1.5 O problema do encaixamento

A Teoria da Variação defende a ideia de que uma análise estritamente linguística não é suficiente para explicar a mudança, sendo assim, propõe a interação do sistema linguístico com a estrutura social da comunidade de fala e divide o encaixamento em dois blocos: o encaixamento da estrutura linguística e o encaixamento da estrutura social. Esse último bloco representa um dos mais importantes avanços do modelo sociolingüístico, e é o que o difere do modelo estrutural-funcionalista em relação à questão do encaixamento.

É certo que cada comunidade de fala possui uma característica variacionista particular, porém, por meio da comparação dos estudos feitos em uma comunidade com os de outra

comunidade, pode-se ter uma ideia dos universais da variação, isto é, os fatores que regem determinado fenômeno em variação.

Portanto, conforme já se afirmou, por meio de um recorte transversal da amostra sincrônica em função da faixa etária dos informantes, ou seja, a análise em tempo aparente, é possível determinar se o processo em análise está apenas sofrendo variação (variantes lutando por sua subsistência ou coexistência), se há uma situação de mudança em progresso ou se se trata de gradação etária, ou seja, uma mudança de comportamento linguístico característica de uma certa idade, que se repete em cada geração, alterando a frequência de algumas variáveis linguísticas por serem modificadas ou corrigidas em uma idade avançada do indivíduo.

3.1.6 O problema da avaliação

Os membros de uma determinada comunidade linguística avaliam a mudança e quais são os efeitos dessa avaliação sobre o processo de mudança em si. Ao contrário da questão levantada por Saussure de que o indivíduo aceita passivamente o processo de estruturação da língua, a Sociolinguística defende que estágios iniciais da mudança estão abaixo do nível de consciência social, e os falantes não os percebem. Nos estágios seguintes, afirma Labov (1982), desvios estilísticos começam a aparecer, assim como a estratificação social. Os testes de reação subjetiva podem explicitar a avaliação social. Nas últimas etapas da mudança, quando a sociedade já é capaz de percebê-la, começam a aparecer estereótipos relacionados a características sociais negativas, conseqüentemente a reação do falante é a correção, ou seja, a rejeição das formas inovadoras.

Assim, os falantes avaliam as formas com as quais se identificam dentro do grupo social a que pertence, ou as de um grupo que, para ele, é de prestígio, mas podendo, de forma inconsciente, produzir formas que julga ter uma avaliação social negativa.

3.1.7 O problema da implementação

O problema da implementação está centrado na determinação da direção que a mudança toma na estrutura social. Labov (1994), empiricamente, observou que o padrão da mudança em progresso, encontrado em estudos nos centros urbanos, era que o grupo mais inovador nos

processos de mudança provinha dos grupos sociais intermediários (a implementação diagnosticada por Labov desenhava um gráfico curvilíneo). Ao contrário, as correntes anteriores atribuíam ao movimento da mudança uma direção de cima para baixo ou vice-versa (desenhava um gráfico retilíneo).

3.2 A DIMENSÃO HISTÓRICA NA TEORIA DA VARIAÇÃO

Tarallo (1997) afirma que a estrutura de uma língua somente será totalmente entendida se se compreenderem efetivamente os processos históricos de sua configuração e acrescenta:

[...] um outro princípio deverá reger nossas investigações: o da uniformidade.²⁷ Segundo esse princípio, as forças que atuam no momento sincrônico presente são (ou deveriam ser) as mesmas que atuaram no passado, e vice-versa. Portanto, uma teoria da mudança linguística deve guiar-se por uma articulação teórica e metodológica entre presente-passado e presente. Em outras palavras, inicia-se o processo de investigação no presente; volta-se ao passado para o devido encaixamento histórico das variantes, retornando-se a seguir, ao presente para o fechamento do ciclo de análise. Trata-se de uma viagem de ida e volta. (TARALLO, 1997, p. 64)

Essa dimensão histórica poderá ser dada a partir de uma projeção em tempo real (diacrônico) em que se estabelece um espaço de tempo determinado cronologicamente, e/ou em tempo aparente (sincrônico), fazendo-se um ‘recorte transversal da comunidade de falantes’, através de diferentes faixas etárias.

Considerando que nem tudo que varia implica mudança, mas que toda mudança pressupõe variação, é importante dizer se a análise sociolinguística das variantes indica uma variação estável (coexistência mútua no sistema linguístico) ou uma mudança em progresso (disputa entre as variantes até que apenas uma delas permaneça no sistema).

Assim, a análise em tempo real poderá explicitar o estágio de coexistência ou não das variantes na comunidade linguística. Por sua vez, a análise em tempo aparente, estabelecerá o estágio pelo qual passam as variantes no momento do recorte temporal em que estão sendo observadas, e, por conseguinte, uma análise específica daquele momento, sendo importante a observação sincrônica do estágio das variantes.

Dessa maneira, a nossa pesquisa, com o objetivo de explicar a variação de uso dos

antropônimos como formas de referenciação a pessoas, no momento sincrônico, tomará a dimensão histórica para análise. O nosso interesse nos fatos históricos sobre as variantes relaciona-se, pois, a um princípio da tradicional linguística histórica e já referido anteriormente: “a estrutura de uma língua somente será totalmente entendida à medida que se compreendam efetivamente os processos históricos de sua configuração.” (TARALLO, 1997, p. 64). Sendo assim, um outro princípio norteará a nossa pesquisa: o princípio uniformitário. Conforme Tarallo, a adoção desse princípio significa orientar-se por uma articulação teórica e metodológica que, conforme anteriormente mencionado, inicia-se no presente, volta-se ao passado e retorna-se ao presente para que o ciclo se complete.

3.2.1 O princípio uniformitário

Contrapondo-se à concepção *homogênea* de língua defendida por autores da primeira metade do século XX, entre eles Saussure (1916) e Chomsky (1965), Labov (1972a) apresenta o pressuposto de que os fenômenos de mudança decorrentes da variação são passíveis de estudo e observação. De acordo com esse autor, uma teoria de mudança linguística teria de, entre outros objetivos, “determinar se o presente curso de evolução linguística está seguindo a mesma direção, e é governada pelos mesmos fatores que operaram no passado.” (WEINREICH; LABOV; HERZOG; 1968, 103). Esses pressupostos põem em evidência a diacronia, que estava na obscuridade desde o estabelecimento do Estruturalismo e da publicação do *Curso de Linguística Geral*.

Em *Principles of Linguistic Change*, Labov (1994) defende a existência de princípios que regulam o *modus operandi* das mudanças linguísticas, entre esses, encontra-se o *princípio da uniformidade*. De acordo com esse princípio, as mudanças que ocorrem atualmente nas línguas humanas são da mesma categoria e dimensão que aquelas que atuaram na história de constituição dessas mesmas línguas. Para Coseriu (1979), estudar a língua numa perspectiva histórica contribui para se compreender o *funcionamento* do estado atual da *projeção sincrônica* que é a própria língua.

Faraco (2005) afirma que adotar o princípio da uniformidade significa considerar que “as comunidades humanas, embora diferentes em cada situação conjuntural, partilham no presente e passado de certas propriedades recorrentes.” (FARACO, 2005, p. 123)

²⁷ É preferível a tradução *princípio uniformitário* proposita por CALLOU; MORAES; LEITE (1998, p. 61-72).

Portanto, procuramos analisar a variação das formas de referenciação a pessoas, a fim de verificar se tal variação obedece a uma uniformidade de ação. Assim, observando o comportamento dos antropônimos como formas de referenciação no eixo diacrônico, poderemos identificar alguns caminhos para a compreensão e interpretação do fenômeno variável em estudo.

Para acrescentar a primeira dimensão histórica à nossa análise, fizemos um recorte transversal da amostra sincrônica em função de duas faixas etárias dos falantes: adulta e idosa. Correlacionamos as variantes ao fator idade para verificar a estabilidade ou não dessas variantes. E, para atender à segunda dimensão histórica, procederemos ao encaixamento da variável no tempo real, através de estudos linguísticos que registram o uso, no passado, das variantes em estudo.

Tendo em vista que a pesquisa sociolinguística tem por objetivo principal a sistematização da variação, para se alcançar tal objetivo, deve-se constituir um *corpus* baseado em dados naturais de fala, descrever detalhadamente a variável e suas variantes, estabelecer quais os possíveis fatores linguísticos e sociais que influenciam a variável, encaixá-la linguisticamente, avaliá-la e observar os processos de transição e implementação que a envolvem. Dessa maneira, atinge-se o objetivo pretendido, ou seja, dar conta da dimensão social, cultural e histórica do fenômeno linguístico considerado para o estudo.

Nossa pesquisa se insere nesse arcabouço teórico, uma vez que trabalhará com uma quantidade de dados de língua oral e procurará verificar de que maneira fatores internos e externos interferem no fenômeno proposto para ser estudado. Conforme argumenta Naro (2003) a questão central para a Teoria da Variação é a avaliação do *quantum* com que cada categoria postulada contribui para a realização de uma ou de outra variante. Segundo Labov (1972a), para que se possam formular esquemas de regras, é necessário que se desenvolva uma metodologia adequada para quantificar os fatores, em número relativamente pequeno, que devem apresentar um peso fixo, independentemente do contexto em que ocorrem. Portanto, a metodologia usada para a constituição do *corpus* foi a utilizada pelos trabalhos de “sociolinguística quantitativa” uma vez que operou com números e tratamento estatístico dos dados coletados.

3.3 A COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA

Foram vinte e quatro entrevistas: doze de Aparecida do Mundo Novo (AMN), Norte de Minas Gerais e doze de Belo Horizonte (BH), região Central do Estado, com informantes de duas faixas etárias e dois níveis de escolaridade.

A comunidade de Aparecida do Mundo Novo faz parte da Microrregião de Montes Claros, na região Norte de Minas. É uma região muito antiga, que teve como primeiros povoadores espanhóis e portugueses. Ainda é uma região predominantemente rural, possui hoje aproximadamente 1.000 habitantes. Já Belo Horizonte tem cerca de 2.400.000 habitantes, capital do estado, fundada no final do século 19.

3.3.1 A dimensão e a estratificação da amostra

Para esta análise, foram considerados, portanto, 24 informantes. Os doze falantes de Belo Horizonte (MG) foram selecionados da versão eletrônica do *Corpus do Dialeto Mineiro*: textos orais; textos escritos dos séculos XVIII, XIX e XX - (RAMOS, 2007), para verificar a influência do fator área geográfica sobre a variação das formas referenciais estudadas. Veja-se abaixo a estratificação da amostra (QUADRO 3).

Quadro 3 - Estratificação da amostra

Faixa etária	Gênero	N.º informantes
		AMN/BH
26 a 49 anos	Masculino	06
	Feminino	06
Acima de 50 anos	Masculino	06
	Feminino	06

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

3.4 BREVE PANORAMA HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DAS REGIÕES DA COLETA DE DADOS

Os locais da coleta de dados são Aparecida do Mundo Novo, distrito de Montes Claros, cidade situada no Norte de Minas Gerais e Belo Horizonte-MG, capital mineira, situada a oeste do Estado. Veja-se a localização de AMN em relação a BH no mapa (FIGURA 2).

Figura 2 – Localização de Aparecida do Mundo Novo – MG



Fonte: www.google.br.

3.4.1 Formação do Norte de Minas

O processo histórico de constituição do Norte de Minas inicia-se no século XVI a partir do movimento de expansão da pecuária. Em função dessa origem, a região teve um povoamento esparso, sendo comum aos historiadores o uso do termo ‘sertão’ quando fazem referência ao Norte de Minas. A base econômica dessa região sempre esteve calcada na agropecuária e no

comércio (PEREIRA; SOARES, 2005). No final do século XIX, com a decadência das cidades ribeirinhas e o afastamento do eixo econômico do Rio, o norte de Minas ganhou importância e Montes Claros, município ao qual pertence o distrito de Aparecida do Mundo Novo, impõe-se como o principal núcleo urbano local. (OLIVEIRA, 2000)

A ocupação da região aconteceu através das sesmarias²⁸ ao longo do São Francisco (cf. ANEXO B), uma pertencente a Garcia de Ávila (Casa da Torre)²⁹ e outra a Antônio Guedes Brito (Casa da Ponte)³⁰, que se especializaram na criação de gado. Várias fazendas foram criadas. Através de sesmarias obtidas, concedidas em alvarás de 12 de abril de 1707, foram fundadas as fazendas de Jayba, Olhos D'água e Montes Claros.

A região norte de Minas Gerais era, desde o período colonial, devido aos interesses mercantis da metrópole portuguesa, uma região isolada do restante da colônia. Segundo Mata Machado (1991), “A carta régia de 1701, que proibia o comércio pelo caminho do sertão, pode ser considerada o marco inicial do fenômeno do isolamento porque, mesmo não tendo sido respeitada, demonstrou a preocupação de isolar a região.” MACHADO, 1991, p. 59). Esse isolamento pode ser explicado pelo fato de que grande parte do ouro extraído na região de Ouro Preto e Sabará, afluía para os sertões às custas do abastecimento de gado bovino e de gêneros agrícolas para a região de mineração, e havia por parte da coroa portuguesa a preocupação com o controle fiscal, uma vez que a população da região se recusava a pagar os impostos instituídos pelas autoridades da metrópole.

Registra o autor que o isolamento da região se acentuou no final do século XVIII com a decadência da mineração que “rompe os vínculos comerciais entre o sertão e as minas, dando início a um longo período de isolamento daquela região que, sob certos aspectos, perdura até os nossos dias” (MATA MACHADO, 1991. p. 59).

Entendemos aqui que esse isolamento proporcionou à região norte-mineira configurações peculiares de relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

²⁸ Sesmarias: terras que os reis de Portugal doavam para serem cultivadas. (LAROUSSE cultural, 1992, p. 1029).

²⁹ Erguida por Garcia d'Ávila, chegou ao Brasil na comitiva do 1.º Governador Geral Tomé de Souza, em 1549, a Casa da Torre era uma espécie de castelo feudal; era usado por Portugal nas suas possessões ultramarinas no início do século XVI, a partir de 1551 para sede dos seus domínios, cumprindo o Regimento passado pelo rei D. João III (1521-1557). Dos domínios da Casa da Torre partiram as primeiras bandeiras sertanistas. (CALMON, 1958, p. 143).

³⁰ Casa da Ponte era o centro de uma propriedade de 160 (cento e sessenta) léguas de extensão, localizada entre a capitania da Bahia e das Minas. Doação do rei de Portugal a Antônio Guedes de Brito em retribuição aos serviços prestados por seu pai na expulsão dos holandeses recebeu o título de Mestre-de-Campo e Regente do São Francisco. (CHAVES, 2007, p. 8).

3.4.2 A comunidade de Aparecida do Mundo Novo - MG

Aparecida do Novo Mundo situa-se na macrorregião do Norte de Minas e microrregião de Montes Claros, cidade da qual é distrito, estando situada a aproximadamente 100 Km desse município.

3.4.2.1 Um breve relato histórico³¹

Segundo relato de moradores mais antigos, os primeiros habitantes de Aparecida do Mundo Novo chegaram em meados de 1938. A comunidade surgiu por volta de 1938, quando o senhor Manoel Braga, vindo da região de Bela Vista, hoje cidade denominada Mirabela, chegou para abrir um comércio. O lugarejo ficava próximo aos rios Canabrava dos Maias e Ribeirão do Ouro, o lugar era composto por duas grandes fazendas: Mundo Novo e Cachoeira. Entre as famílias que habitavam aquele lugar, destacavam-se as famílias dos senhores Pedro Maia Gusmão e José Mendes Soares.

Com a vinda do senhor Manoel Braga, também conhecido por Neco Braga, e com a abertura de seu comércio varejista, a população começou a fazer compras e a ficar cada vez mais próxima. Neco Braga havia trazido uma imagem de Nossa Senhora de Aparecida e a utilizava em rezas realizadas com os demais moradores da região. Acabou por transformar sua casa em uma espécie de templo para oração. E, ao perceber que o número de participantes aumentava cada vez mais, solicitou que algum proprietário de terra se disponibilizasse a fazer uma doação para a construção de uma capela. Foi então que o senhor Pedro Maia Gusmão considerou a proposta e fez a doação que estava sendo solicitada. A área da comunidade foi demarcada pelo doador, que utilizou critérios tais como: limite de terra, ou seja, a área iniciava-se no corredor que dividia as fazendas Cachoeira e Mundo Novo; à esquerda, havia uma distância de aproximadamente trezentos metros com a propriedade do senhor Joaquim Mendes; à direita, dava-se início a uma barroca que descia até a estrada do rio Ribeirão do Ouro, onde se seguia um contorno até chegar ao ponto inicial. O documento oficial foi lavrado no cartório de São Pedro das Garças, pelo escrivão Joaquim Malveira. Para a construção da igreja, a comunidade realizava uma quermesse

³¹ A história aqui descrita foi baseada em relato informal, feito por Cassimiro Gusmão, filho de Pedro Maia Gusmão, um dos fundadores da comunidade.

mensal denominada de “Dominga”. Em cada mês, uma família prontificava-se a tornar esse evento concreto.

No início de 1940, o senhor Pedro Maia Gusmão fez um cruzeiro (uma grande cruz), esculpindo nele o número 40. Esse se tornou, então, um marco do surgimento da comunidade. No final desse mesmo ano, foi construída a primeira moradia da comunidade, que se localizava em frente à igreja. E, gradativamente, surgiram novas moradias e expandia-se o comércio na comunidade. Também nasceu o projeto da primeira escola, a partir do terreno doado por Joana Godinho Gusmão, esposa de Pedro Maia Gusmão.

Em 1941, concluía-se a igreja e, para ela, foi transferida a imagem de Nossa Senhora Aparecida. A comunidade foi então batizada oficialmente de Aparecida do Mundo Novo, uma homenagem a Nossa Senhora Aparecida e à fazenda que a acolheu.

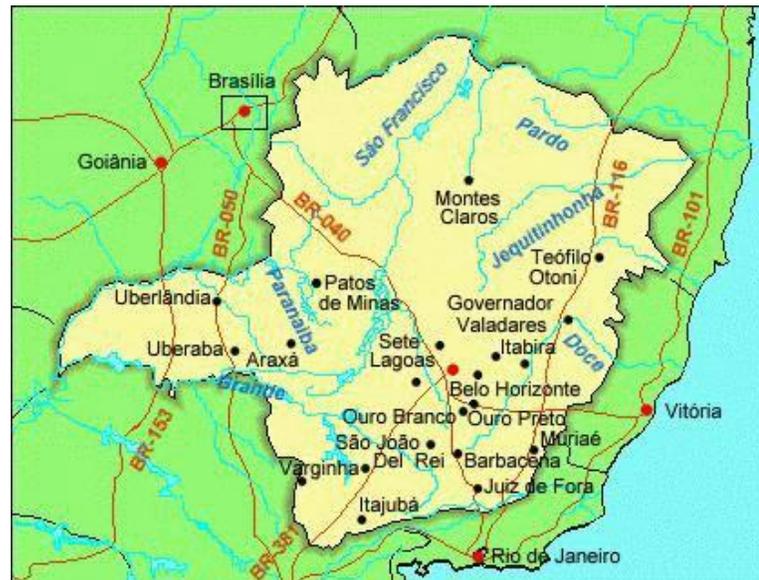
Embora antiga, a comunidade ainda não conseguiu a sua emancipação, e, devido às condições de acesso, permanece isolada dos grandes centros urbanos. No centro da localidade está a igreja Matriz de Nossa Senhora Aparecida, onde acontecem as atividades religiosas e também sociais, como as festas tradicionais de julho, que reúnem toda a comunidade para homenagear a santa padroeira e também outros santos.

Na comunidade, hoje, ainda há apenas uma escola com o ensino fundamental e médio. Os jovens que se interessam em continuar seus estudos deslocam-se para o município de Montes Claros ou cidades mais próximas. No que se refere aos grupos sociais, podemos afirmar que a maioria se conhece, estando ligados por laços de parentesco, de vizinhança ou amizade.

3.4.3 A cidade de Belo Horizonte – MG

Belo Horizonte foi a cidade escolhida para o estudo comparativo, por tratar-se de um centro metropolitano que recebe pessoas de várias regiões. Veja-se, no mapa abaixo, sua localização (FIGURA 3).

Figura 3 – Localização de Belo Horizonte – MG



Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br).

Belo Horizonte pertence à Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e à Microrregião de Belo Horizonte. É a capital do Estado de Minas Gerais, com uma área de aproximadamente 330 km², possui uma geografia diversificada, com morros e baixadas, distando 716 quilômetros de Brasília, a capital nacional.

Cercada pela Serra do Curral, que lhe serve de moldura natural e referência histórica, foi planejada e construída para ser a capital política e administrativa do estado mineiro. Passou por um acelerado crescimento populacional, chegando a mais de 1 milhão de habitantes com quase 70 anos de fundação. Entre as décadas de 1930 e 1940, experimentou um grande avanço na industrialização. De acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, sua população é de 2.375.444 habitantes. É a sexta cidade mais populosa do país. Hoje a cidade tem o quinto maior PIB entre os municípios brasileiros, representando 1,38% do total das riquezas produzidas no país. A cidade é mundialmente conhecida e exerce significativa influência nacional e até internacional, seja do ponto de vista cultural, econômico ou político.

3.5 A COLETA DOS DADOS

No primeiro contato com o informante, foi aplicada uma ficha social (APÊNDICE A). Em seguida, com o objetivo de documentar e servir como base para a pesquisa, foram feitas entrevistas sobre temas diversos, familiares e não familiares ao falante e narrativas de experiência pessoal (um fato que tenha acontecido com o próprio informante) e/ou retextualizações, narrativas recontadas, num ambiente de informalidade para que se conseguisse a naturalidade da fala.

A primeira preocupação durante a coleta de dados foi tentar resolver a questão do “paradoxo do observador”, ou seja, coletar esses dados com participação direta na interação com os falantes sem que as falas perdessem a naturalidade (LABOV, 1972a, p. 181). Procurou-se neutralizar o efeito do gravador como elemento inibidor do processo de interação. Contando com a ajuda de pessoas da comunidade, estabeleceu-se um primeiro contato com cada informante. Nesse primeiro contato, conforme já referido, foi aplicada a ficha social em que se registraram as características sociais do falante, com o objetivo de colher informações para as entrevistas e também para coletar dados para posterior análise. Foi também solicitada a assinatura de um termo de consentimento (APÊNDICE B) de uso dos dados com propósitos científicos. O objetivo foi também estabelecer um ambiente mais amigável, em que o falante se sentisse mais à vontade com o entrevistador.

As gravações foram feitas com tempo máximo de 60 minutos. O roteiro de perguntas foi elaborado com uma série de tópicos (dados pessoais do falante, jogos, brincadeiras de infância, namoro, brigas, perigo de morte, medo, religião, amigos, turmas, serviços públicos, o crime nas ruas, trabalho, interação com outros membros da comunidade, esportes etc). O motivo de se gravarem narrativas de experiência pessoal, foi para que o falante se envolvesse com o que narrava não se preocupando com a maneira de falar.

Após a coleta dos dados, foram feitas as transcrições das entrevistas adotando-se uma série de convenções que foram adaptadas a partir das Normas de Transcrição do Texto Falado do Projeto NURC (ANEXO A) para se manter a fidelidade à qualidade da produção oral. Em seguida, foi feita a codificação dos dados que foram, então, submetidos ao programa computacional *GoldVarb* 2001 (ROBINSON; LAWRENCE; TAGLIAMONTE, 2001).

3.6 O SUPORTE QUANTITATIVO

A sociolinguística laboviana ou sociolinguística quantitativa, como ficou sendo conhecida, apresenta como uma de suas principais características a quantificação das ocorrências de cada variante em relação às variáveis analisadas.

Cedergren e Sankoff (1974) introduziram nas pesquisas varicacionistas os modelos probabilísticos, que têm a função de calcular o efeito relativo dos diversos fatores com base em frequências observadas. Rousseau e Sandoff (1978) apresentaram o novo modelo chamado de misto ou logístico, considerado mais adequado para a análise de fenômenos variáveis. Esse modelo tem sido usado com êxito por pesquisadores brasileiros desde 1976; foi implementado com o programa computacional VARBRUL 2S, e já há novas versões do programa.

Para a nossa pesquisa, utilizamos o programa computacional *GoldVarb* 2001 (ROBINSON; LAWRENCE; TAGLIAMONTE, 2001), o qual é uma adaptação para o sistema operacional Windows do programa Varbrul 2S (PINTZUK, 1988).

3.7 AS VARIÁVEIS

3.7.1 A variável dependente

O objetivo da nossa pesquisa é investigar que fatores condicionam a variação de uso dos nomes próprios como formas de referência no português falado na região do norte de Minas Gerais. Para o estudo, selecionamos como Variável Dependente: as formas de referência a pessoas. As variantes foram: 1) Nome Oficial 2) Outros antropônimos, conforme mostram os exemplos abaixo.

variante (1) nome oficial

(11) tava lembrando disso com **Daniel**. (AMN/E.6, p. 100)

variante (2) [outros antropônimos]

(12) ... o pessoal fala **Eduardo de Bida**. (AMN/E.2, p. 25)

3.7.2 As variáveis independentes

3.7.2.1 Variáveis linguísticas ou internas

As variáveis linguísticas ou internas dizem respeito às características da língua, levando-se em conta o nível do significante e do significado, bem como os diversos subsistemas de uma língua. Entre as variáveis internas relacionadas à estrutura linguística encontram-se os fatores de natureza fonológica, morfossintática, semântica, discursiva e lexical.

Tendo em vista a Variável Dependente *As Formas de Referenciação a Pessoas* e as variantes: 1) *Nome oficial* 2) *Outros antropônimos*, para nossa pesquisa, foram considerados os seguintes grupos de fatores linguísticos: (i) ordem de menção do antropônimo (1.^a menção, 2.^a menção ou outra ordem); (ii) presença e ausência de algum outro elemento linguístico que acompanha o antropônimo; (iii) posição do outro elemento linguístico que acompanha o antropônimo (à esquerda, à direita ou sem elemento que acompanha); (iv) tipo de elemento linguístico que acompanha o antropônimo à esquerda (parentesco, cortesia, profissão, outros ou sem elemento); (v) tipo de elemento linguístico que acompanha o antropônimo à direita (parentesco, lugar de origem, profissão, outros ou sem elemento); (vi) realização morfológica do antropônimo (sem alteração ou com alteração) (vii) tipo de alteração morfológica 1 (presença ou ausência de derivação: diminutivo/aumentativo); e (viii) tipo de alteração morfológica 2 (presença ou ausência de truncamento).

A seguir, justificaremos a escolha dos fatores.

FATOR 1: Ordem de menção do antropônimo no turno conversacional

Verificamos no *corpus* que o antropônimo como forma de referenciação a pessoas é citado em diferentes circunstâncias no turno conversacional. O nosso objetivo é verificar se o fato de o antropônimo ter sido citado pela primeira vez ou já ter sido citado previamente é relevante para a análise do fenômeno no *corpus* pesquisado, conforme mostram os exemplos a seguir:

1.^a menção

(13) ... que chama **Cleito**, comecei a fazer música mais ele. (AMN/E1, p. 7)

2.^a menção

(14) ... era **Cleito**, o que eu falei que era, o que fazia dupla comigo, né? (E1, p. 11)

FATOR 2: Tipo de elemento linguístico que compõe o sintagma nominal

Verificamos que as formas de referência (nome oficial ou outro antropônimo) são usadas pelos falantes ora isoladamente, com ausência de um outro elemento linguístico, ora com a presença de outro ou outros elementos linguísticos, conforme atestam os exemplos seguintes:

a) Nome individual + zero

(15) Ó **Fernando** aí, ó. (AMN/E1, p. 14)

b) Nome individual + de + NP

(16) É **Fernando de Cau**, né? (AMN/E1, p. 14)

FATOR 3: Posição do elemento linguístico que acompanha o antropônimo

Optamos por analisar esse fator, uma vez que verificamos que o antropônimo aparece acompanhado de outros elementos linguísticos que se posicionam ora à esquerda, ora à direita desse antropônimo, conforme ilustram os exemplos a seguir.

3 Elemento linguístico à esquerda do nome individual

(17) ... antes de **dona Joana** morrer ês fizeru0 farinha. (AMN/E12, p. 181)

4 Elemento linguístico à direita do nome individual

(18) **Joana de Raimundo Maia** vinha pra cá chamar ela. (AMN/E12, p. 182)

FATOR 4: Tipo de elemento linguístico à esquerda do nome individual

Verificamos que esse material à esquerda, que acompanha os antropônimos, poderá indicar parentesco, cortesia, profissão, entre outros, conforme mostram os exemplos abaixo.

a) Parentesco

(19) Assim, dentro da casa de **tia Davina** mesmo. (AMN/E6, p. 97)

b) Cortesia

(20) Ela chamava **dona Filinha**. (BH/E1, p. 1)

Profissão

(21) **O Professor Mesquita** tinha uma característica... (BH/E6, p. 1)

FATOR 5: Estrutura interna do sintagma nominal

Selecionamos esse fator para análise, já que verificamos que o elemento que acompanha o antropônimo na posição à direita, ora é representado por um sobrenome oficial, ora por um apelido ou alcunha, conforme ilustram os exemplos abaixo.

5 Sobrenome

Pedro Gusmão taí, já entranu0 pra cem ano0. (AMN/E11, p. 162)

6 Apelido ou alcunha

(22) **Belino Gato**. Ele fazia essas... {} (AMN/E9, p. 147)

(23) ... eu era irmão tomém **Tereza de Jovi**, cêis conheceu. (AMN/E11, p. 159)

FATOR 6: Tipo de elemento linguístico à direita do antropônimo

Verificamos que esse elemento linguístico que acompanha o nome individual poderá indicar parentesco, região de origem, profissão, entre outros, conforme mostram os exemplos abaixo.

a) Parentesco

(24) **Pedro Gusmão**, pai de Cassimiro Gusmão taí... (AMN/E.11, p. 162)

(25) Tem **Laura de Zabel**, que vai casar... (AMN/E.3, p. 49)

b) Região de origem

(26) ... parecenu0 aquele **Lorivaldo do Riberão**. (AMN/E.1, p. 16)

(27) É **Ernane de São Pedro**. Ele é moreno... (AMN/E.3, p. 39)

c) Profissão

(28) ... robava os trem0 lá ni **Seu Sebastião Areia**. (AMN/E. 6, p. 98)

(29) ... mais meu chefe que até é meu subrin0, **Adão biscoito**. (AMN/E.11,p. 163)

FATOR 7: Realização morfológica do antropônimo

Verificamos ainda que as formas de referência, acompanhadas ou não de outro elemento linguístico, ora são usadas sem alteração morfológica, ora com alteração morfológica. Optamos por analisar esse fator, já que são muitos os autores que associam as alterações morfológicas, como a derivação (diminutivo/aumentativo) e o truncamento, às funções discursivas. Santos (2002), por exemplo, constata que a função discursiva é a que mais se relaciona com o truncamento. Afirma esse autor que “parece não haver dúvida de que o processo é movido por aspectos discursivo-pragmáticos e pela subjetividade do falante”. (p. 50). E essa subjetividade poderá ser externada através da pejoratividade ou afetividade. Ainda de acordo com esse autor, o truncamento está relacionado à linguagem dos jovens e à de grupos que utilizam fala menos formal, o que permite associar o fenômeno a aspectos socioculturais do falante.

Gonçalves (2003), por sua vez, assinala a possibilidade de construções morfológicas veicularem informações socioculturais do falante ou de grupos de falantes. Dessa maneira, consideramos importante a análise desse fator. Vejam-se os exemplos abaixo.

a) Sem alteração morfológica

(30) tiranu os dois rapazes era eu, **Daniela**... (AMN/E. 2, p. 22)

b) Com alteração morfológica

(31) Aí quê que aconteceu? **Dani** saiu na rua... (AMN/E. 2, p. 18)

FATOR 8 Tipo de alteração morfológica 1

Observamos também que as alterações podem indicar uma derivação³², conforme mostram os exemplos abaixo:

(32) Mas **Landinha** viu eu quebrando o vaso. (risos) (AMN/E. 6, p. 89)

(33) ... foi **César** que tirou o capacete da menina. (AMN/E. 9, p. 132)

FATOR 9 Tipo de alteração morfológica 2

Verificamos ainda que as alterações morfológicas podem indicar um truncamento³³, conforme mostram os exemplos abaixo:

(30) Oh, **Tone**, pelamor de Deus num vai lá não. (AMN/E. 1, p. 2)

(31) Ela cantava mais seu **Antônio**. (AMN/E.12, p.181)

3.7.2.2 Variáveis extralinguísticas ou externas

As variáveis extralinguísticas ou não estruturais são de natureza externa à estrutura linguística. Nesse conjunto de variáveis, reúnem-se os fatores inerentes ao indivíduo, ou seja, referem-se a traços próprios do falante, tais como a etnia e sexo/gênero, e aqueles propriamente sociais, que se referem a características circunstanciais que ora envolvem o falante, ora o evento de fala, como escolarização, nível de renda, profissão, classe social e redes sociais – e os contextuais – como grau de formalidade e tensão discursiva. Para a nossa análise, selecionamos os seguintes fatores sociais: (i) gênero do falante; e (ii) faixa etária (adultos e idosos)

FATOR 1: O gênero do falante

Diversos estudos de orientação sociovariacionista constataram que gênero/sexo é um fator

³² Conforme Câmara Júnior (1986), a derivação sufixal consiste na posposição de um morfema segmental (sufixo) ao semantema, introduzindo uma ideia acessória na significação fundamental do vocábulo, como nos diminutivos e aumentativos. (p. 93).

³³ Para o nosso estudo, consideramos a redução do antropônimo como truncamento, embora alguns autores, como, SILVA, 2008; LIMA, 2008; GONÇALVES, 2004) que afirmam que o encurtamento de antropônimos não constitui caso de truncamento, mas sim, de hipocorização.

significativo para processos variáveis de diferentes níveis (fonológico, morfossintático, semântico) e mostra um padrão bastante regular em que mulheres demonstram maior preferência pelas variantes linguísticas mais prestigiadas socialmente. Esses estudos apontam para o que poderíamos chamar de uma maior consciência feminina do *status* social das formas linguísticas. A análise da correlação entre gênero/sexo e a variação linguística faz referência não só ao prestígio social como também à forma de organização sociocultural. Essas diferenças podem refletir-se até mesmo em estilos interacionais distintos. A análise de conversações espontâneas permitiram mostrar diferenças significativas na forma como homens e mulheres conduzem a interação verbal. LABOV (1990) afirma que o comportamento linguístico de homens e mulheres varia nas diversas camadas da sociedade. Portanto, é importante analisar essa variável e relacioná-la aos outros fatores sociais, verificando sua influência no uso dos nomes próprios como formas de referência a pessoas.

Abaixo, alguns exemplos ilustrativos retirados do *corpus*.

a) Mulher

(34) ... **Osmar** evinha e, ele tava ni Santa Rosa e eia+ (AMN/E.11, p.171)

(35) ... **Sandra de Mundin**, cê conhece. (AMN/E.11, p.171)

b) Homem

(36) **Moacir** tem uma casa aí muito boa tamém. (AMN/E.11,p.179)

(37) ... eu era irmão tomei **Tereza de Jovi**, cêis conheceu. (AMN/E.11, p.159)

FATOR 2: A faixa etária

Já que estudos sociolinguísticos mostram que as pessoas na fase adulta se preocupam com o modo de falar, buscando usar estilos mais formais, uma vez que estão numa etapa da vida em que se vai entrar ou se ascender no mercado de trabalho, concluir o processo escolar e outros indicativos de ascensão social, optamos, neste estudo, por testar essa faixa etária intermediária para verificar o índice de uso das formas analisadas fazendo uma comparação com a faixa etária dos idosos sem escolaridade.

a) Faixa etária adultos

(38) Gosto muito de gosto muito de **Luzia**. (AMN/E.2, p.126)

(39) **Fernando de Cau**, né? (AMN/E.1,p.14)

b) Faixa etária idosos

(40) ... eu mais **dona Eva**. Nós casou0 tudo oito e meia... (AMN/E.9, p.126)

(41) **Arnaldo de Tota**, ele fala: “Ó, gente...” (AMN/E.11, p.165)

3.8 A CODIFICAÇÃO DOS DADOS

Após a coleta dos dados e transcrições das entrevistas, foi feita a codificação desses dados que foram, então, submetidos ao programa computacional *GoldVarb* (ROBINSON; LAWRENCE; TAGLIAMONTE, 2001).

Conforme exigido pelo programa estatístico, o nosso primeiro passo foi atribuir códigos para a variável dependente e as variáveis independentes selecionadas para análise. O Quadro 4 mostra como foi feita a codificação dessas variantes.

Quadro 4 Codificação das variantes

VARIÁVEL DEPENDENTE	
Nome oficial	0
Outros antropônimos.....	1
VARIÁVEIS INDEPENDENTES INTERNAS	
Ordem de menção	
1.ª menção	p
outra	s
Tipo de elemento que compõe o sintagma nominal	
Nome individual + zero	z
Nome individual + de + NP.....	d
Outros.....	a
Posição do elemento linguístico que acompanha o nome individual	
À direita	e
À esquerda	b
Sem elemento.....	c
Tipo do elemento linguístico à esquerda do nome individual	
Indicação de parentesco.....	q
Indicação de cortesia.....	s
Indicação de profissão	y
Outros.....	n
Sem elemento.....	u
Estrutura interna do sintagma nominal	
Apelido e alcunha	6
Sobrenome oficial.....	3
Sem elemento.....	4
Descrição do elemento linguístico à direita do nome individual	
Parentesco.....	t
Profissão.....	k
Origem.....	r
Outros.....	d
Sem elemento.....	g
Realização Morfológica das formas de referência	
Sem alteração.....	w
Com alteração	p
Tipo de alteração morfológica 1	
Presença de derivação de grau (diminutivo/aumentativo).....	e
Ausência de derivação.....	j
Tipo de alteração morfológica 2	
Presença de truncamento.....	f
Ausência de truncamento	i
VARIÁVEIS INDEPENDENTES EXTERNAS	
Gênero	
Masculino.....	h
Feminino.....	m
Faixa etária	
26 a 49 (adultos).....	&
50 acima (idosos).....	*
Região de origem do falante	
Aparecida do Mundo Novo.....	7
Belo Horizonte	8

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Submetemos, então, os dados ao programa, que gerou as frequências absolutas e relativas para cada grupo de fatores selecionados.

O programa deu um tratamento estatístico aos dados linguísticos variáveis e possibilitou fazer uma avaliação do efeito da atuação de cada fator. Permitiu também isolar e medir separadamente o efeito de um fator e também a interação entre vários grupos de fatores e determinou a frequência e o peso relativo de cada um deles, assim como a sua relevância estatística.

Foi indicada pelo programa, a melhor rodada, em nível *step up* (aquela que considera todos os grupos de fatores que foram selecionados). Depois, verificamos o resultado do processo *step down* (são eliminados os fatores não relevantes para a variação analisada).

Em relação à interpretação dos pesos relativos gerados, como a nossa análise é binária, quando os pesos relativos foram próximos de 1,0, interpretamos como favorecedores da aplicação da regra em relação ao fenômeno estudado; quando foram próximos de 0,5, concluímos que são neutros em relação à aplicação da regra, e, quando próximos de 0,0, consideramos desfavorecedores em relação à aplicação da regra (SCHERRE; NARO, 2003, p. 168). Entretanto, ao fazer a análise dos resultados, procuramos ficar atentos em relação à observação feita por Sankoff (1988, p. 989): “É a comparação dos efeitos de quaisquer dois fatores em um grupo de fatores (medida pela suas diferenças) que é importante, e não seus valores individuais”, ou seja, mais importante que observar os valores em si, é comparar e medir as diferenças entre si.

A seguir, apresentaremos o suporte qualitativo utilizado em nossa análise.

3.9 A ANÁLISE DE REDES SOCIAIS

As pesquisas sobre redes sociais são interdisciplinares, uma vez que interessam a pesquisadores de vários campos do conhecimento, que, na tentativa de compreenderem a sua influência sobre a vida social, deram origem a diversas metodologias de análise que têm como base as relações entre os indivíduos, numa estrutura em forma de redes. Dessa maneira, a análise de redes sociais (ARS) é utilizada para estudar fenômenos do mundo real, como o comportamento de grupos de pessoas e comunidades e a forma como diferentes populações se relacionam. (WELLMAN, 1996, 1997; MOLINA, 2005).

3.9.1 O suporte qualitativo: a análise de redes sociais

A análise das redes sociais é um método que permite ao pesquisador conhecer as interações entre os indivíduos de determinado grupo social. As características específicas desse método permitem agregar fatores às ferramentas estatísticas fazendo com que se compreenda e se explique melhor o fenômeno linguístico estudado. (MILROY, 1980)

Já que a análise das redes sociais depende de informações qualitativas, é necessário que se use uma série de técnicas para ordenar as informações das interações dos indivíduos para que essas interações possam ser representadas. A rede, representada através dos grafos, constitui uma importante ferramenta para representar as interações entre os indivíduos ou grupo de indivíduos.

A seguir, apresentaremos uma breve explicação sobre os elementos básicos de uma rede.

3.9.2 Elementos básicos de uma rede

Os elementos básicos de uma rede são os seguintes:

Nós, atores: são as pessoas que se agrupam com um objetivo comum; são os componentes da rede. Normalmente esses nós são representados por círculos.

Vínculo: são os laços que existem entre dois ou mais atores. Os vínculos ou relações são representados graficamente por linhas.

Fluxo: indica a direção do vínculo, representado graficamente com uma seta. Esses vínculos podem ser unidirecionais, ou seja, um indivíduo 1 interage com um indivíduo 2 e este não interage com, por exemplo, o indivíduo 8; bidirecionais, ou seja, o indivíduo 1 interage com o indivíduo 2 e vice-versa; ou soltos dentro da rede, ou seja, o indivíduo não estabelece qualquer tipo de vínculo na rede.

Diversos pesquisadores de diferentes nacionalidades têm desenvolvido instrumentos matemáticos específicos para a análise das redes sociais; ferramentas que permitem criar indicadores capazes de explicar a estrutura de uma rede, tanto em seu conjunto, como individualmente. A estrutura de uma rede pode ser analisada com recurso de diversos indicadores, dependendo dos fatores selecionados para análise.

Neste estudo, a análise das redes sociais dos informantes foi realizada através do controle de dois fatores, a saber: os tipos de vínculos sociais entre os falantes e o grau de densidade e

multiplexidade nas redes sociais.

3.9.3 A análise das redes sociais de relacionamento

As redes sociais definem os graus de contato entre indivíduos em suas relações informais, através de duas propriedades: densidade e multiplicidade. Laços fortes constituem redes sociais densas, em que a maioria se conhece, e múltiplas, em que as pessoas compartilham mais de um tipo de relação, como parentesco, amizade e companheirismo profissional (MILROY; MILROY, 1997). Quanto mais densas e múltiplas forem as redes sociais, maior a possibilidade de reforço normativo, uma vez que densidade muito alta conduz à homogeneidade de valores e de normas, inclusive as normas linguísticas.

3.9.4 Os tipos de vínculos sociais entre os informantes

Os tipos de vínculos em uma rede de relacionamento como parentesco, amizade, cooperação religiosa, etc, fornecem os parâmetros para a diferenciação entre as comunidades rurais, de tessitura miúda e as sociedades urbanas ou “de massa” , de tessitura larga, frouxa, o que é relevante para a análise do fenômeno variável em estudo, pois, em comunidades pequenas como Aparecida do Mundo Novo, as redes densas e multiplexas, de acordo com Milroy (1980), funcionam como um mecanismo de reforço da norma partilhada pelo grupo. Ou seja, acreditamos que a manutenção dessas redes tende a favorecer a manutenção da estrutura preferida na comunidade. O quadro abaixo expõe os tipos de vínculos sociais verificados na rede de relacionamentos em Aparecida do Mundo Novo – MG.

Quadro 5 - Tipos de vínculos encontrados entre os falantes de AMN

Tipos de Vínculos
Marido/mulher
Pais/filhos
Colegas de trabalho
Tios/sobrinhos/primos/cunhados
Amigos
Vizinhos
Colegas de congregação religiosa
Professor/aluno

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

3.9.5 O grau de densidade e multiplexidade nas redes sociais

Entre os membros das redes de tessitura miúda, a alternância de códigos é determinada pela relação entre língua e situação social. A variedade local é a língua do lar da vizinhança e funciona como um marcador da cultura e identidade locais e é usada nas interações do grupo independentemente do tópico da conversa. Para verificar o grau de densidade e multiplexidade nas redes sociais dos informantes da comunidade pesquisada foram colhidas informações, tomando como base os indicadores de características de rede propostos por (MILROY, 1980):

- 1) pertencer a grupamentos de alta densidade territorialmente delimitados;
- 2) possuir vínculos significativos de parentesco na vizinhança;
trabalhar no mesmo local junto com, pelos menos, dois outros residentes da área;
- 3) partilhar mesmo local de trabalho, com pelo menos dois outros colegas do mesmo sexo residentes da área;
- 4) manter associação voluntária com colegas de trabalho em horário de lazer nos casos citados nos itens 3 e 4.

Para o nosso estudo, usamos ferramentas computacionais, analíticas e gráficas adequadas para que a análise das interações entre os indivíduos nos permitisse interpretar a importância da rede, dos seus membros e de suas interações através de alguns indicadores de centralidade na

análise das redes.

Para a análise das redes, usamos o software UCINET 6.109 e NETDRAW 2.128. A seguir, explicaremos como foram usados esses programas.

A representação das interações entre os falantes foi feita através da construção de matriz e gráfico. Para fazer a matriz, usamos o programa Unicet 6.109, e o gráfico, o programa Netdraw 2.128. Foi construída uma matriz quadrada e idêntica na qual foram introduzidos os dados. Ressaltamos que o gráfico foi construído através dessa matriz.

O modo da matriz corresponde ao tipo de fluxo que se estabelecem entre os vínculos dos nós. Quando nos referimos a uma matriz normal, isso quer dizer que se têm fluxos unidirecionais e bilaterais dentro da rede; e quando nos referimos a uma matriz simétrica, isso quer dizer que só encontramos fluxos bidirecionais. As figuras 4 e 5 mostram os tipos de redes conforme os fluxos.

Figura 4 - Estrutura de rede de baixa densidade

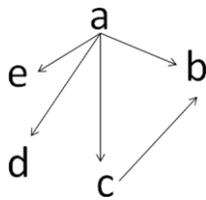
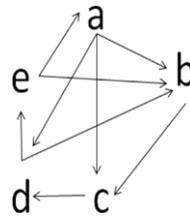


Figura 5 - Estrutura de rede de alta densidade



Antes de introduzirmos os dados na matriz, fizemos uma revisão das interações que cada membro tem com os outros membros. Através das anotações de campo (APÊNDICE D)

O Quadro 6 abaixo descreve, de maneira sintética, as interações que foram identificadas entre os membros da comunidade de AMN.

Quadro 6 - Interações entre os falantes

FALANTES	INTERAÇÕES
F1	Amigo de F2; aluno de F3.
F2	Amiga de F1; participa de atividades da igreja com F12; aluna de F3.
F3	Professora de F1 e F2; participa de atividades da igreja com F12.
F4	Amigo de F1 e F2.
F5	Filho de F7 e F8; amigo de F1.
F6	Participa de atividades da igreja com F9 e F12.
F7	Participa de atividades da igreja com F11 e F12; amigo de F9 e F12; pai de F5; marido de F8.
F8	Participa de atividades da igreja com F11 e F12; amiga de F9, F11 e F12; esposa de F7.
F9	Participa de atividades da igreja com F8 e F11; amiga de F7, F11 e F12; esposa de F10.
F10	Participa de atividades da igreja com 08 e 11; amigo de F7, F11 e F12; marido de F9.
F11	Participa de atividades da igreja com F3, F8, F9 e F12; amigo de F7 e F8, marido de F12.
F12	Participa de atividades da igreja com F3, F8, F9 e F11; amigo de F7, F8 e F9; mulher de F11.

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

A seguir, utilizamos as informações do Quadro 7 para construir as matrizes idênticas, sendo que o valor '1' representou a existência de interação, e o valor '0', a inexistência de interação entre os falantes das comunidades pesquisadas. Procedemos, então, à representação dessas matrizes num *grafo*³⁴ para observar os diferentes tipos de vínculos existentes entre os falantes, os diferentes fluxos unidirecionais, bidirecionais e também os soltos dentro da rede.

No próximo capítulo, apresentaremos a análise quantitativa e qualitativa do uso das formas de referência nas comunidades pesquisadas.

³⁴ Nome técnico de um gráfico que mostra as relações entre os falantes (Rede).

4 A ANÁLISE DOS DADOS

4.1 A ANÁLISE QUANTITATIVA DO *CORPUS* GLOBAL

Neste capítulo, serão apresentados os resultados da análise quantitativa da variável dependente <Formas de Referência a pessoas>, cujas variantes são: Nome Oficial e Outros antropônimos, conforme os exemplos abaixo:

(46) Vixi, lembro demais, era eu, **Berenice**... (AMN/E2, p. 21)

(47) **Tonin de Ramone**, na época ele era dono... (AMN/E2, p. 23)

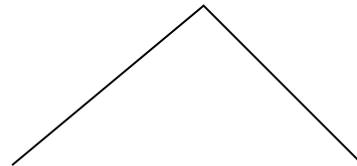
Em síntese, as variantes foram esquematizadas no QUADRO 6 abaixo.

Quadro 7 - A variável dependente

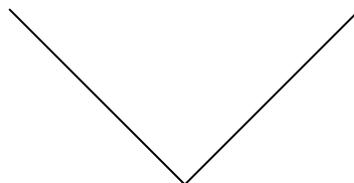
Variável	Variantes
Formas de Referência a pessoas	Nome Oficial [Outros antropônimos]

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

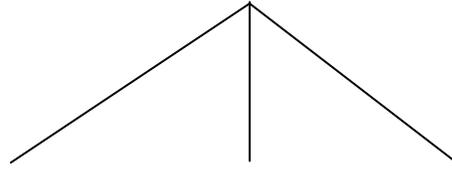
Os parâmetros utilizados na análise da variante [Nome oficial] foram os seguintes:



Nome individual + zero Nome indiv. + sobrenome



Presença/ausência de elemento linguístico à esquerda

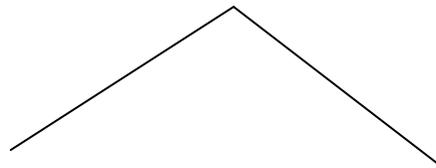


Somente determinante

Parentesco

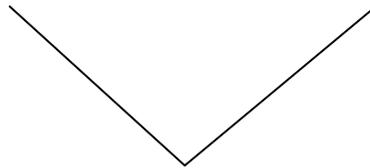
Cortesia

Os parâmetros utilizados na análise da variante [Outros antropônimos] foram os seguintes:

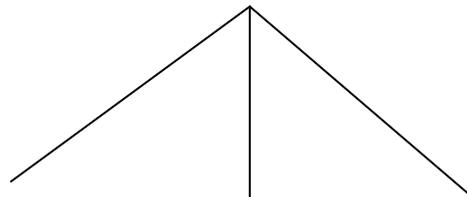


Nome indiv. truncado ou
modificado por apelido,

Nome indiv truncado+ sobrenome
ou alcunha.



Presença/ausência de elemento linguístico à esquerda



Somente determinante

Parentesco

Cortesia

A seguir, serão apresentados os resultados obtidos com os dados coletados. Foram feitas duas rodadas. Na primeira, considerou-se o *corpus* global, reunindo as duas comunidades; na segunda rodada, foi feita a subdivisão desse *corpus*, analisando-se as comunidades separadamente.

Quatro seções comporão este capítulo. Na primeira seção, apresentaremos os resultados obtidos com a análise global do *corpus*. Para que se possam compreender os motivos pelos quais procedeu-se a uma segunda rodada dos dados, demonstraremos, através de gráficos, os resultados percentuais de todos os fatores linguísticos e extralinguísticos analisados, tanto aqueles que foram selecionados, quanto os que não foram selecionados pelo programa *Goldvarb*. Apresentaremos também os pesos relativos dos fatores que foram selecionados pelo programa estatístico. Na segunda seção, apresentaremos os resultados tendo em vista a análise de redes. Na terceira seção, apresentaremos os resultados da segunda rodada dos dados, em que foi analisada uma comunidade de cada vez. Essa seção, por sua vez, será subdividida em duas subseções, sendo que, na primeira, serão apresentados os resultados de Aparecida do Mundo Novo, e, na segunda, os resultados de Belo Horizonte. Por fim, na quarta seção, serão feitas considerações sobre os resultados, tendo em vista as duas amostras analisadas separadamente.

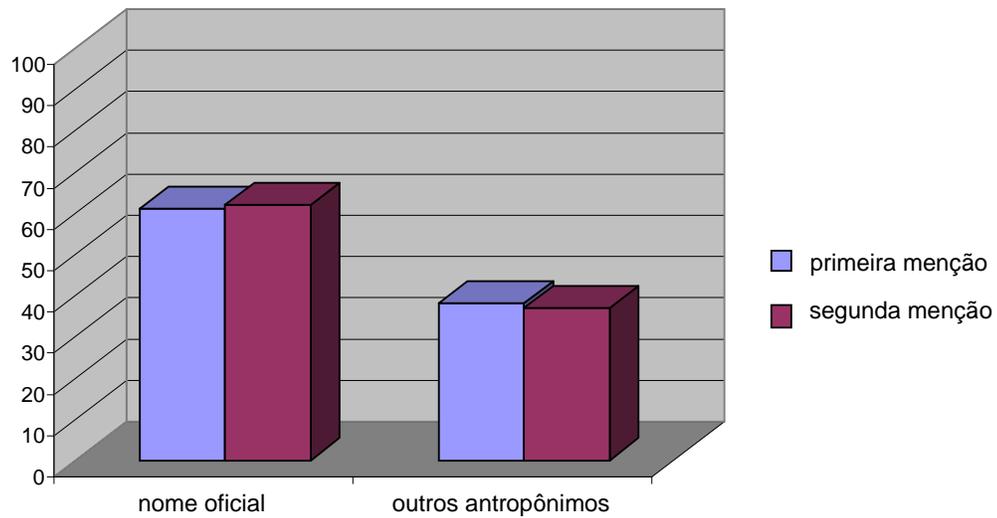
4.1.1 Os fatores analisados no *corpus* global

4.1.1.1 Fatores linguísticos

4.1.1.1.1 O fator ordem de menção

O fator ordem de menção não foi considerado relevante para a variação estudada. Vejam-se os resultados encontrados para esse fator através do Gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 - Distribuição das ocorrências conforme a ordem de menção

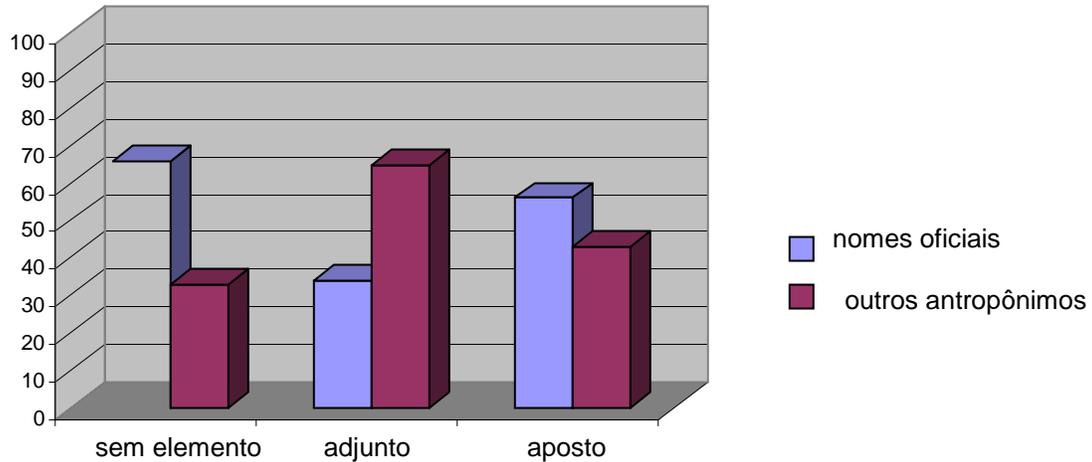


Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

4.1.1.1.2 O fator elemento linguístico que se segue ao nome individual

Um outro fator linguístico analisado foi o tipo de elemento linguístico que se segue ao nome individual. Esse fator também não foi selecionado pelo programa. O Gráfico 2 abaixo mostra os percentuais encontrados.

Gráfico 2 - Distribuição do tipo de elemento linguístico que se segue ao nome individual

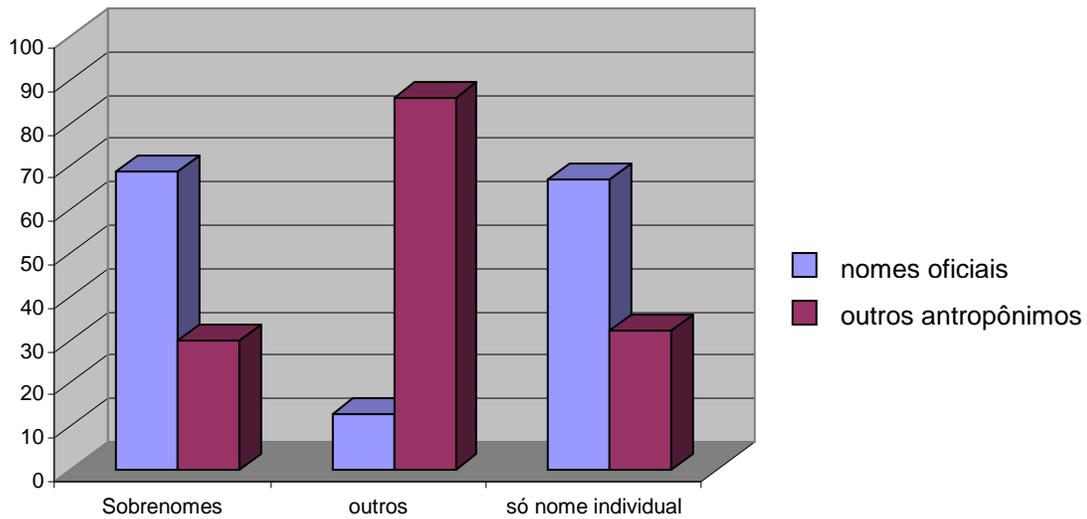


Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

4.1.1.1.3 O fator estrutura interna do sintagma nominal

Esse fator foi selecionado pelo *Goldvarb*. Os pesos relativos em relação aos nomes não oficiais são: o elemento linguístico à direita do nome individual é o sobrenome (.58); sem elemento linguístico à direita do nome individual (.42) e outros, reunindo alcunhas e apelidos, (.92). O Gráfico 3 a seguir apresenta os percentuais.

Gráfico 3 - Distribuição das variantes conforme a estrutura interna do sintagma nominal

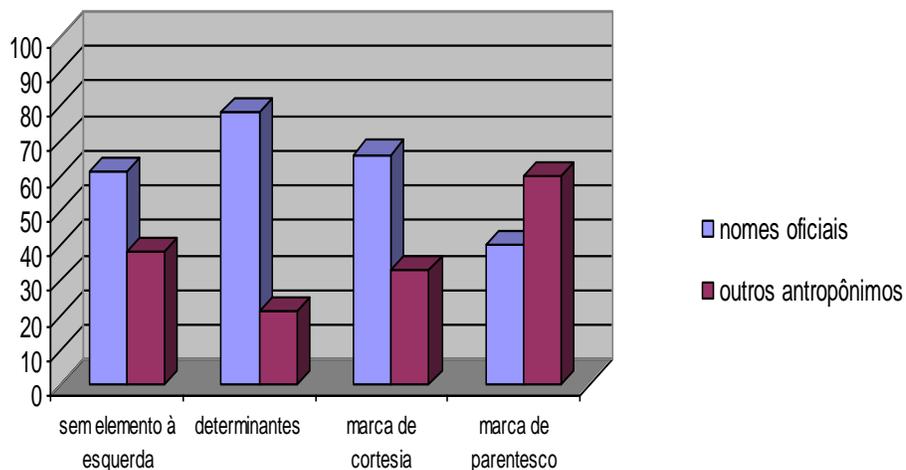


Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

4.1.1.1.4 O fator tipo de elemento linguístico à esquerda do nome individual

Esse fator foi selecionado pelo *Goldvarb*. Os pesos relativos em relação aos outros antropônimos foram: sem elemento à esquerda (.50), com determinante (.40), com marca de cortesia (.44), com marca de parentesco (.70). O Gráfico 4, a seguir, apresenta os percentuais.

Gráfico 4 - Distribuição das variantes conforme o elemento linguístico à esquerda do nome Individual



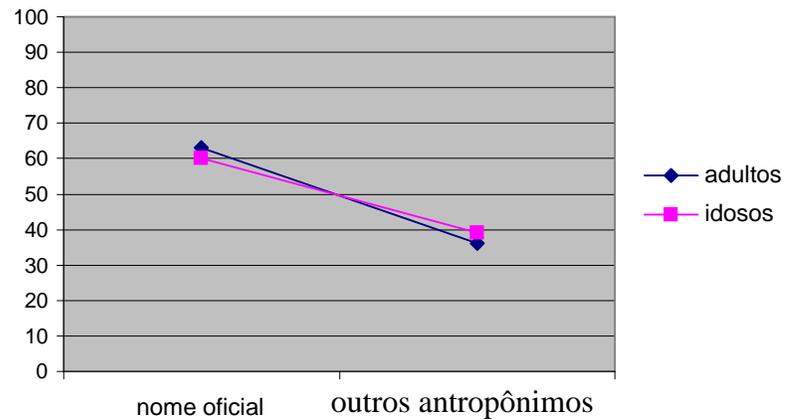
Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

4.1.1.2 Fatores extralinguísticos

4.1.1.2.1 O fator faixa etária

O fator faixa etária não foi selecionado como estatisticamente relevante pelo programa *Goldvarb*. No Gráfico 5, aparecem os percentuais.

Gráfico 5 - Frequência das variantes conforme a idade dos informantes

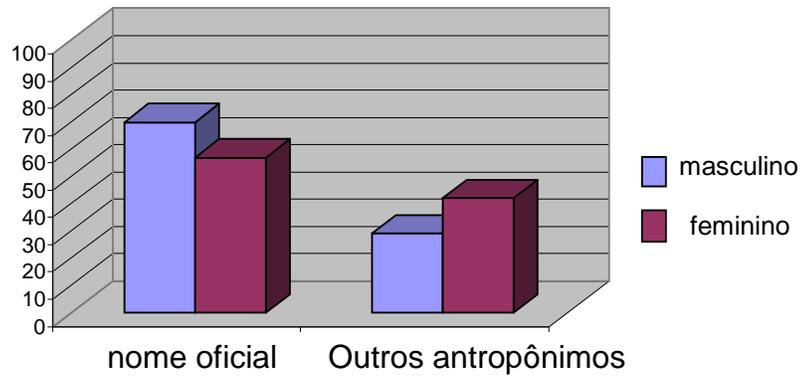


Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

4.1.1.2.2 O fator gênero

O fator gênero foi selecionado pelo *Goldvarb*. Os pesos relativos, em relação aos outros antropônimos, foram: gênero masculino (.40) e feminino (.56). Veja-se o Gráfico 6 abaixo.

Gráfico 6 - Frequência das variantes conforme o gênero dos informantes

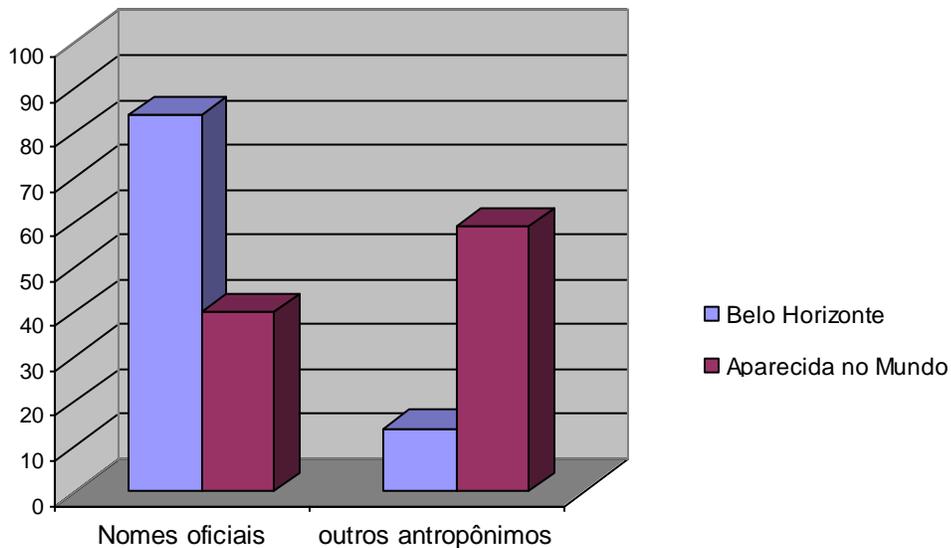


Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

4.1.1.2.3 O fator área geográfica

Esse fator foi selecionado pelo *Goldvarb*. Os pesos relativos em relação aos outros antropônimo, foram: Belo Horizonte (.24) e Aparecida do Mundo Novo (.52). O Gráfico 7, a seguir, mostra as porcentagens.

Gráfico 7 - Distribuição das variantes conforme a área geográfica dos falantes



Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

4.2 A ANÁLISE DE REDES

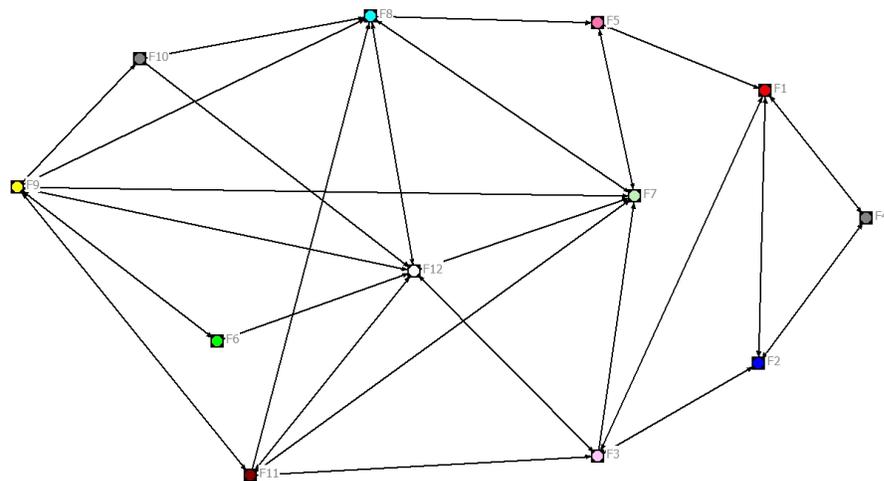
Para explicar a diferença entre BH e AMN (GRÁFICO 8), foi feita a análise de redes. Através das matrizes idênticas, foi possível fazer a análise gráfica da Rede de Interações de Aparecida do Mundo Novo e Belo Horizonte. Vejam-se as Tabelas 1 e 2 e os Gráficos 8 e 9 a seguir.

Tabela 1 - Matriz idêntica Aparecida do Mundo Novo – MG

FALANTES	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11	F12
F1	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0
F2	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
F3	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1
F4	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
F5	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
F7	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
F8	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	1	1
F9	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	1
F10	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	1	1
F11	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
F12	0	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	1

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Gráfico 8- As Redes de Relações Sociais em Aparecida do Mundo Novo-MG



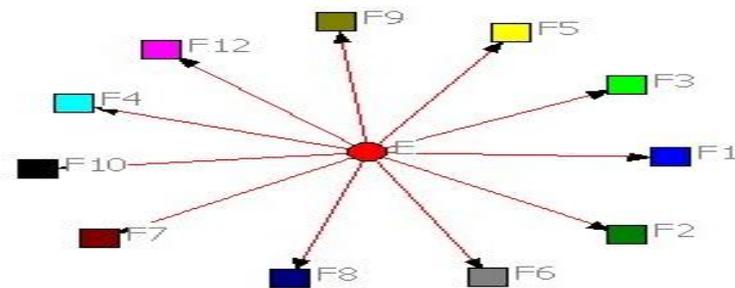
Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Tabela 2 - Matriz idêntica de BH

FALANTES	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8	F9	F10	F11	F12	E
F1		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
F2		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
F3		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
F4		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
F5		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
F6		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
F7		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
F8		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
F9		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
F10		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
F11		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
F12		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
E		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Gráfico 9 - Interação entrevistador-entrevistado – Belo Horizonte-MG



Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

A figura acima ilustra a única interação: entrevistador e entrevistado.

Os dados quantitativos, a seguir, foram analisados tendo em vista os perfis das duas comunidades tomadas para análise.

4.3 A ANÁLISE DO *CORPUS* POR LOCALIDADE

4.3.1 A análise da amostra de Aparecida do Mundo Novo-MG

4.3.1.1 A Variável dependente

Tendo em vista a delimitação do fenômeno linguístico variável, tem-se, a seguir, a distribuição das ocorrências nas amostras. Ao todo foram analisadas 584 ocorrências de formas de referenciação. A Tabela 3 apresenta a distribuição de tais ocorrências.

Tabela 3 - Distribuição das formas de referenciação nas amostras de Aparecida do Mundo Novo (AMN) e Belo Horizonte (BH)

Localidades	Nome oficial		Outros antropônimos		Total
	N.º	% ³⁵	N.º	%	
AMN	278	54%	235	45%	513
BH	49	69 %	22	30%	71
Total	327		257		

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Nas duas amostras analisadas, num total de 584 ocorrências de formas de referenciação, foram encontrados 327 Nomes Oficiais e 257 Outros Antropônimos. O que chama a atenção é o número de ocorrências da variante [outros antropônimos] em AMN, que se apresenta muito próximo do número de sobrenomes oficiais. Já em BH, o número de ocorrências dos Nomes Oficiais é mais que o dobro do número de ocorrências da variante [outros Antropônimos].

³⁵Porcentagens apresentadas conforme programa *GoldVarb* 2001: 99% e não 100%.

4.3.1.2 As variáveis independentes

Foram selecionados, para análise, nove grupos de fatores, sendo sete (7) linguísticos, e dois (2) extralinguísticos. Os fatores linguísticos foram: (i) presença e ausência de algum outro elemento linguístico que acompanha o nome individual; (ii) posição do outro elemento linguístico que acompanha o nome individual (à esquerda, à direita ou sem material); (iii) tipo de elemento linguístico à esquerda; (iv) tipo de elemento linguístico à direita; (v) realização morfológica do núcleo nominal (sem alteração ou com alteração) (vi) tipo de alteração morfológica 1 (presença de derivação: diminutivo/aumentativo ou ausência de derivação); e (vii) tipo de alteração morfológica 2 (presença ou ausência de truncamento).

Os fatores extralinguísticos testados foram: (i) gênero e (ii) faixa etária (adultos e idosos) dos falantes.

4.3.1.3 As variáveis independentes internas

As variáveis linguísticas escolhidas para análise objetivam criar a possibilidade de verificar quais são os ambientes linguísticos favoráveis para a ocorrência das formas em variação: os nomes oficiais e [outros antropônimos].

4.3.1.3.1 Posição do elemento linguístico que acompanha as formas de referência

Das variáveis linguísticas testadas, mostrou-se estatisticamente relevante para explicar a variação estudada o fator posição do elemento linguístico que acompanha as formas de referência. Abaixo, a Tabela 4 mostra a distribuição das variantes conforme a posição do elemento que acompanha o nome oficial ou [outros antropônimos] em AMN.

Tabela 4 - Posição do elemento linguístico que acompanha as formas de referência

Posição	Nome oficial			Outros antropônimos			Total
	N.º	%	PR	N.º	%	PR	
à esquerda	44	58%	.41	31	41%	.59	5
à direita	12	10%	.08	106	89%	.92	118
Sem elemento	222	69%	.72	98	30%	.28	320
Total	278			235			

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Através dessa tabela, pode-se perceber que, quando o nome oficial não possui alterações, a frequência de acréscimo de elemento linguístico é maior (69%). Quanto à posição do elemento, se vem à esquerda, o nome oficial é favorecido. Os elementos linguísticos que se encontram à esquerda indicam: parentesco (tio/tia, compadre/comadre, madrinha/padrinho), ou cortesia (seu, dona), estes últimos usados em situações de maior formalidade.

A Tabela 5 abaixo mostra o detalhamento do tipo de elemento que acompanha as formas de referência em AMN.

Tabela 5 - Detalhamento do tipo de elemento linguístico à esquerda

Elemento Linguístico	Nome oficial		Outros antropônimos		Total
	N.º	%	N.º	%	
Parentesco	13	52%	12	48%	25
Cortesia	22	52%	20	47%	42
Sem elemento	243	54%	203	45%	446
Total	278		235		

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Essa tabela mostra, de forma detalhada, quais são os itens constantes em cada tipo. Assim, nas ocorrências de parentesco, aparecem os seguintes itens: tio (4 ocorrências), tia (6 ocorrências), compadre (8 ocorrências), comadre (5 ocorrências), padrinho (1 ocorrência), madrinha (1 ocorrência); nas ocorrências de cortesia, aparecem os itens: ‘seu’ (20 ocorrências) e ‘dona’ (22 ocorrências). Já em ‘sem elemento’ estão incluídas as ocorrências com ausência de elemento à esquerda e as ocorrências com elemento à esquerda que não se enquadram nas categorias ‘parentesco’ e ‘forma de cortesia’, ou seja, artigos (o, a), pronomes demonstrativos (tal, esse, aquela), e adjetivos (velho), com, respectivamente, 1, 4 e 3 ocorrências.

Veja-se se, na Tabela 6 abaixo, o detalhamento do tipo de elemento à direita em AMN.

Tabela 6 - Detalhamento do tipo de elemento linguístico à direita

Elemento linguístico	Nome oficial		Outros antropônimos		Total
	N.º	%	N.º	%	
Parentesco	13	14%	74	85%	87
Outros	5	11%	40	88%	45
Sem elemento	260	68%	121	31%	381
Total	278		235		

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Veja que em AMN o elemento que predomina à direita é o parentesco, quando não se usa o nome oficial. Foram 74 ocorrências, tais como, *Fabiano de Nicinha*, *João de Paulo*, *Fernando de Cau*, entre outros. Em ‘outros’ aparecem denominações diferentes do elemento ‘parentesco’, tais como, profissão (5%), como em *Sebastião areia* (aquele que vende areia), *João biscoito* (aquele que vende biscoito), lugar de origem (10%), como em *Lorivaldo do Ribeirão*, *Cleito de Paricida*, fato (25%), como em *João Bomba* (aquele que se acidentou com uma bomba) característica física (15%), como em *Zé Quati*, idade (10%), como em *Maro Veio*, elemento não

identificável (10%), como em *Zé Coroché*, *Zé Lu* e um nome que compõe um outro nome modificado (13%), como em *Tone Borge* e *Zé Ocrido*.

4.3.1.3.2 Tipo de modificador [de NP] ou outros

Esse fator mostrou-se relevante na amostra de Aparecida do Mundo Novo. Veja-se a Tabela 7 abaixo.

Tabela 7 - Tipo de modificador [de NP] ou outros em AMN

Tipo de modificador	Nome oficial			Outros antropônimos			Total
	N.º	%	PR	N.º	%	PR	
Modificador de [NP]	5	6%	.10	78	93%	.80	83
Outros elementos	273	63%	.60	157	36%	.40	430
Total	278		235				

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

O que chama a atenção nessa tabela é o número de ocorrências de ‘outros antropônimos’ com a estrutura [NP]. Nessas estruturas estão denominações como as que aparecem em *Zé de Beto*, *Zé Alvino da Cana*, entre outros. No tipo ‘outros elementos’ encontram-se reunidos tanto os elementos à esquerda quanto os elementos à direita que não fazem parte do núcleo [NP], ou seja, os elementos à direita que são núcleos nominais quando o núcleo nominal aparece isolado.

4.3.1.3.3 Realização morfológica do núcleo nominal

Esse fator também foi considerado relevante na amostra de Aparecida do Mundo Novo. Veja-se a Tabela 8 abaixo.

Tabela 8 - Realização morfológica das formas de referência em AMN

Realização morfológica	Nome oficial			Outros antropônimos			Total
	Nº	%	PR	Nº	%	PR	
Sem alteração	236	77%	.58	68	26%	.42	304
Com alteração	42	20%	.37	167	79%	.63	209
Total	278			235			

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Esse fator permite identificar o modo pelo qual os nomes oficiais se realizam. A análise dos casos de nomes oficiais com alteração morfológica mostra que estes desfavorecem a alteração morfológica, uma vez que denotam mais formalidade. Por outro lado, veja-se que as alterações morfológicas predominam nas ocorrências de ‘outros antropônimos’, denotando informalidade. Ressalta-se aqui que as alterações que foram computadas nos nomes oficiais são como as que aparecem em: *Simprícia*, *Qoresma*, *Zabel*, *Luça*, uma vez que, embora sejam alterações fonológicas, não caracterizam ‘outros antropônimos’.

4.3.1.3.4 Alteração morfológica 1

Esse fator foi selecionado como relevante na amostra de AMN. Veja-se a Tabela 9 abaixo.

Tabela 9 - Tipos de alteração morfológica 1 em AMN

Tipo de alteração	Nome oficial			Outros antropônimos			Total
	Nº	%	PR	Nº	%	PR	
Diminutivo/ Aumentativo	1	1%	.04	52	98%	.96	53
Sem derivação	277	60%	.65	183	39%	.35	460
Total	278			235			

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Os resultados demonstrados nessa tabela corroboram aqueles explicitados na tabela anterior. Ou seja, o predomínio do tipo de alteração diminutivo e aumentativo em ‘outros antropônimos’, caracterizando, pois, a predominância de denominações que indicam familiaridade, informalidade, tais como: *Tiaguim, Bigodão, Liazinha, Nandão*, entre outros.

4.3.1.3.5 Alteração morfológica 2

O fator alteração morfológica 2 mostrou-se relevante na amostra de AMN. Veja-se a Tabela 10 abaixo.

Tabela 10 - Tipos de alteração morfológica 2 em AMN

Tipo de alteração	Nome oficial			Outros antropônimos			Total
	Nº	%	PR	N.º	%	PR	
Com Truncamento	36	23%	.70	118	78%	.30	154
Sem truncamento	242	67%	.11	117	32%	.99	359
Total	278			235			

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Aqui também se observa que a modificação morfológica ‘truncamento’ é predominante na variante ‘outros antropônimos’, tais como *Zé de Zu, Zé de Juca, Tota de Zezin*. Ou seja, os nomes já modificados sofrem outro tipo de modificação. Essas ocorrências de nomes modificados, mesmo já com a presença de um sintagma modificador, na fala dos habitantes de AMN, parecem ser motivadas pelo ambiente linguístico informal dos ‘outros antropônimos’. É como se a informalidade propiciasse mais informalidade.

4.3.2 As variáveis independentes externas

Foram analisados dois fatores sociais: o gênero e a faixa etária (adultos e idosos). Nenhuma dessas variáveis mostrou-se relevante para a variação estudada, portanto há que se buscar outra característica social de ordem micro de análise.

4.4 A ANÁLISE DA AMOSTRA DE BELO HORIZONTE

Nesta seção, serão apresentados os resultados da análise quantitativa da amostra de Belo Horizonte – MG

4.4.1 As variáveis independentes internas

Dos fatores linguísticos selecionados para a análise, três foram considerados relevantes na amostra de Belo Horizonte, a saber: posição do elemento linguístico que acompanha as formas de referência; tipo de modificador à direita e tipo de alteração morfológica 1.

4.4.1.1 Posição do elemento linguístico que acompanha as formas de referência

Abaixo, a Tabela 11 mostra a distribuição das variantes conforme a posição do elemento linguístico que acompanha o nome oficial ou o ‘outro antropônimo’ em BH.

Tabela 11 - Posição do Elemento que acompanha as formas de referência em BH

Posição do elemento	Nome oficial			Outros antropônimos			Total
	N.º	%	PR	N.º	%	PR	
à esquerda	20	52%	.14	18	47%	.86	38
à direita	2	66%	.04	1	33%	.96	3
Sem elemento	27	90%	.94	3	10%	.06	30
Total	49			22			

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Observa-se que, na amostra de BH, há um predomínio de ocorrências do elemento linguístico à esquerda da forma de referência. Veja-se o detalhamento na Tabela 12 abaixo.

Tabela 12 - Detalhamento do tipo de elemento linguístico à esquerda

Tipo de elemento linguístico	Nome oficial		Outros antropônimos		Total
	N.º	%	N.º	%	
Cortesia	4	57%	3	42%	7
Outros elementos	45	70%	19	29%	64
Total	49		22		

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Em relação ao elemento ‘cortesia’, registra-se a ocorrência dos itens (seu e dona). Já em ‘outros elementos’, além das formas com ausência de outro elemento estão outros itens linguísticos, a saber: profissão (11%), como em *professor Marcelo*, *doutor Mesquita*), artigos

(7%), como em *a Heloísa, o Zé Maria* e prenome eclesiástico, como em *Frei Aristides* e *Frei Ávila*. Abaixo, a Tabela 13 mostra o detalhamento do elemento linguístico à direita.

Tabela 13 - Detalhamento do tipo de elemento linguístico à direita

Tipo de elemento linguístico	Nome oficial			Outros antropônimos			Total
	N.º	%	PR	N.º	%	PR	
Parentesco	11	91%	.29	1	8%	.71	12
Outros elementos	38	64%	.99	21	35%	.01	59
Total	49			22			

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Observa-se que há o predomínio do elemento ‘parentesco’ nos nomes oficiais. Esse parentesco é representado pelos sobrenomes oficiais, diferentemente do que se observa em AMN, em que o parentesco é representado, em sua maioria, por ‘outros antropônimos’.

4.4.1.2 Alteração morfológica 1

Esse fator foi selecionado como relevante também na amostra de BH. Veja-se a Tabela 14 abaixo.

Tabela 14 - Tipos de alteração morfológica 1 em BH

Tipo de alteração	Nome oficial			Outros antropônimos			Total
	N.º	%	PR	N.º	%	PR	
Diminutivo/ Aumentativo	2	33%	.02	4	66%	.98	6
Sem alteração	47	72%	.58	18	27%	.42	65
Total	49			22			

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Verifica-se que também na amostra de BH a variável ‘outros antropônimos’ favorece o uso da derivação. Assim, poder-se-ia dizer que o diminutivo e o aumentativo são modificações características da informalidade, da familiaridade.

4.4.2 As variáveis independentes externas

Os dois fatores extralinguísticos selecionados para a análise, o gênero e a faixa etária, foram considerados como relevantes na amostra de BH.

4.4.2.1 O fator gênero

Veja-se, na Tabela 15 abaixo, a distribuição das variantes de acordo com o gênero.

Tabela 15 - Distribuição das variantes conforme o gênero do informante

Gênero	Nome oficial			Outos antropônimos			Total
	N.º	%	PR	N.º	%	PR	
Masculino	28	77%	.70	8	22%	.30	36
Feminino	21	60%	.29	14	40%	.71	35
Total	49			22			

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Percebe-se que o gênero masculino favorece o uso dos nomes oficiais, e o gênero feminino favorece o uso de ‘outros antropônimos’. Esse resultado sinaliza que esses outros antropônimos não são formas estigmatizadas, uma vez que, conforme apontam estudos sociolinguísticos, as mulheres são mais conservadoras e tendem a optar por variantes de prestígio.

4.4.2.2 O fator faixa etária

O fator faixa etária mostrou-se relevante na amostra de BH. Veja-se a Tabela 16 a seguir.

Tabela 16 - Distribuição das variantes conforme a faixa etária do informante

Faixa etária	Nome oficial			Outros antropônimos			Total
	N.º	%	PR	N.º	%	PR	
26 a 49 anos	11	91%	.91	1	8%	.09	12
50 anos acima	38	64%	.38	21	35%	.62	59
Total	49			22			

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Percebe-se que a faixa etária é um fator favorecedor do uso do nome oficial em BH. Esse resultado confirma a hipótese de que, nessa faixa etária, em que já se buscou um nível de escolaridade, em que se está inserido ou pretendendo inserir-se no mercado de trabalho, há uma preocupação com o uso formal da linguagem, sendo esse uso aqui representado pelos nomes oficiais.

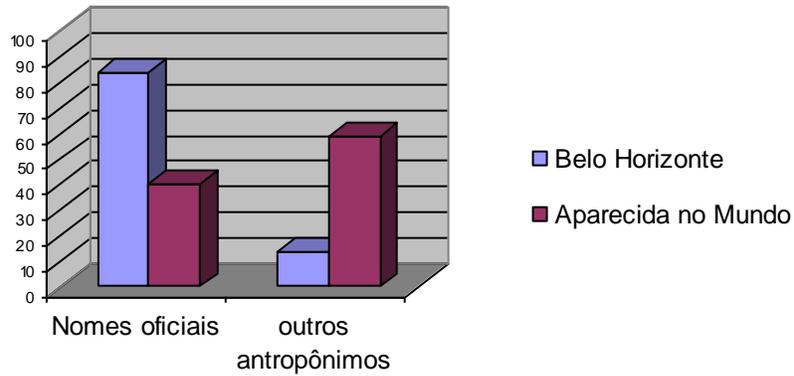
A seguir, faremos uma comparação entre os resultados da localidade Aparecida do Mundo Novo – MG e Belo Horizonte – MG.

4.5 COMPARANDO OS RESULTADOS DAS DUAS LOCALIDADES: Aparecida do Mundo Novo e Belo Horizonte - MG

Conforme ficou demonstrado, em relação ao número de ocorrências de formas de referência, AMN apresentou um total de 513 ocorrências, enquanto BH apresentou um total de 71 ocorrências. Se as amostras são simétricas, qual seria então a razão dessa diferença? A resposta a essa questão se torna explícita quando consideramos o perfil das duas comunidades, tendo em vista o tipo de rede de relacionamentos existente em cada uma delas. No caso de AMN, a rede de relacionamentos é densa, *miúda, multiplex*, uma vez que a maioria das pessoas se conhece, há laços fortes estabelecidos nas relações de amizade, companherismo e parentesco, situação que se mostra assimétrica em relação a BH, em que as redes de relacionamento são frouxas, de tessitura *larga, uniplex*, o que faz com que diminuam as ocorrências de nomes e apelidos, já que se referir a alguém pelo nome não se justifica, porque, muitas vezes, o interlocutor não sabe de quem se trata; ou seja, em uma situação de interação, se a pessoa não conhece, por exemplo, o namorado da outra, a referência não será ‘O Paulo viajou’, mas sim, ‘O meu namorado viajou’. Isso quer dizer que, em uma relação diretamente proporcional, quanto menos as pessoas se conhecem menos nomes são usados como formas de referência.

Tendo em vista as variantes postas em análise, através dos números, constatou-se o predomínio do uso de outras formas de denominações em AMN em comparação com BH. Veja-se o Gráfico 10 abaixo.

Gráfico 10 - Distribuição das variantes conforme a área geográfica

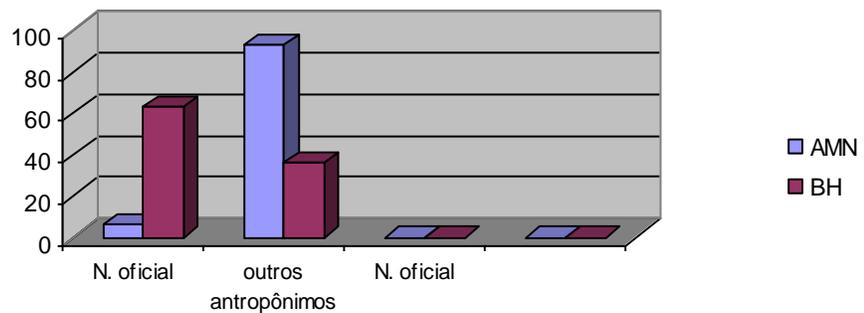


Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Esse predomínio de outros antropônimos em AMN caracteriza a informalidade no uso das formas de referência que, por sua vez, está relacionada ao tipo de rede de relacionamentos dessa comunidade. Assim como o diminuto uso de outros antropônimos em BH indica mais formalidade e, conseqüentemente, mais uso de nomes próprios.

Os tipos de elementos linguísticos à direita nessas denominações também confirmaram as diferenças entre as duas amostras. Veja-se o Gráfico 11 abaixo.

Gráfico 11 - Distribuição do modificador de [NP]

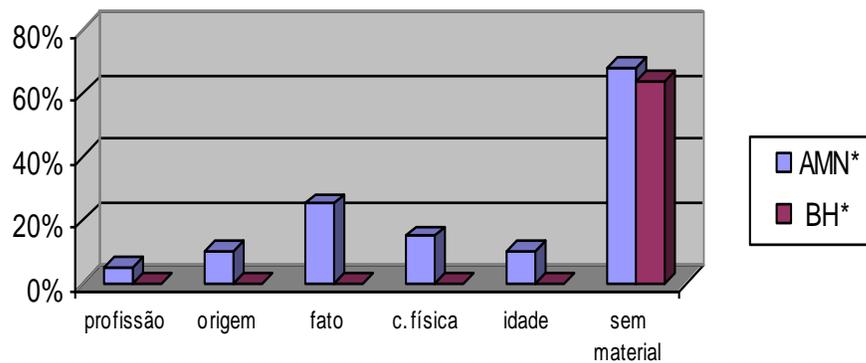


Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Entre os elementos linguísticos que aparecem à direita nas amostras, verifica-se que, na amostra de BH, não há ocorrências de denominações que indicam profissão e também origem.

Veja-se o Gráfico 12, que apresenta com mais detalhes essas denominações à direita.

Gráfico 12- Detalhamento dos elementos linguísticos à direita do nome individual

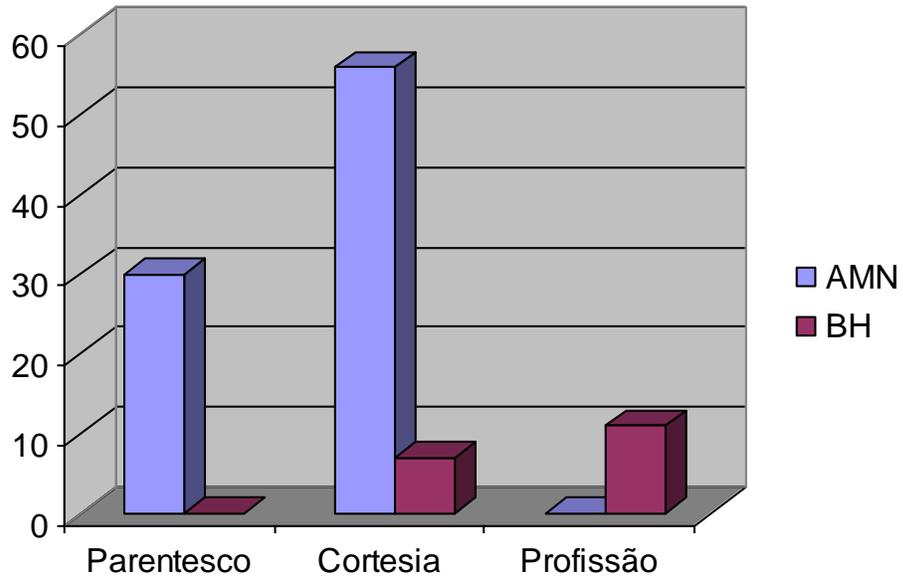


Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Esses elementos mostrados no gráfico indicam a variedade de alcunhas encontradas na amostra de AMN. Além disso, pode-se notar, tendo em vista as tipologias dos nomes que foram propostas pelos autores referidos neste trabalho, que ao longo do tempo, esses elementos se repetem.

Em relação aos elementos linguísticos que se encontram à esquerda, também verificamos diferenças entre AMN e BH. Veja-se o Gráfico 13 abaixo.

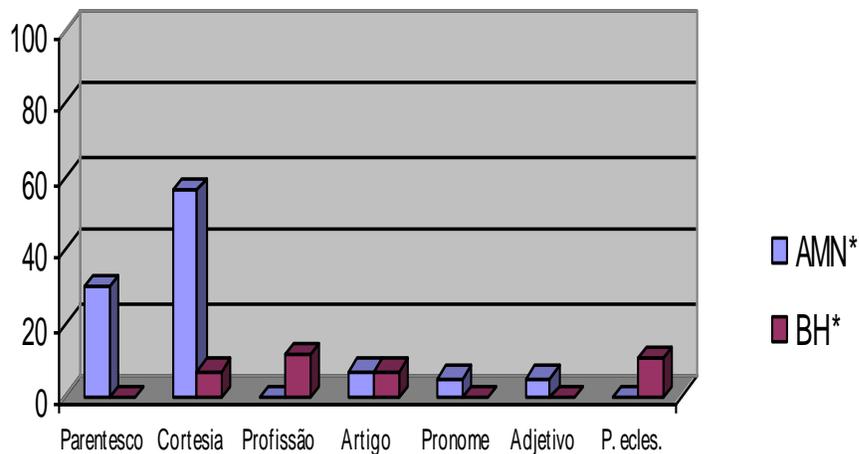
Gráfico 13 - Tipo de elemento linguístico à esquerda



Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Observa-se que, na amostra de AMN, ocorre tanto o elemento ‘parentesco’ como o elemento ‘cortesia’. O elemento ‘parentesco’ presente na amostra (tio, comadre, madrinha) denotam familiaridade. Já em BH, não ocorre esse tipo de elemento. O Gráfico 14 detalha as ocorrências dos tipos de elementos à esquerda nas duas amostras.

Gráfico 14 - Detalhamento do tipo de elemento linguístico à esquerda

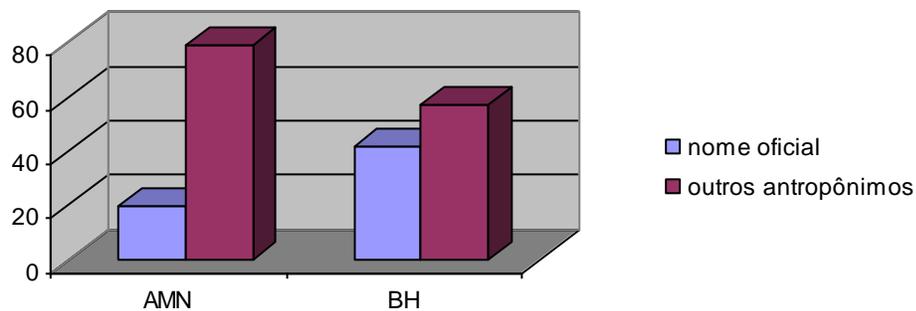


Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Veja que os elementos encontrados à esquerda na amostra de BH denotam mais formalidade. Ressalta-se que grande parte dos artigos encontrados acompanha a profissão (*o doutor Marcelo, o professor Aureliano Chaves*), assim como os prenomes eclesiásticos (*o frei Aristides, o frei Ávila*). Em AMN, não ocorrem esses elementos. É importante assinalar também que, entre os elementos que indicam cortesia, em AMN, o número maior de ocorrências é do item ‘seu’, já em BH, o maior número de ocorrências é do item ‘dona’.

Em relação às alterações morfológicas, também se constata diferenças em AMN e BH. Conforme se observa, em AMN, há o predomínio tanto da derivação (diminutivo e aumentativo) como do truncamento. O Gráfico 15 abaixo mostra esse predomínio.

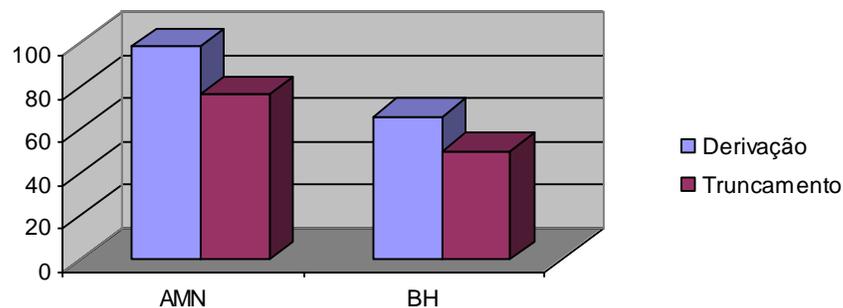
Gráfico 15 - Distribuição dos antropônimos com alteração



Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

O Gráfico 16 detalha as ocorrências dos tipos de alteração morfológica nas amostras.

Gráfico 16 - Alterações morfológicas 1 e 2



Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

O predomínio dessas alterações em AMN confirmam o uso da informalidade na referenciação a pessoas nessa comunidade, uma vez que esse tipo de alteração é característico do registro informal.

4.6 CONSIDERAÇÕES

Os números apresentados nas tabelas acima permitiram verificar a predominância do uso da variante [outros antropônimos] como forma de referenciação a pessoas, sendo esse número muito próximo do número de ocorrências dos sobrenomes oficiais. Já em BH, viu-se que o número de ocorrências dos nomes oficiais é mais que o dobro do número de ocorrências da variante [outros antropônimos].

Todos os fatores que foram analisados e se mostraram relevantes confirmam o predomínio do uso de outros antropônimos em AMN, caracterizando, dessa maneira, o uso informal na referenciação a pessoas, assim como também confirmam o predomínio do uso dos nomes oficiais em BH, caracterizando um uso mais formal na referenciação a pessoas.

Um outro aspecto importante que os resultados permitiram mostrar é o fato de que, em AMN, predomina o modificador com a estrutura [NP] no uso da variante [outros antropônimos], enquanto, em BH, verifica-se apenas uma ocorrência dessa estrutura formando um sobrenome oficial. Ao contrário do que ocorre na comunidade Aparecida do Mundo Novo, em Belo Horizonte, a predominância é da estrutura [SN], formando também sobrenome oficial.

De acordo com os elementos linguísticos que compõem os modificadores [SP] e [SN], à direita do nome individual, em AMN, indicando parentesco, lugar de origem, ofício, característica física, fato, profissão, ou sobrenome oficial, chegamos às classes (A-D), que seguem.

Modificador com estrutura [SP]

A) NOME PRÓPRIO + DE + NOME PRÓPRIO (do pai, da mãe, do marido, da mulher),
como:

(15) Edilson de Cidino (pai)

(16) Dona Antônia de Seu Clarindo (marido)

17) João de Lisa (mulher)

B) NOME PRÓPRIO + DE + NOME DE LUGAR, como:

(18) César do Ribeirão (lugar)

C) NOME PRÓPRIO + DE + NOME COMUM

(19) Dão da Água (ofício)

Modificador com estruturas [SN]

D) NOME PRÓPRIO + NOME COMUM, como:

(20) Seu Sebastião areia (ofício)

Da mesma forma, ao analisar os elementos linguísticos que compõem as estruturas sintáticas dos modificadores (SP) e [SN] na amostra de BH, sistematizamos as seguintes classes (A-D) abaixo.

Estruturas [SP]

NOME PRÓPRIO+ PREPOSIÇÃO + ARTIGO + NOME

(22) Augusto dos Anjos (sobrenome oficial)

(23) Bilinha das Granjera (lugar)

Estruturas [SN]

NOME PRÓPRIO + NOME

(24) João Mendes (sobrenome oficial)

C) NOME PRÓPRIO + NOME COMUM

(25) Zé dos Prazeres (outro elemento)

D) NOME PRÓPRIO + ADJETIVO PÁTRIO

(26) Ronaldinho Gaúcho (lugar)

Assim, embora as estruturas sintáticas das formas de referenciação variem, o predomínio, conforme já afirmamos, é de estruturas informais em AMN, e estruturas formais em BH.

Analisar com mais detalhes as estruturas de formação desses outros antropônimos e os elementos que as compõem permitiu-nos verificar que essas estruturas contemplam os mesmos tipos usados no processo de nomeação ao longo do tempo.

O fato de a variante [outros antropônimos] estar presente na fala dos moradores de AMN no lugar dos nomes e sobrenomes oficiais tem como uma primeira explicação o fato de essa comunidade ser muito pequena, ainda predominantemente rural, em que vivem muitos membros de uma mesma família e, por isso, ocorre uma sobreutilização do mesmo sobrenome. Os ‘outros antropônimos’ serviriam então para simplificar o processo linguístico, ou seja, para uma identificação mais rápida e eficaz da pessoa no tecido social, conforme afirma Martins Ramos

(1985, p. 43)

A princípio, poder-se-ia pensar que o uso predominante desses ‘outros antropônimos’, em AMN, por sua característica informal, faria parte da fala dos idosos de pouca escolaridade, porém o resultado da análise surpreende; o que os números revelam é que o uso desses outros antropônimos está presente, tanto na fala dos informantes adultos, como na fala dos idosos, e esse dado constitui uma evidência de que não se trata de uma inovação na comunidade. Deve-se considerar também o fato de que, nessa pequena comunidade, todos se conhecem e, ao contrário de uma grande cidade, os laços são mais estreitos, portanto, os falantes rejeitam a formalidade e a frieza dos sobrenomes oficiais.

Embora o fator escolaridade não tenha sido diretamente analisado, seu resultado aparece implícito no fator faixa etária, uma vez que os informantes adultos possuem, ou o nível médio, ou o nível superior de escolaridade, e os idosos não possuem escolaridade. Isso quer dizer que, em AMN, a variante [outros antropônimos] está presente, tanto na fala dos que possuem escolaridade, quanto na dos que não possuem. Esse resultado é surpreendente, pois o que se esperava era que os falantes com escolaridade optassem pela realização mais formal e menos íntima, usando, assim, os nomes oficiais, uma vez que tiveram acesso à escola e maior contato com a cidade. Ramos (2003, p. 53), em seu estudo *Alcunhas Alentejanas*, afirma que o aumento da escolarização parece ser “mecanismo sem força” em relação ao uso de outros antropônimos como formas de referência a pessoas.

Em relação às alterações morfológicas, os números mostraram o predomínio do seu uso em AMN. Veja que, nessa comunidade, os fatores alteração morfológica 1 e 2 foram relevantes. Autores como MONTEIRO (1983), BRITO (2003), DUBOIS *et al* (2004) GONÇALVES (2002) afirmam que essas palavras alteradas por esses processos são usadas numa linguagem familiar para indicar carinho afetividade, o que corrobora a nossa afirmativa de que o uso reiterado dessas formas em AMN está relacionado às características dessa pequena comunidade e às relações de informalidade e intimidade estabelecidas entre os seus habitantes, o que quer dizer que o predomínio de uso de outros antropônimos em AMN está relacionado ao tipo de rede de relacionamento existente nessa comunidade, uma rede densa, de *tessitura miúda, multiplexa e sólida*. Já BH, por ser um grande centro urbano, é caracterizada, numa visão macro, como uma rede *frouxa*, de *tessitura larga, uniplex e líquida*. Por que numa visão macro? Porque numa visão micro, haverá a constatação de que, em BH, também são encontradas redes densas, de *tessitura*

miúda, principalmente e talvez predominantemente representada pelas redes de relacionamentos familiares.

Essa correlação entre o tipo de referenciação escolhida e densidade de redes é também encontrada em comunidades portuguesas em outros momentos de tempo. A pesquisa diacrônica nos permitiu verificar que um mesmo processo se repete através dos anos. Dessa maneira, o nosso estudo proporciona evidências a favor da atuação do Princípio Uniformitário.

4.7 ESTUDOS PRÉVIOS RELACIONADOS AO USO DOS ANTROPÔNIMOS: comparando resultados

Como um dos objetivos da nossa pesquisa é verificar os ambientes linguísticos em que ocorrem os vários tipos de antropônimos no português brasileiro falado, resolvemos revisar, comparativamente ao nosso estudo, alguns outros importantes estudos que também revelam esses ambientes, como é o caso daqueles que analisaram a presença/ausência do artigo definido diante de antropônimos e também daqueles que analisam o uso do hipocorístico através de amostras de diferentes regiões de Minas Gerais. São eles: Moisés (1995); Mendes (2000); Amaral (2003); Alves (2008); Almeida Mendes, (2009). Consideramos que os resultados apresentados nesses estudos são relevantes para a nossa pesquisa, uma vez que, além de nos permitirem perceber os vários contextos de uso dos antropônimos no português falado, permitem-nos também fazer uma comparação com os nossos resultados. Assim, iniciaremos revisando os estudos que tratam da presença/ausência de artigos definidos antes de antropônimos. Em seguida, serão revisados os estudos que tratam dos hipocorísticos.

4.7.1 Estudos sobre presença/ausência de artigos antes de antropônimos

Moisés (1995), em seu estudo, através de uma abordagem funcional-discursiva, trata do uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte. O seu objetivo é investigar condições de ocorrência dos artigos definidos. O *corpus* utilizado para o estudo compõe-se de dois conjuntos de textos orais de diferentes naturezas: o primeiro formado por 10 narrativas orais sobre um filme de curta-metragem produzido para esse fim (perfazendo um total de 50 minutos de gravação), e o segundo, por 30 minutos de gravação de conversa espontânea envolvendo 6

(seis) falantes. O nível de escolaridade dos informantes é 3.º grau, a faixa etária entre 21 e 39 anos, todos residentes em Belo Horizonte há, pelo menos, 8 anos.

A análise iniciou-se com a catalogação de todas as ocorrências de artigos e, em seguida, procedeu-se à verificação dos ambientes sintático-oracionais de figuração desses artigos. Dessa maneira, as ocorrências foram separadas e quantificadas.

Constata-se que apenas o segundo *corpus* registrou ocorrências significativas de nomes próprios de pessoa com ou sem artigos, sendo assim somente ele foi usado. Na análise dos dados desse segundo *corpus*, foi encontrado o percentual de 76% de ocorrências de artigo definido antes de nomes próprios e 24% de ocorrências de artigo-zero. Os nomes próprios que não se referiam a pessoas foram descartados, e verificou-se a predominância de presença de artigo definidos diante dos antropônimos.

Tabela 17 - Distribuição das variantes em Moisés (1995)

Antropônimos	Amostra de BH (MOISÉS, 1995)
	Ocorrências em Porcentagens
Com artigo	61,5%
Sem artigo	23%

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Tendo em vista esses resultados, Moisés (1995) constata que há uma tendência atual do português de Belo Horizonte ao uso do artigo definido junto ao nome próprio de pessoa.

Os percentuais apresentados acima nos permitem fazer uma comparação com os nossos resultados. Veja-se a tabela abaixo.

Tabela 18 - Distribuição ausência e presença de artigo diante de antropônimos em Moisés (1995) e Mota 2013)

Antropônimos	Ocorrências em Porcentagens	
	BH(MOISÉS, 1995)	BH(MOTA,2013)
Com artigo	61,5%	36%
Sem artigo	23%	74%

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Pondo em comparação os percentuais das análises, percebe-se que os nossos resultados não ratificam os que foram encontrados por Moisés, já que mostram o predomínio da ausência de artigo diante de antropônimos em BH.

Baseando-se no resultado da sua análise, Moisés (1995) chega à conclusão de que é insuficiente dizer que o uso do artigo diante dos nomes próprios de pessoa funciona como uma marca de intimidade de tratamento com a pessoa referida, já que há contextos em que um mesmo falante, referindo-se a uma mesma pessoa para um mesmo ouvinte, ora usa, ora não usa o artigo definido, embora reconheça que, para que se ratifique ou não essa sua afirmativa, há que se analisar um *corpus* mais amplo, com maior número de ocorrências de antropônimos.

Embora o trabalho de Moisés não tenha sido feito à luz da Teoria Sociolinguística, conforme afirma Amaral (2003), ele já sinalizava para a consideração tanto de fatores linguísticos como de fatores extralinguísticos como referenciais de análise. Consideramos que esse trabalho é importante para a nossa pesquisa, uma vez que apresenta alguns pontos de contato com a nossa análise, já que, além de lidar com a língua falada em BH, ao analisar as condições de uso do artigo definido, permite que sejam verificados também alguns ambientes linguísticos de uso dos antropônimos. Já em relação às diferenças, além do objeto central de análise, percebem-se outras que dizem respeito à dimensão e à simetria da nossa amostra; ao suporte teórico-metodológico

usado no nosso estudo, que nos permitiu fazer, tanto uma análise quantitativa, como uma análise qualitativa, com a inclusão da Teoria de Redes. Outras diferenças dizem respeito à categorização e subcategorização dos antropônimos; aos ambientes linguísticos de ocorrência dos antropônimos; e às formas de realização dos antropônimos, tendo em vista as suas alterações morfológicas.

Já Mendes (2000) investiga, diacronicamente, a ausência de artigo definido diante de antropônimos no português da cidade mineira de Barra Longa, situada na Zona da Mata. A pesquisa teve como objetivo verificar se o fenômeno da ausência do artigo definido poderia ser caracterizado como um caso de retenção linguística, ou seja, se o fenômeno poderia ser explicado pelo fato de os falantes estarem preservando construções linguísticas pretéritas. Para a análise, tomou-se um *corpus* constituído por 17 textos notoriais e eclesiásticos dos séculos XVIII e XIX e um *corpus* de língua oral contemporânea coletado através de gravações de conversas espontâneas de idosos nascidos em Barra Longa.

A partir da análise sintática dos dados, a autora verifica que, nos dados da língua oral contemporânea, a ausência de artigo definido está condicionada à não ocorrência de item à esquerda do antropônimo, com exceção dos qualificativos (Qv) *dona, doutor, tio, Sá*. A autora esclarece que a descrição proposta leva em conta a posição que o NPr (nome próprio) ocupa no SN (sintagma nominal), procurando identificar quando se trata de um NPr regido pelo preposição ‘de’. A autora justifica essa opção pelo fato de que, desde os primeiros contatos com a língua escrita pretérita (LEP), os dados indicavam um condicionamento para ocorrência ou não do artigo, de acordo com o item que estivesse à esquerda do NSN – NPr. Portanto, seria necessário verificar se o mesmo ocorria na língua oral contemporânea (LOC). Verifica-se que a ausência de artigo diante de NPr regidos pela preposição ‘de’ mostrou-se muito destacada, tanto na LOC, quanto na LEP. (MENDES, 2000, p. 16-17)

Para fazer a análise dos dados, a autora usa a proposta de Perini (1996) para a área à esquerda do [SN], e a proposta de Mateus *et al* (1989) para a área à direita.

De acordo com a proposta de Mendes (2000), o [SN] poderia ser descrito através o seguinte esquema

Quadro 8 - Descrição da estrutura do Sintagma Nominal (SN)³⁶

											Complementos				
Det	PV4	Poss	PV3	Ref	PV2	Qf	PV1	PNE	PNI	Qv	NSN	SAdj	SPrep	Frase	Epíteto
Área esquerda											Área direita				

Fonte: MENDES, 2000, p. 88.

O levantamento quantitativo feito por Mendes (2000) permitiu-lhe afirmar que os falantes da cidade de Barra Longa tendem a usar mais a ausência do artigo diante de NSN-NPr e de Qv + NSN-NPr.

A pesquisa de Mendes (2000) avança em relação à de Moisés (1995) na medida em que apresenta uma análise mais detalhada dos ambientes linguísticos em que ocorre a ausência do artigo definido.

Essa pesquisa é importante para o nosso estudo, já que, além de trabalhar com dados orais de uma região de Minas, como fazemos, inclui na sua análise, conforme dissemos, os itens que se localizam à esquerda e à direita do verbo.

Acreditamos que a nossa pesquisa avança em relação à de Mendes (2000), uma vez que esses itens que compõem o [SN] são analisados em nosso estudo por categoria de antropônimo, o que representa um detalhamento ainda maior em relação à descrição feita pela autora.

Uma diferença marcante entre os dois estudos está no fato de que Mendes (2000) explica o fenômeno que analisa através do princípio da Retenção Linguística, ou seja, os falantes de Barra Longa estão preservando estruturas linguísticas do passado. Contrariamente a essa afirmativa, no nosso estudo, defendemos que as características linguísticas pretéritas encontradas no português oral brasileiro contemporâneo são explicadas através do Princípio Uniformitário, ou seja, as formas que foram usadas no passado tendem a se repetir no presente.

Amaral (2003), em sua dissertação de mestrado, descreve a variação regional da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas

³⁶ Área esquerda: Det. (determinante); PV4 (posição variável 4); Poss. (possessivo); PV3 (posição variável 3), Ref. (reforço); PV2 (posição variável 2); Qf. (quantificador); PV1 (posição variável 1); PNE (pré-núcleo externo); PNI (pré-núcleo interno); Qv. (qualificativo). Área direita: SAdj. (sintagma adjetival); SPrep. (sintagma preposicionado).

Gerais: Campanha (no Sul de Minas), Minas Novas (no Vale do Jequitinhonha) e Paracatu (no Noroeste do Estado). O objetivo do seu estudo foi fazer uma descrição da variação da ausência/presença do artigo definido diante de antropônimo na língua oral contemporânea dos habitantes dessas localidades mineiras, identificando fatores favorecedores e desfavorecedores das variantes. A hipótese inicial é que o fenômeno constitui um caso de variação regional, cuja distribuição no espaço geográfico de Minas não se enquadra na divisão dos falares de Zágari (1998). Os pressupostos teórico-metodológicos do estudo baseiam-se na Dialectologia e na Sociolinguística Variacionista. A escolha das cidades para a coleta de dados deu-se inicialmente por estarem situadas na região compreendida pela divisão de falares de Zágari. Evitou-se a escolha de cidades novas, uma vez que se buscavam informantes nascidos na região e que fossem, preferencialmente, filhos de pais também da região, e esse tipo de informante dificilmente seria encontrado em municípios novos. As três cidades escolhidas têm como data de formação o século XVIII e representam pontos secundários da mineração. Para coleta dos dados, foram selecionados entrevistados de duas faixas etárias (18 e 30 anos e acima de 50 anos), de dois níveis de escolaridade (pessoas analfabetas ou com os primeiros anos de escolaridade e pessoas com ensino médio ou ensino superior). Além desses fatores, foram selecionados, ainda: grau de intimidade do falante com a pessoa mencionada; ausência/presença de título; posição do antropônimo no turno conversacional; presença do antropônimo em estrutura de genitivo; antropônimo como item de uma enumeração. O tratamento dos dados deu-se a partir do programa computacional *GOLDVARB 2001*.

De acordo com a análise, cada localidade apresentou um conjunto diferenciado de fatores condicionadores da variação estudada. A faixa etária foi um fator selecionado em Minas Novas e em Paracatu, sendo a presença do artigo favorecida pela faixa etária mais jovem, e a ausência pela mais velha. Em Paracatu, o fator escolaridade foi selecionado, sendo a presença do artigo favorecida pelo nível mais alto de escolaridade. Ressalta o autor que esse resultado é semelhante ao de Silva (1996b) na análise realizada com o *corpus* do Projeto Censo. Afirma ainda que esses resultados forneceram indícios de que o fenômeno pode constituir um caso de mudança em progresso nas duas localidades. Adverte que novas pesquisas precisam ser feitas, coletando dados de outra(s) faixa(s) etária(s). O fator a posição do antropônimo no turno conversacional foi selecionado em Campanha e Paracatu, comprovando a hipótese inicial de que a ausência do artigo seria favorecida pela posição inicial do antropônimo no turno. O fator intimidade foi

selecionado em Campanha e Minas Novas, porém, com resultados opostos os quais, de acordo com o Amaral, comparados com os resultados gerais e com a caracterização de cada localidade, permitiram observar que o uso das variantes estudadas constituem uma marca de identificação do tipo de contato que o informante tem com a pessoa à qual se refere, e que, com esses resultados, comprova-se a importância do fator intimidade na variação de uso do artigo definido diante de antropônimos. Ressalta, porém, que o assunto precisa ser melhor investigado, para explicar, por exemplo, as diferenças encontradas em Campanha e Minas Novas, nas ocorrências em que há a referência a pessoas públicas na região do informante.

Com relação às regiões pesquisadas, comprovou-se a existência da variação da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos no Estado de Minas Gerais, já indicada pelos trabalhos de Moisés (1995) e Mendes (2000). Comprovou-se também a possibilidade de delimitação de áreas linguísticas a partir de fenômenos sintáticos, o que não tem sido feito pelos estudiosos da Dialectologia. O autor afirma que os seus resultados e os anteriores, Moisés (1995) e Mendes (2000), permitem observar a variação do fenômeno estudado em cinco pontos do Estado (Belo Horizonte, Barra Longa, Campanha, Minas Novas e Paracatu), Conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 19 – Distribuição da ausência e presença de artigos antes de antropônimos em cinco localidades do Estado de Minas Gerais

Antropônimos	Ocorrências em Porcentagens				
	BH	B. Longa	Campanha	M. Novas	Paracatu
Com artigo	61%	21,6%	75%	38%	47%
Sem artigo	23%	77,4%	24%	61%	52%

Fonte: AMARAL, 2003, p. 117.

De acordo com o autor, essas regiões, postas em comparação com a divisão de falares proposta por Zágari (1998), parecem sinalizar que a ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos tem uma distribuição no espaço mineiro diferente daquela apresentada pelo

autor. Adverte Amaral, que, no entanto, para que seja traçada uma delimitação das áreas linguísticas correspondentes às variantes, novas pesquisas precisam ser realizadas. Os nossos resultados em relação ao uso do artigo diante de antropônimos nas duas amostras analisadas permitem-nos estabelecer uma comparação com os resultados encontrados por Amaral. Veja-se a tabela abaixo.

Tabela 19 – Distribuição das variantes em seis localidades do Estado de Minas Gerais

Antropônimos	Ocorrências em Porcentagens						
	BH	B. Longa	Campanha	M. Novas	Paracatu	AMN	BH
Com artigo	61%	21,6%	75%	38%	47%	0,2	36%
Sem artigo	23%	77,4%	24%	61%	52%	98,8	74%

Fonte: AMARAL, 2003, p. 117.

Tendo em vista os percentuais da tabela, observa-se que os nossos resultados em relação à amostra de BH divergem dos apresentados por Moisés (1995). O que chamou a nossa atenção nesses percentuais foi a predominância da ausência de artigo nas regiões de Minas Novas, Paracatu e AMN, Veja-se na Figura 4 a seguir as regiões em que essas comunidades se localizam.

Figura 4 – Mesorregiões de Minas Gerais



Fonte: www.mapasparacolorir.com.br

Veja-se que as regiões onde estão situadas as comunidades em que predominou a ausência do artigo definido diante de antropônimos se avizinham. O que continua a intrigar é o fato de essa ausência ser explicada por fatores diferentes em cada localidade.

O estudo de Amaral (2003) avança em relação aos estudos anteriores, uma vez que, através de análises quantitativa e qualitativa, incluindo fatores não analisados por esses estudos anteriores, mapeia o uso do artigo definido em três localidades do Estado de Minas Gerais. Há que se reconhecer a importância desse estudo, já que amplia não só o conhecimento da variação da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos, mas também o conhecimento do português oral de Minas Gerais e, conseqüentemente, do português oral brasileiro. Além disso, o estudo indica caminhos para que outras pesquisas linguísticas sobre os antropônimos sejam feitas. Esse estudo é importante para o nosso trabalho, uma vez que, além do fato de estar relacionado aos antropônimos, trata da questão da referência em relação aos nomes próprios e, ao final do capítulo 3, (seção 3.3) comenta sobre algumas estruturas que envolvem os antropônimos, a saber: antropônimos precedidos por pronomes demonstrativos (subseção 3.3.1), antropônimos em

estruturas genitivas (subseção 3.3.2), antropônimos com complementos *adjetivais* (subseção 3.3.3) e antropônimos com topônimos (subseção 3.3.4). Como não tratou desses casos, o autor sugere que outras pesquisas sejam feitas para tais estruturas possam ser estudadas. E foi o que nosso estudo pretendeu fazer, ao tratar dessas estruturas e também de outras que fazem parte da categoria dos antropônimos.

Alves (2008) trata, em seu estudo, da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos, focalizando a fala dos jovens da cidade mineira de Barra Longa que residem em Belo Horizonte. Conforme a autora, situada na Zona da Mata de Minas Gerais, Barra Longa se mantém relativamente ‘isolada’ dos grandes centros urbanos devido às condições de acesso. Afirma que é comum os moradores, principalmente os mais jovens, se mudarem para outras cidades, inclusive Belo Horizonte, em busca de trabalho e estudo, já que a localidade não conta com instituições de nível superior ou escolas com ensino profissionalizante. Segundo a autora, os resultados encontrados pelos trabalhos anteriores de Moisés (1995) e Mendes (2000) motivaram o seu estudo, já que as duas cidades, apesar de não muito distanciadas uma da outra, possuem padrões divergentes em relação ao uso do artigo definido. O objetivo do seu estudo é, portanto, verificar como se comportam os jovens da cidade de Barra Longa que residem em Belo Horizonte diante da variação apresentada, investigando as possíveis alterações decorrentes do contato com a referida cidade na fala do grupo sob análise. A pesquisa foi realizada tomando como aporte os pressupostos da Teoria da Variação propostos por Labov (1972a). Baseou-se também na afirmativa de Naro (2003, p. 45) o qual diz que, “para a maioria dos linguistas, desde gerativistas a sociolinguistas, o processo de aquisição da linguagem se encerra mais ou menos no começo da puberdade e que, a partir desse momento, a língua do indivíduo fica essencialmente estável.” Portanto, espera-se que esses jovens preservem, em sua fala, a estrutura de Barra Longa (a ausência do artigo), já que deixaram a cidade depois dos 14 anos de idade. A autora trabalha com a hipótese de que a manutenção do relacionamento entre as pessoas que se mudam para outras cidades com pessoas da comunidade de origem interfere no comportamento linguístico dessas pessoas. Sendo assim, a pesquisa integra à teoria variacionista laboviana a análise das redes sociais dos informantes, baseando-se em MILROY (1980). O estudo se desenvolveu a partir da análise quantitativa e qualitativa de dois *corpora*: o grupo de Belo Horizonte, constituído de dados de fala de dezesseis informantes, de 18 a 30 anos, nascidos em Barra Longa, e que residem atualmente em Belo Horizonte, do qual foram extraídos 1163 dados, e o grupo de

controle, constituído de quatro informantes da mesma faixa etária, que permanecem em Barra Longa, do qual foram extraídos 340 dados. Conforme Alves, os dados desse segundo *corpus* foram analisados para comprovar as observações não sistemáticas de Mendes (2000) e de Alves (2007), que apontam a ausência do artigo não apenas na fala dos idosos, mas também na fala dos jovens de Barra Longa.

Os resultados gerais foram obtidos com a utilização do Programa estatístico para computadores GOLDVARB/VARBRUL 2001. Em relação ao grupo de BH, foco da análise, constatou-se 15% de uso do artigo contra 85% de ausência. E no grupo de controle (jovens que vivem em Barra Longa), constatou-se 95% de ausência contra 5% de presença. Conforme a autora, esse resultado vai ao encontro dos trabalhos anteriores, Mendes (2000) e Alves (2007), e corrobora indícios de que, em Barra Longa, prevalece a ausência de artigo diante de antropônimos não só na fala dos idosos, como demonstrado em Mendes, mas também na fala dos jovens. Esses resultados mostram, portanto, que o grupo sob análise está preservando a estrutura da comunidade de origem, o que corrobora os resultados de outros estudos variacionistas. Porém, por acreditar que o processo de manutenção não é categórico e que, pelo contrário, ocorre de forma variável, foram eleitos dez grupos de fatores que poderiam interferir nessa variação, cinco de natureza linguística e cinco de natureza extralinguística. Dos fatores linguísticos analisados, apenas um foi selecionado como estatisticamente relevante: o fator função sintática desempenhada pelo [SN] em que se encontra o antropônimo. Os fatores extralinguísticos foram apontados como principais responsáveis pelo ligeiro aumento do uso do artigo na fala do grupo sob análise. Dos cinco grupos de fatores considerados, apenas o tempo de residência em Belo Horizonte foi descartado pelo programa. Entretanto, em uma análise mais refinada, que leva em conta o grau de contato que os informantes mantêm com a comunidade de origem, esse grupo de fatores passa a ser relevante em relação ao fenômeno analisado. Dos fatores selecionados, a autora destaca o grau de intimidade entre o entrevistado e o referente, já que foi o único grupo de fatores considerado estatisticamente relevante para o grupo de controle. Já o fator referência a pessoas consideradas públicas aparece como aquele que mais favorece a presença do artigo, tanto na fala dos jovens que residem em Belo Horizonte (0.87), como na fala daqueles que permanecem em Barra Longa (0.96). Através desses resultados, a autora conclui que, ao contrário do que apregoa a GT, o contexto que mais desfavorece a presença do artigo é a referência a pessoas mais próximas. Afirma ainda que esses resultados vão de encontro aos resultados

apresentados nos estudos de Silva (1996), Callou e Silva (1997) e Callou (2000), em relação aos dados da cidade do Rio de Janeiro, e de Amaral (2003), em relação aos dados de Campanha - MG.

Reafirma a autora que, diante dos resultados obtidos na análise do grupo de fatores, percebe-se que há uma relação inversamente proporcional entre o uso do artigo e o grau de intimidade do entrevistado com o referente, o que pode ser explicado, tomando-se como base Amaral (2007, p. 125), pelo fato de as variantes estudadas, ausência/presença de artigo diante de antropônimos servirem, ao que parece, para indicar o grau de contato que o falante tem com a pessoa a que se refere. Acrescenta a autora que o grupo que reside em Belo Horizonte parece começar a se distanciar do padrão da comunidade de origem quando o antropônimo se refere a pessoas mais próximas, e que esse indício de mudança de comportamento é percebido, principalmente, na fala dos homens, o que justificaria o fato de o índice de presença do artigo ter sido mais expressivo na fala dos homens do que na fala das mulheres, contrariamente ao que se pensava inicialmente, que as mulheres seriam mais sensíveis à variante inovadora (a presença do artigo). A autora considera que, para checar tal indício, faz-se necessária pesquisa futura que considere um grupo de jovens que permanecem em Barra Longa, o que faria do grupo de controle uma amostra representativa da fala dos jovens dessa localidade.

Ainda em relação ao fator gênero, verificou-se que, ao observar as redes sociais dos informantes, através da análise do grau de contato com a cidade de Barra Longa, percebeu-se que esse fator só é relevante para o grupo que vai com frequência a Barra Longa, isto é, para aqueles que mantêm laços fortes com as pessoas que permanecem na comunidade de origem. Assim, ao contrário dos resultados apresentados na primeira rodada do programa, a presença do artigo é favorecida na fala das mulheres, o que corrobora a hipótese inicial de que, ao chegar a Belo Horizonte, as mulheres passariam a usar a estrutura predominante nessa cidade. Observou-se também que os jovens residentes em Belo Horizonte que não convivem diariamente com pessoas de Barra Longa, ou em casa ou no trabalho, tendem a usar mais o artigo, ou seja, preservam menos o padrão da comunidade de origem do que aqueles que convivem diariamente com pessoas da comunidade. A análise do fator indivíduo permitiu estabelecer uma relação entre seu comportamento linguístico e a alta frequência de contato com a comunidade de origem. Ressalva a autora que um aprofundamento desse tipo de estudo poderá permitir uma reflexão maior e mais produtiva acerca de fatores que dialogam com estudos sobre línguas em contato.

Conclui que os resultados da análise desenvolvida permitem afirmar que a variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens que residem em Belo Horizonte está associada, sobretudo, a fatores extralinguísticos, ou seja, para o grupo sob análise, preservar mais ou menos o padrão de Barra Longa se relaciona diretamente a variáveis ligadas ao informante ou ao meio em que ele vive.

O estudo de Alves (2008) se diferencia dos estudos anteriores que lidaram com a variação presença/ausência do artigo definido, na medida em que pretendeu verificar o comportamento linguístico de jovens que passaram a residir fora do seu ambiente de origem em relação aos que permanecem. Um outro diferencial apresentado pelo seu estudo é o fato de associar a Teoria de Análise de Redes à Teoria Variacionista.

Consideramos o estudo de Alves (2008) importante para a nossa pesquisa, porque, assim como Amaral (2003), o seu objeto de estudo se relaciona com os antropônimos, sendo assim, ao lidar com a variação de uso do artigo definido, considera algumas categorias do antropônimo, a saber: o antropônimo representado por um prenome, o antropônimo representado por um apelido, o antropônimo precedido de qualificativo e o antropônimo anteposto a um determinante explicativo. E como o nosso estudo tem como foco os antropônimos como forma de referência a pessoas, as estruturas apresentadas por Alves e também outras estruturas que constituem formas de realização dos antropônimos são o ponto central da nossa análise. Diferentemente da análise de Alves (2008), na nossa análise, fatores da Teoria de Redes se colocam como principais para explicar os nossos resultados.

Almeida Mendes (2009) também analisa a variação sintática da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na fala dos moradores da zona rural das cidades de Abre Campo e Matipó (no Pouso Alto e no Córrego dos Lourenços, respectivamente). Apesar de serem vizinhas limítrofes, essas localidades possuem padrões divergentes em relação a esse fenômeno: na zona rural de Abre Campo, não há uma variante predominante; na zona rural de Matipó, por sua vez, predomina a presença do artigo definido. A pesquisa adota alguns pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística assumidos por Labov (1972), Milroy (1987) e (1992), e outros pressupostos da Dialetoлогия, tais como os estudos de Rossi (1963; 1980) e Nascentes (1922). A descrição do Sintagma Nominal (SN) baseia-se em Mendes (2000) e em outros estudos que trabalharam com o mesmo fenômeno. As definições de nomes próprios são discutidas conforme Lyons (1977), Dick (1990), Du Bois *et al* (1998). Além de uma

descrição dos sintagmas nominais coletados de acordo com tais autores, faz-se também uma análise quantitativa dos mesmos. A pesquisa desenvolveu-se a partir da análise quantitativa e qualitativa realizada no *corpus* constituído por 8 entrevistas com informantes do sexo feminino e masculino, na faixa etária de 18 a 30 anos e acima de 70 anos. Foram quatro entrevistas realizadas em Pouso Alto (Abre Campo) e quatro realizadas no Córrego dos Lourenços (Matipó). Registraremos a seguir, os resultados encontrados em relação aos antropônimos.

Na análise das amostras, verificou-se que, dos 2105 sintagmas nominais, 620 tinham antropônimos como núcleo: 106 em Abre Campo e 414 em Matipó. Em Abre Campo, com relação aos antropônimos, viu-se que prevaleceu ligeiramente a ausência de artigo definido (52%), tendo como fatores responsáveis por isso o gênero, a idade, o tipo de antropônimo e o grau de intimidade. Em Matipó, por sua vez, no que se refere aos antropônimos, prevaleceu a presença nesse mesmo contexto (83%), tendo como determinantes os antropônimos em estrutura de genitivo, o gênero, a idade, a intimidade.

O estudo de Almeida Mendes (2009) diferencia-se dos outros estudos, uma vez que analisa duas comunidades limítrofes rurais e não urbanas. O grupo de fatores tipo de antropônimo (prenome, sobrenome, nome completo, apelido e hipocorístico) corresponde em Alves (2008) ao grupo de fatores “forma como o antropônimo aparece”, e os subfatores coincidentes analisados nos dois estudos são o prenome e o apelido.

As semelhanças do estudo de Almeida Mendes (2009) em relação ao nosso estudo são: os dois estudos lidam com comunidades rurais, consideram para análise as tipologias do antropônimo e, como método, integram a Teoria de Redes à Teoria da Variação.

Em relação às diferenças, elas residem, em primeiro lugar, no fato de que tomamos as formas de referência a pessoas como foco da nossa análise. Já Almeida Mendes (2009, p. 155) as toma como um grupo de fatores. Uma outra diferença que pode ser citada é que o tipo de antropônimo mostrou-se como favorecedor para a variação estudada pela autora, já em AMN, a ausência de artigo diante dos antropônimos é quase categórica (0,2%) mostrando que o tipo de antropônimo não interfere na variação presença/ausência de artigo definido. Um outro fato que constitui uma diferença em relação aos resultados dos dois estudos em comparação é a não ocorrência de apelidos. A autora faz a seguinte observação “Esta análise foi realizada sob uma perspectiva sincrônica, assim, os apelidos que já foram incorporados como sobrenomes pelo uso, foram interpretados como tal.” Pode ser que essa decisão tomada pela autora explique a ausência

de apelidos na amostra. Porém, na amostra de Matipó, ocorrem 17 apelidos. Fica, portanto, a dúvida sobre o tipo de estrutura que a autora considerou como apelido. Esperávamos poder comparar os percentuais de uso dos tipos de antropônimos obtidos nas amostras de Abre Campo e Matipó com os percentuais que obtivemos desses usos, porém, levando-se em conta as diferenças de concepção das categorias consideradas, acreditamos que a comparação não procede.

Como em nosso estudo, a autora lida também com os hipocorísticos, e, embora os caracterize embasando-se em Vasconcellos (1928), não menciona o fato de esse autor considerar os hipocorísticos como sendo alterações morfológicas dos nomes.

O estudo de Almeida Mendes (2009) é importante para a nossa pesquisa, uma vez que, ao analisar os tipos de antropônimos como subfatores, permite-nos verificar como essas tipologias foram concebidas e em que ambientes linguísticos aparecem descritas. O nosso trabalho avança em relação ao de Almeida Mendes na medida em que analisa diacronicamente e sincronicamente as tipologias dos antropônimos, procurando identificar todos os possíveis ambientes linguísticos e sociais em que esses tipos de antropônimos foram e são usados.

Tomando como base a hipótese defendida por Mendes (2000, p. 149) de que a comunidade de Barra Longa faz uso de uma estrutura pretérita que pertencia à estrutura do sistema linguístico dos séculos XVIII e XIX e que, tanto a língua escrita pretérita, quanto a língua oral dessa comunidade “retiveram uma estrutura pretérita da língua latina”, Almeida Mendes (2009) também defende que, em relação ao uso do artigo definido, a fala dos moradores de Abre Campo apresenta um resquício de uma forma pretérita de língua, principalmente, ao se tratar de casos de genitivo. Já a fala dos moradores de Matipó não reteve essa estrutura, apresentando a presença do artigo definido nesse contexto de antropônimo. A explicação para isso está no fato de que, apesar de, tanto as cidades como os córregos analisados serem vizinhos limítrofes, as redes sociais em que esses indivíduos estão envolvidos são diferenciadas, cada uma delas possui laços extremamente fortes, o que faz com que o padrão de cada localidade mantenha-se e seja capaz de resistir às pressões externas de outros grupos.

Com o nosso estudo, o que pretendemos foi fazer uma análise que possibilitasse agregar outros conhecimentos aos que já foram construídos pelos trabalhos anteriormente descritos e ser mais um trabalho que permitisse conhecer um pouco mais do português falado em Minas Gerais, especificamente na região norte do estado que carece de tantas coisas, inclusive de estudos linguísticos que revelem características do seu falar.

4.7.2 Estudos sobre o processo de hipocorização dos antropônimos

Como no nosso trabalho consideramos os antropônimos alterados morfologicamente entre as formas alternativas usadas para se fazer referência a pessoas, decidimos revisar estudos que trataram desse tema, na expectativa de encontrar análises ou considerações sobre as variadas formas de uso dos antropônimos, para que tivéssemos a possibilidade de traçar um paralelo com os nossos resultados. Porém, o que verificamos foi a escassez de estudos que tratam dessas alterações na perspectiva variacionista. Encontramos vários trabalhos que, no âmbito da fonologia, tratam dessas alterações analisando o processo de hipocorização³⁷, entre eles: Monteiro (1982 e 1999), Dubois *et al* (2004), Gonçalves (2004a, 2004b, 2005), Silva (2004, 2008), Brito (2003, 2007), Lima (2007, 2008), Martini (2010) e Lucini (2010), sendo que a maioria desses estudos utilizou para a coleta de dados o Dicionário de Hipocorísticos construído por José Lemos Monteiro (1999), excetuando Silva (2008), que, com o objetivo de dar mais consistência à sua análise, integrou contextos reais de interação para a análise. Vale ressaltar ainda outro aspecto, os diversos modelos teóricos tomados para realização das pesquisas, entre eles, a Teoria da Otimalidade (OT). Comentaremos a seguir, alguns aspectos desses trabalhos que, de alguma forma, relacionam-se ao nosso objeto de estudo.

Verificamos que não há, entre os estudiosos, consenso geral, tanto em relação à definição de hipocorísticos como em relação à realização do processo de hipocorização. Porém, ressaltamos que esses estudos não deixam de considerar a carga semântica dêitica que existe nesses antropônimos morfologicamente modificados no processo de identificação e referenciação. Brito (2007), por exemplo, afirma que formalmente o antropônimo é a pessoa e, o antropônimo morfologicamente modificado representa muito mais pelo fato de carregar tanto a identificação, como a carga semântica daquele que o possui, sendo empregado em determinadas situações indicando afetividade e, em outras, em função de qualquer atributo não tão afetivo. Salienta a autora que, muitas vezes, esses antropônimos se tornam elementos tão autônomos dentro de um grupo social, que acaba ocorrendo o esquecimento do sobrenome oficial.

Entre os autores citados acima, apenas Lucini (2010) fez uma análise tomando como base a Teoria da Variação, por esse motivo nos ateremos um pouco mais a esse estudo.

³⁷ Conforme Gonçalves (2004A e B), *Hipocorização* é o processo pelo qual se reduz um antropônimo, dando origem a uma forma alternativa de designar uma pessoa.

Essa pesquisa analisa o fenômeno de Hipocorização (processo de formação de hipocorísticos), em dados coletados sob a perspectiva da Teoria da Variação Linguística. No estudo, o termo hipocorístico é entendido como “um nome próprio de pessoa que é utilizado de forma reduzida em termos de sílabas e/ou sons. Por exemplo, o nome ‘Isabel’, que pode ser dito como ‘Isa’ ou ‘Bel’” Lucini (2010, p. 9). Dessa maneira, o objetivo principal da pesquisa foi realizar um estudo sobre a hipocorização de nomes próprios de pessoas sob a perspectiva variacionista, uma vez que concebe o processo de hipocorização como autônomo, variável, sistematizado não só por fatores linguísticos, mas também por fatores sociais. Sendo assim, sua formação e o emprego de uma forma em detrimento de outra obedece a características específicas de certa comunidade. Para o estudo foram consideradas as seguintes hipóteses: o padrão do processo de hipocorização é a permanência do início da palavra; a sílaba tônica da palavra permanece no hipocorístico; falantes do sexo feminino utilizam mais a forma reduzida dos antropônimos; a faixa etária dos falantes não é determinante para a formação dos hipocorísticos. Para a análise, utilizou-se um *corpus* formado a partir de material coletado com 160 estudantes, de idades entre dez (10) a dezessete (17) anos, de uma escola privada confessional de classe média, na cidade de Porto Alegre. Considerou-se como variável dependente a aplicação ou não de formas reduzidas de nomes próprios de pessoas, denominadas como hipocorístico. Para a análise quantitativa foi utilizado o pacote computacional *Varbrul* – versão *Goldvarb*.

Já que as variáveis linguísticas selecionadas pela autora não fizeram parte da nossa análise, faremos considerações apenas sobre as variáveis sociais. Sobre a análise linguística, ressaltamos apenas que a autora excluiu da sua análise as formas plenas dos antropônimos, as alterações por reduplicação, como em *Lulu* < *Luciana*, os diminutivos, como em *Luzinha* < *Luciana* e os casos de apelidos que não estavam correlacionados à estrutura do antropônimo, uma vez que, conforme já referimos, a autora considera que as alterações que formam hipocorísticos são as reduções de sílabas e/ou de sons em antropônimos.

Os fatores sociais selecionados para a análise foram: gênero, faixa etária e situação projetada. Dessa maneira, os resultados apresentados foram os seguintes: no grupo de fatores “situação projetada para uso da palavra”, verificou-se predominância do fator informalidade (.57) em relação ao fator formalidade (.42). No grupo de fatores faixa etária, a predominância foi verificada na faixa etária mais jovem (10-14 anos) em relação à faixa etária (15-17 anos), apresentando, respectivamente, os pesos relativos (.61) e (.38). A autora não justifica o fato de

ter escolhido duas faixas etárias tão próximas para análise, embora tenha levantado a hipótese de que a idade não interfere na variação de uso do fenômeno estudado. Apesar de ter mencionado a relação entre a variação e as características de cada comunidade, não se encontra em sua análise ou em seus resultados qualquer consideração a esse respeito.

A autora conclui que o fenômeno da hipocorização é condicionado, principalmente, por fatores linguísticos, uma vez que entre os fatores sociais analisados, somente a faixa etária apresentou relevância para a aplicação do processo de hipocorização. Em relação ao fator “situação projetada para uso da palavra”, a autora ressalta que o resultado encontrado deve ser analisado com cuidado, visto que os informantes tiveram dificuldade em fazer oposição entre formalidade e informalidade. No nosso entendimento, todos os resultados devem ser considerados com cuidado, uma vez que não há dados que foram extraídos de situações reais de interação.

No entanto, consideramos essa pesquisa importante, uma vez que, diferentemente dos estudos sobre alterações morfofonológicas do antropônimo aqui citados, a autora considerou para análise, usando os pressupostos da Teoria da Variação, não só fatores linguísticos, como também fatores extralinguísticos como possíveis condicionadores do processo de hipocorização.

Diferentemente da autora, conforme se observou, consideramos como foco principal da nossa análise as várias possibilidades de realização do antropônimo, sendo que as alterações morfológicas foram consideradas como grupos de fatores em nossa análise. Também constitui uma diferença o fato de termos incluído para análise formas de antropônimos que a autora não considerou, como os antropônimos plenos, com derivação (diminutivo, aumentativo), com truncamento, e ainda os apelidos não correlacionados à estrutura morfológica do antropônimo, como *Dunga*, *Tuca*, *Tota*. Um outro aspecto a considerar como diferença é a integração da Teoria de Redes em nossa análise, o que se constituiu, para o nosso estudo, uma base teórica imprescindível para explicar a variação de uso dos antropônimos como formas de referenciação a pessoas.

4.7.3 Estudos sobre formas de referenciação a pessoas

Apresentaremos aqui dois estudos que também lidaram com as formas de referenciação a pessoas. O motivo da nossa escolha é a atualidade desses estudos. Eles são importantes para o

nosso trabalho, porque, através deles, foram levantadas questões, sendo que algumas delas pretendemos responder com o nosso estudo, por esse motivo, nos ateremos mais detalhadamente a esses trabalhos.

O primeiro estudo intitulado *Uma descrição do uso dos apelidos em Cláudio*, desenvolvido por Pereira (2011) tem por objetivo analisar o hábito de apelidar na cidade de Cláudio, localizada na mesorregião Oeste de Minas e na microrregião de Divinópolis. Procura-se, com o estudo, entender as motivações desse hábito, verificar a sua amplitude, evolução e quais seriam as implicações ideológicas nas gerações claudienses. O *corpus* utilizado foi a *Apelista*, que é a lista telefônica em que constam os apelidos dos habitantes da cidade. A pesquisa foi norteadada por conceitos de diferentes campos, a saber: Lexicologia, Semântica, Onomástica, Antropologia Linguística e a Sociolinguística. Foi feita uma análise qualitativa e quantitativa dos apelidos que constam na *Apelista*, os quais foram classificados em apelidos, hipocorísticos, nomes com Referência. Em seguida, foi feita uma segunda análise de uma amostra constituída de 59 entrevistas a pessoas nascidas e moradoras da cidade de Cláudio. Pereira afirma que a pesquisa permitiu verificar como esse hábito de apelidar se atualiza em diferentes faixas etárias e gêneros, tanto no meio rural quanto no urbano. Foi possível verificar ainda que o ato de apelidar, recurso muitas vezes usado indicando expressão de afetividade, origina-se, de forma geral, nos ambientes familiares, e que o fator gênero interfere nesse fenômeno. Conforme a autora, os resultados obtidos permitiram mostrar a importância da referência e da afetividade na implementação desse hábito.

Ao tratar do objeto do estudo, a autora se refere às questões terminológicas e afirma que

No Brasil, o vocábulo *apelido* é mais utilizado e engloba, inclusive, os hipocorísticos, termo científico pouco conhecido pela maioria, que representa uma expressão familiar de carinho ou intimidade, geralmente não depreciativo. Em contra-partida (sic) por alcunha entende-se um nome bom ou mau que é dado a alguém, em função de uma qualidade física ou moral ou de certa particularidade da sua vida. (PEREIRA, 2011, p. 23).

De fato, a maioria dos usuários da língua e também muitos pesquisadores tomam a concepção do termo apelido de forma genérica incluindo, entre esses apelidos, os hipocorísticos.

Conforme se vê, a autora diferencia o apelido da alcunha. Porém, muitos daqueles que fizeram ou fazem seus estudos no Campo da Onomástica, reconhecem as dificuldades

encontradas em relação à conceituação e classificação dos termos usados como antropônimos, uma vez que as diferenças entre esses termos são sutis ou mesmo inexistentes para alguns termos, como os apelidos e as alcunhas, que são tomados como sinônimos por grande parte dos autores, inclusive por Fernández Leborans (1999, p. 81), cuja tipologia é adotada pela autora.

Em relação à tipologia proposta por Fernández Leborans, observa-se que o apelido é tomado como sinônimo de alcunha e cognome; os hipocorísticos são separados dos apelidos; e o pseudônimo é tomado como heterônimo, nome artístico ou nome de guerra. Em relação a esse último tipo, cabe assinalar que Amaral (2011) estabelece diferenças entre esses termos. Para ele, o heterônimo “corresponde ao nome de um indivíduo fictício, criado pelo portador de outro antropônimo”. Cita como exemplo *Caeiro*, referindo-se a *Alberto Caeiro*, um dos heterônimos do poeta português Fernando António Nogueira Pessoa. Em relação ao *nome de guerra*, afirma o autor que este poderia ser confundido com o *nome artístico*, mas ele tem uma abrangência maior, uma vez que não se aplica somente ao meio artístico. Portanto, observa-se a existência de assistemáticas entre as propostas pelos autores, e tais assistemáticas persistem.

Ainda em relação à terminologia, esclarece a autora que quando a Cidade de Cláudio é referida por “Cidade dos apelidos”, o termo apelido é tomado de forma genérica, que englobaria os apelidos, os hipocorísticos e os nomes com referência. Aqui se verifica que a autora acrescenta a tipologia *Nomes com referência* que, como não faz parte da tipologia que, segundo a autora seria adotada no trabalho, não se sabe que tipo de antropônimo teria essa classificação. Afirma ainda a autora que, para maior clareza, será adotado o “termo leigo *apelido* que recobre o termo científico *alcunha*.” Acrescenta que por isso é que se optou pela terminologia de Fernández Leborans e não pela de Leite de Vasconcellos. Ocorre que nas tipologias propostas pelos dois autores, respectivamente do espanhol e do português europeu, o termo ‘apelido’, diferentemente do português brasileiro, refere-se a sobrenome.

No estudo, a autora apresenta as tipologias antroponímicas do português brasileiro: *prenome*, *sobrenome*, *apelido* (alcunha ou cognome), *hipocorístico*, *pseudônimo* (heterônimo, nome artístico ou de guerra) e os seus correspondentes em espanhol e, após, as suas respectivas definições, por exemplo, *prenome* (português) – *nome de pila* (espanhol) – Definição: “Nome de batismo; o nome que antecede o sobrenome e que distingue o indivíduo dentro de sua família. Pode ser simples (Fernando) ou composto (José Maria)” Pereira (2011, p. 24). A relação, portanto, é feita entre o português brasileiro e o espanhol. Não se observa no estudo uma relação

com os termos antroponímicos do português europeu, o que seria importante, uma vez que as práticas de nomeação em Portugal influenciaram as práticas de nomeação no Brasil. É necessário que se verifique a evolução das práticas antroponímicas portuguesas, uma vez que, conforme Monteiro (2008, p. 52), as práticas tradicionais portuguesas de nomeação influenciaram “boa parte dos espaços tocados pela presença imperial portuguesa”. Registra esse autor que o padrão de nomeação encontrado no reino português é o mesmo que foi verificado na genealogia das principais famílias paulistas dos séculos XVI, XVII e XVIII. Afirma que as elites paulistas nitidamente partilhavam o modelo de comportamento das elites do reino português, podendo-se afirmar que “os modelos portugueses de nomeação foram transpostos e retomados pelas elites do Brasil colonial”.

Concluindo a seção intitulada *Terminologia nos estudos antroponímicos*, a autora afirma:

A questão da referência foi fundamental na classificação (a partir dos nomes que constituem a lista telefônica por *apelido* da cidade) a qual nos propusemos nessa pesquisa, pois nem só de *apelidos* e hipocorísticos ela era composta. A presença da referência é muito expressiva entre os dados. (PEREIRA, 2011, p. 25).

Tal afirmativa faz-nos questionar sobre a noção de referência tomada nesse trecho, já que, depois dessa afirmativa, traz estudos já feitos sobre os *apelidos*. Porém, no Referencial Teórico Metodológico, capítulo 2, a autora apresenta sua proposta de classificação para os apelidos que aparecem na *Apelista*. As categorias apresentadas são as seguintes: *Hipocorísticos*; *Apelidos*; *Nomes com referência*; e *Sem classificação* (PEREIRA, 2011, Quadro 2, Categorias da *Apelista*, p. 36).

Pressupõe-se, então, que a referência a que a autora fez alusão anteriormente diz respeito a uma das categorias propostas. Além dos tipos de antropônimos, o quadro apresenta também, em relação aos hipocorísticos, o processo de formação, e em relação aos apelidos e nomes com referência, as motivações desses termos, considerada no estudo como valor semântico do termo, por exemplo, Chico do correio (é o Chico que trabalha no correio).

Assim, embora a autora tenha deixado claro que adotaria a classificação proposta por Fernández Leborans, propõe uma outra tipologia.

Em relação a essa tipologia, há questões a serem postas. Uma delas é sobre os critérios adotados para a classificação. Para que os critérios deem conta de delinear uma tipologia, as

características dos termos devem ser postas em comparação. O que se quer dizer é, por exemplo, se *motivação* é um critério que irá diferenciar um tipo de antropônimo do outro, será necessário analisar esse critério em relação aos termos a serem classificados, ou seja, *hipocorísticos*, *apelidos* e *nomes com referência*. Levando-se em conta que o termo *motivação* foi usado contrapondo-se a esvaziamento semântico, teremos, por exemplo: Hipocorístico [- motivado]; Apelido [+ motivado]; Nome com referência [+ motivado]. Portanto, na determinação de um tipo, várias características são postas em comparação em relação aos termos a serem categorizados, para que se diferencie um tipo do outro e, conforme se sabe, o que compõe um tipo é um conjunto de atributos.

O que contribui para melhor compreensão do quadro é a caracterização dos tipos feita em seguida. Chama a atenção o fato de a autora ter explicitado, nos capítulos anteriores, que, para o seu estudo, adotaria a definição de *apelido* de acordo com Fernández Leborans (1999, p. 81, grifo nosso), que considera esse termo como: *Nome que substitui o nome civil, criado geralmente por um indivíduo diferente do portador do nome próprio e que frequentemente alude a uma característica física ou intelectual. Pode ser ou não depreciativo.*

Diferentemente de outros autores, Fernández Leborans limita o tipo de característica (física ou intelectual) que faria do termo um apelido. No entanto, a autora não esclarece o fato de ter incluído, na tipologia dos apelidos, aqueles derivados de sobrenomes e os que indicam procedência geográfica.

Uma outra questão que surge é em relação às tipologias *Apelido* e *Nomes com referência*. O antropônimo *Jô da Bahia* foi classificado como um *nome com referência*, diferentemente de *Zé Zabumba*, que foi incluído na categoria “apelido influenciado pela procedência geográfica”. Os dois termos são acompanhados de expressões restritivas que têm origem na procedência geográfica. A diferença que há diz respeito às estruturas sintáticas dos seus especificadores, que são *Jô da Bahia* = [nome próprio hipocorizado + SP (sintagma preposicionado)] e *Zé Zabumba* = [nome próprio hipocorizado + SN (sintagma nominal)]. A princípio pensamos que estavam sendo considerados pertencentes ao tipo *Nomes com referência* apenas aqueles em que a expressão restritiva é composta por um sintagma preposicionado. Porém, ao consultar, nos anexos a lista dos *nomes com referência* encontrados no *corpus*, verificamos a presença do antropônimo *Wilson Gaúcho*, assim, a pergunta é: Que característica faz com que *Zé Zabumba* seja um *apelido* e *Wilson Gaúcho* seja um *nome com referência*? E, por último, em que sentido está sendo usado o

termo referência? A autora cita Lyons para justificar essa categoria, mas, conforme se sabe, com base nesse autor, tanto os *hipocorísticos*, os *apelidos* como os *nomes com referência*, como estão sendo tomados pela autora, discursivamente, podem fazer parte do processo de referenciação.

Em relação aos resultados encontrados, dos 1.350 dados coletados, 651 ficaram sem classificação. Afirma a autora que “O desconhecimento de seu significado impede a inclusão desses nomes em qualquer das categorias propostas.” (Pereira 2011, p. 65), por exemplo, na lista dos que não foram classificados, estão VMT, chamada de *Branca* e DML, chamada de *Aninha*.

Pelos números apresentados, verifica-se que a categoria *Nomes com referência* é usada predominantemente na cidade de Cláudio, tanto na zona urbana quanto na zona rural. Conforme a tabela 1, referente à zona urbana, dos 1.350 nomes analisados, foram 194 (14%) hipocorísticos; 63 (5%) apelidos; 442 (33%) nomes com referência; e 651 (48%) nomes sem classificação. Veja-se que quase metade dos nomes que compõem a amostra não foram classificados. O maior percentual de ocorrências foi o da categoria *Nomes com referência*. Na zona rural, ocorre o mesmo, dos 113 nomes analisados, 83 (73%) são de nomes com referência. Foram encontrados 6 (5,3%) hipocorísticos e somente 3 (3%) apelidos. Em relação à origem (“motivação” é o termo usado pela autora) o predomínio é da procedência familiar, foram 297 (67%) ocorrências na zona urbana e 77 (93%) na zona rural. A autora relaciona esse predomínio à influência da tessitura familiar e das redes sociais e culturais formadas. Citando Couto (1986, p. 268) afirma que “a cidade de Cláudio é uma grande família, uma família ampliada. Com efeito, nesta cidade, temos fatos típicos de um ambiente familiar, e os *apelidos*, (ao lado dos hipocorísticos) não são os menos importantes”. (PEREIRA, 2011, p. 65). O fato é que o menor número de ocorrências é o da categoria *apelidos*, conforme já referido, na zona urbana, dos 1350 nomes analisados, foram apenas 67 (5%), e na zona rural, dos 113 nomes analisados, foram apenas 3 (3%).

Ainda nas conclusões, afirma a autora:

O fato é que, tanto no meio urbano quanto no rural, a presença do *apelido* é uma tradição e um índice de identidade da própria comunidade. Esse caráter comunitário é comprovado pela maioria dos informantes, que afirmam ser conhecidos por todos pelo seu *apelido*, quando estão em Cláudio, pois os apelidos pertencem exclusivamente a(sic) comunidade que(sic) estão sendo usados. (PEREIRA, 2011, p. 85).

Cabe ressaltar que, no início da dissertação, ao se referir a seu objeto de estudo, a autora

afirma: A cidade de Cláudio é conhecida pela perífrase “Cidade dos *Apelidos*”. Sabe-se que esse termo é utilizado como denominação genérica, e não corresponde, exclusivamente, a *apelido*, mas também, a hipocorísticos e nomes com referências”. (PEREIRA, 2011, p. 25). Conforme se vê, a autora chama a nossa atenção para o fato de que nem todos os nomes considerados apelidos pertencem, de fato, à categoria dos apelidos, há aqueles que pertencem à categoria dos hipocorísticos, portanto, não são apelidos, e há aqueles que pertencem à categoria dos nomes com referência, portanto também não são apelidos. O que não se compreende é o fato de a autora fazer as suas conclusões e considerações finais como se a categoria mais usada pelos falantes de Cláudio fossem os apelidos, quando na verdade a categoria predominante é a que ela denomina “nomes com referência”. Nas conclusões finais, percebe-se que a autora volta a considerar o apelido de forma genérica, deixando de lado toda a análise feita em relação às categorias adotadas, identificadas e quantificadas.

Em relação à categoria *nomes com referência* que se mostrou predominante na amostra afirma:

A presença da referência é outra característica que compõe o padrão onomástico-antronímico da comunidade. Assim como entre nome e coisa, a relação entre apelidado e *apelido* é histórica, contextualizada, ou seja, em algum momento houve a associação de um nome a uma situação concreta. (PEREIRA, 2011, p. 87).

Essa afirmação causa estranheza, já que parece ter sido a “referência” (termo empregado no texto como a categoria *Nomes com referência*) foi igualada ao apelido. Mais uma afirmativa que corrobora a nossa ideia de que o termo apelido passou a englobar todas as categorias.

A outra constatação feita em relação à categoria ‘nomes com referência’ é a seguinte:

Entre os antropônimos classificados na lista telefônica, a maioria corresponde à referência familiar. *Bela do Tuniquinho, Chico do Joãozinho do Dadá, Mamão do Chiquinho Pio, Zé do Quinca do Gonçalinho, Rogério do Zé do Zote, Zizinho do Chico do Zico, Nina do Milo* são alguns dos exemplos extraídos do meio urbano e rural(sic) que ilustram a questão da referência familiar, ou seja, vincula o indivíduo à outra pessoa (esposa, marido, pais). A maior ocorrência do gênero feminino é registrada nessa categoria. No meio rural, por exemplo, os *apelidos* atribuídos a mulheres ultrapassa o número de *apelidos* masculinos. (PEREIRA, 2011, p. 87).

Nessa afirmativa, a categoria ‘nomes com referência’ mais uma vez é considerada um apelido. Conforme a Tabela intitulada *O gênero entre os nomes da Apelista – Rural* (PEREIRA, 2011, p. 70), há 47 ocorrências da categoria ‘nomes com referência’ relacionadas ao gênero feminino, e 36 relacionadas ao masculino. Em relação à categoria apelidos, há 3 ocorrências relacionadas ao gênero masculino e 0 ocorrência relacionada ao feminino, o que comprova que a autora, ao se referir aos apelidos, na verdade está referindo-se à categoria ‘nomes com referência’.

Nas conclusões afirma:

Enfim, dentre as conclusões apresentadas, ressaltamos a relevância de se conhecer os antropônimos que são partes vivas do léxico dessa comunidade, que tem seu próprio sistema de nomenclatura. Dessa forma, os *apelidos* claudienses evidenciam que a interação entre os seus membros é intensa e reafirmam a identidade comunitária criada pelo uso dos *apelidos*. (PEREIRA, 2011. p. 87).

A análise em relação à categoria ‘nomes com referência familiar’ ficou por ser feita. O fato de a autora finalmente englobar os ‘nomes com referência’ entre os apelidos confirma que, os nomes que foram categorizados como ‘nomes com referência’ são, de fato, apelidos.

O segundo trabalho a que fizemos referência é o *Estudo da Onomástica em Anúncios Fúnebres Impressos das Cidades de Ouro Preto e Mariana-MG: Análise da Frequência de Hipocorísticos Diante de Nomes Femininos* (CAMILO, 2012). Esse estudo tem por objetivo verificar a presença de hipocorísticos – formas familiares de tratamento – diante dos nomes e comprovar ou não se as mulheres são tratadas mais delicadamente do que os homens. Segundo a autora, o tema em estudo está diretamente relacionado à análise da questão da linguagem e da memória cultural, e que a proposta de estudar os anúncios de morte e de missa nasceu da curiosidade sobre o conteúdo presente neles. Esses documentos, além do objetivo de anunciar a morte e/ou convidar para missa de ressurreição, apresenta os nomes do morto, dos parentes vivos e falecidos, todos acompanhados de apelidos e outros referenciais de identificação tais como apostos, genitivos, endereço familiar, irmandade religiosa a que ele pertence e até mesmo a profissão dos apresentados. Portanto, o *corpus* foi constituído por anúncios fúnebres impressos e distribuídos nas cidades de Ouro Preto e Mariana-MG e contém aproximadamente mil cartas (*folders*) coletadas em três formas: recolhimento nas ruas de ambas as cidades, visitas regulares às agências funerárias e uso de uma coleção particular, pertencente a um morador de Ouro Preto.

As datas das cartas abrangem o ano 1937 até a atualidade. Os resultados mostraram que o uso maior de hipocorísticos seria observado no gênero feminino, e, conseqüentemente, a maioria dos apelidos usados para os homens são os não hipocorísticos.

Ao tratar dos estudos onomásticos, Camilo (2012) faz a seguinte afirmação:

Infelizmente, Leite de Vasconcelos estudou muito superficialmente a questão dos pseudônimos (apelidos no Brasil), o que torna suas referências importantes para a toponímia, mas deficitárias para outros campos dessa mesma ciência, o que pode explicar a ausência de estudos sobre nomes próprios pessoais e dos apelidos como aqui considerados em épocas mais pretéritas. CAMILO (2012, p. 39)

Aqui se observa que a autora concebe os *pseudônimos* como sendo o mesmo que “apelidos no Brasil”. Amaral (2011), em seu trabalho *Contribuições para uma Tipologia de Antropônimos no Português Brasileiro*, diferencia os dois termos. De acordo com a tipologia proposta pelo autor, por *pseudônimo* entende-se o antropônimo empregado por um indivíduo em lugar do seu nome civil, o qual pode ser ou não encoberto, e o que o diferencia do *apelido* é o fato de ser escolhido pelo portador do nome próprio, além disso, ressalta que o *pseudônimo* tem reconhecimento legal: “O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome” (BRASIL. Lei n.º 10.406/2002 *apud* Amaral, 2011, p. 73). Um dos exemplos citados por Amaral é o conhecido *Stanislaw Ponte Preta*, pseudônimo do escritor, radialista e compositor Sérgio Marcus Rangel Porto.

Um outro aspecto a ressaltar é sobre a importância da obra de Leite de Vasconcelos que nada tem de superficial, conforme se pode observar em sua obra *Antroponímia Portuguesa: Tratado comparativo da origem, significação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a Idade Média até hoje*, publicada em 1928, cuja densidade do conteúdo se observa na organização interna da obra, que se apresenta com a seguinte estrutura: *Livro I*: 1. Do nome próprio. Proveniência histórica do nome. Razão da escolha do nome próprio. Forma do nome próprio; 2. Do sobrenome. Espécies de sobrenome e razão da escolha. Forma do sobrenome; 3. Do apelido. Espécies do apelido. Razão da adoção ou escolha do apelido. Forma do apelido; *Livro II*: Pormenores antroponímicos (de servos, árabes, judeus; alteração do nome, pseudônimo, etc.); *Livro III*: Vicissitudes gramaticais do nome. Fonologia. Morfologia. Formação de palavras. Sintaxe. Pela quantidade e pormenores das

informações contidas nessa obra ela é considerada imprescindível e, portanto, basilar para os linguistas que se dedicam à Ciência Onomástica. Também muito importante para aqueles que se dedicam aos estudos do nome é a sua obra *Opúsculos*, publicada em sete volumes, sendo que, no volume III - Onomatologia -, publicado em 1931, o autor dedica as 689 páginas que compõem esse volume ao estudo detalhado dos nomes próprios.

Tomando como base Berger e Luckmann (2009), a autora trata dos apelidos como uma das estratégias usadas no processo de tipificação. Sendo assim, *Zé* e *Nico do Correio*, por exemplo, sendo apelidos, são, portanto, tipificadores. A questão que surge é, considerando-se que os dois apelidos possuem características morfológicas e semântico-pragmáticas diferentes, seria o apelido *Nico do Correio* mais tipificador que o apelido *Zé*?

Sabe-se que, por meio do nosso nome, temos a indicação de singularidade indicada pelo primeiro nome, e do geral, indicado pelo nome de nossa família, o sobrenome. Portanto, o nome nos diferencia dentro do contexto familiar, e o sobrenome é o que nos inclui, o que nos reconhece como membros dessa família. A identificação dos papéis que desempenhamos correspondem também a uma predicação e colocam-nos como personagem de uma história. Berger e Luckmann (2009) afirmam que a vida cotidiana contém esquemas tipificadores segundo os quais os outros são apreendidos, e a partir de então se estabelecem os modos como iremos lidar com eles. Assim o outro pode ser apreendido como "homem", "europeu", "comprador", "tipo jovial", etc." Ao nosso ver, a tipificação corresponde ao conjunto de ações e predicações do indivíduo, e é entre essas predicações que se podem incluir os apelidos. Por isso a questão proposta: se o nome *Zé* teria por suas características, a possibilidade de ser um elemento tipificador do mesmo tipo que *Nico do Correio*.

Ao tratar do tema *a Literatura como Comprovação de que Tipificar é Comum no Brasil*, a autora afirma que, através da análise das obras literárias brasileiras (*Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto; *Memórias Póstumas de Brás Cuba*, de Machado de Assis; *A Morte e a Morte de Quincas Berro D'Água*, de Jorge Amado; e *A Hora e a Vez de Augusto Matraga*, de João Guimarães Rosa), pretende comprovar que "tipificar é comum no Brasil", o que nos faz indagar se a autora irá tomar 'tipificar' como 'apelidar', já que conforme já referido, Berger e Luckmann (2009) consideram que a tipificação é uma característica do processo de construção de identidade social que combina igualdade e diferença do sujeito em relação a si próprio em seus diferentes papéis e aos demais que o cercam. Simmel (1989) afirma que a compreensão pela tipificação é

um *a priori* para a possibilidade de se conhecer a sociedade, e que o conhecimento que os indivíduos têm uns dos outros é uma condição da vida social e também do conhecimento sociológico. Por sua vez, Schütz (1972) afirma que as pessoas empreendem uma atividade de tipificação do mundo social, sobretudo através da linguagem. Assim, há, pois, uma relação estreita entre tipificação e conceptualização. Dessa maneira, a reserva de conhecimentos de que as pessoas dispõem é formada por um sistema de tipos, ordenados, com pertinência. O sistema de tipos funciona como um dispositivo de interpretação, porque remete o que é estranho ao que é familiar orientado através de tipificações. Assim, vemos as pessoas como atores e esperamos que se comportem de forma típica.

Em relação às obras literárias citadas, nelas ocorre o processo de tipificação, já que as narrativas constroem ficcionalmente tipos que representam a realidade. Esses personagens-tipo são construídos por traços distintivos comuns ou, “atributos designativos”, conforme a autora, que fazem com que sejam identificados pela profissão, pelo comportamento, pela classe social, por exemplo, o retirante, o nobre, o escravo, a solteirona etc.

A análise quantitativa dos hipocorísticos foi feita tendo em vista números absolutos e porcentagens. Antes da análise, a autora propõe uma tipologia para os hipocorísticos. Nessa tipologia, alguns aspectos no chama a atenção. O primeiro deles é o fato de a autora considerar como hipocorístico formas como Glaydson = Gleison (A pessoa pronuncia ou escreve o nome erradamente); Derci = Gessy (a pessoa pronuncia ou escreve o nome erradamente). A análise registra 2,04% dos casos. Um outro aspecto que nos chama a atenção, ainda na tipologia dos hipocorísticos, é ter sido dada ao nome *Juninho – funcionário da Vale*, a classificação *fórmulas familiares*, na qual se poderiam incluir também os sobrenomes Neto, Filho, Sobrinho. Observa-se que o nome *Juninho* foi considerado um hipocorístico porque o sobrenome Júnior está no diminutivo. Ainda nos referindo à tipologia proposta pela autora, caberia indagar, tendo em vista as definições dos termos *apelido* e *hipocorístico* adotadas pela autora, se os nomes próprios *Agostinho* (cf. CAMILO, 2012, FIGURA 19, p. 82) e *Agostinha* (cf. CAMILO, 2012, FIGURA 22, p. 83) sendo cartoriais poderiam ainda figurar como apelidos hipocorísticos masculinos e femininos respectivamente, uma vez que a autora considera os hipocorísticos como um tipo de apelido. Registra-se que, na amostra, 1,02% de ocorrência de nome próprio que foi considerado *apelido masculino hipocorístico* e 20,24% de nomes próprios que foram considerados como *apelidos femininos hipocorísticos*. Essa porcentagem interfere significativamente no resultado

apresentado pela autora: 74,34% das ocorrências são de apelidos hipocorísticos femininos, e 42,8% são de apelidos masculinos hipocorísticos, uma vez que a porcentagem de uso de apelidos hipocorísticos femininos passaria a ser 54,1%, portanto a diferença de uso de apelidos hipocorísticos entre homens e mulheres cairia de 32,26 para 11,3%. Com essa diferença, a hipótese de que o uso maior de hipocorísticos seria observado no gênero feminino continuaria a ser confirmada. Porém, a afirmativa de que “Os homens vencem em disparada no campo da onomástica quando a questão é o uso de apelidos não-hipocorísticos” teria que ser reformulada.

No nosso entendimento, os dois trabalhos analisados reforçam o que afirmamos anteriormente sobre o fato de a classificação ser considerada uma estratégia metodológica importante, porém, quando se lida com classificação dos antropônimos, as assistemáticas existentes e as diferenças sutis entre os termos classificados poderão representar dificuldades quando o objetivo é analisar as diferentes categorias.

CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo estudar o uso das formas de referência a pessoas no português brasileiro falado. Partindo da hipótese de que as escolhas feitas pelos falantes eram condicionadas por fatores linguísticos e sociais, foi formado um *corpus* constituído de 24 entrevistas com moradores de duas áreas geográficas distintas e índices de população e desenvolvimento humano diversos: o distrito Aparecida do Mundo Novo (MG), e Belo Horizonte (MG), região escolhida para que pudéssemos fazer um estudo comparativo com a comunidade pesquisada, já que o Estado de Minas Gerais possui diferentes áreas dialetais, e Belo Horizonte constitui uma metrópole que atrai e recebe pessoas de diferentes regiões. Para a análise, foram identificadas duas variantes: (1) o nome oficial, e (2) outros antropônimos, estes representados por outras denominações diferentes do nome oficial. Foram selecionadas as ocorrências em que a referência é indireta, isto é, a pessoa referida não é o entrevistado. Mais exatamente, quando as formas de nomear são usadas para fazer menção a uma terceira pessoa. A metodologia de tratamento dos dados foi a Teoria da Variação integrada à análise das redes de relações sociais dos informantes.

A tese foi desenvolvida em quatro capítulos. No capítulo 1, tratamos das formas de referência a pessoas, abordando a questão da referência e do processo de referência; da conceituação do nome próprio, e dos nomes próprios de pessoas como formas de referência. Em seguida, apresentamos três hipóteses tipológicas para essas formas.

No segundo capítulo, apresentamos o percurso histórico dos nomes de pessoa. Traçamos um panorama sobre a formação e evolução dos nomes de pessoa em Portugal; tratamos das alcunhas e dos apelidos, verificando as contribuições de estudos antropológicos na identificação dos componentes do nome oficial.

No terceiro capítulo, apresentamos o referencial teórico-metodológico que norteou a pesquisa; abordamos aspectos envolvidos na Teoria da Variação, ressaltando a dimensão histórica na Teoria da Variação, tendo como foco o Princípio Uniformitário; apresentamos a composição da amostra; traçamos um breve panorama histórico-geográfico das regiões da coleta dos dados; explicamos como foi feita a coleta dos dados; explicitamos o suporte quantitativo; apresentamos a variável dependente, as variáveis internas e externas, bem como os motivos pelos quais essas variáveis foram selecionadas. Explicamos como foi feita a codificação dos dados, e,

por fim, em que consiste o método de análise de Redes Sociais.

No capítulo 4, tratamos da análise dos dados. Inicialmente apresentamos os resultados da análise quantitativa do *corpus* global. Nessa rodada, foram selecionados como estatisticamente relevantes pelo programa *Goldvarb* os fatores linguísticos: estrutura interna do sintagma nominal e o fator tipo de elemento linguístico à esquerda do nome individual.

Em relação ao fator estrutura interna do sintagma nominal, os pesos relativos, tendo em vista a variante [outros antropônimos] foram: o elemento linguístico à direita do nome individual é o sobrenome (.58); sem elemento linguístico à direita do nome individual (.42) e ‘outros’, reunindo alcunhas e apelidos, (.92). Já em relação ao fator tipo de elemento linguístico à esquerda do nome individual, os pesos relativos, tendo em vista a variante [outros antropônimos] foram: sem elemento à esquerda (.50), com determinante (.40), com marca de cortesia (.44), com marca de parentesco (.70).

Quanto aos fatores extralinguísticos, foram selecionados pelo programa *Goldvarb*: o fator gênero e o fator origem geográfica do falante. Em relação ao fator gênero, os pesos relativos, tendo em vista a variante [outros antropônimos], foram: gênero masculino (.40) e feminino (.56). E, em relação ao fator origem geográfica do falante, os pesos relativos tendo em vista a variante [outros antropônimos] foram: Belo Horizonte (.24) e Aparecida do Mundo Novo (.52). Para explicar essa diferença entre BH e AMN foi feita a análise de redes. Dois fatores foram analisados nessa análise: os tipos de vínculos sociais entre os informantes e o grau de densidade e multiplexidade das redes de relacionamento social das comunidades.

Tendo em vista os tipos de vínculos sociais existentes entre os falantes de Aparecida do Mundo Novo, constatou-se um alto grau de densidade e *multiplexidade* em suas redes de relacionamentos sociais, características encontradas em pequenas comunidades, que apresentam “tessitura miúda” (BARNES, 1954), e são consideradas “sociedades sólidas” (BAUMAN, 2001), mais “tradicionais e fechadas” (MILROY, 1980).

Já em Belo Horizonte, verificam-se frouxidão e *uniplexidade* em suas redes de relacionamentos sociais. Considerada uma “comunidade de massa”, com “grupos sociais mais abertos”, apresenta “tessitura larga”, constituindo-se uma “sociedade líquida”.

Os dados quantitativos que se seguiram foram analisados tendo em vista os perfis das duas comunidades, que foram tomadas para análise separadamente.

Os resultados mostram que, em Aparecida do Mundo Novo, é mais frequente o uso dos

nomes morfológicamente modificados, já em Belo Horizonte, é mais frequente o uso de nomes sem modificações. Identificadas e tipificadas as interações entre os informantes das amostras, atribuem-se os resultados ao grau de densidade das redes de cada comunidade analisada. A correlação tipo de referenciação escolhida e densidade de redes é também encontrada em comunidades portuguesas em outros momentos de tempo. A pesquisa diacrônica nos permitiu verificar que um mesmo processo se repete através dos anos. O estudo proporcionou evidências a favor da atuação do Princípio Uniformitário.

Através do nosso estudo, foi possível verificar que, na fala dos moradores de Aparecida do Mundo Novo, a referenciação a pessoas é feita predominantemente por outros antropônimos diferentes do nome oficial, sendo que o elemento linguístico predominante é o ‘parentesco’, com estrutura [SP] representando um patronímico, um matronímico ou formas feitas por analogia. Já em Belo Horizonte, o elemento linguístico predominante é o sobrenome oficial com a estrutura [SN].

A análise também mostra que, em Aparecida do Mundo Novo, os dois fatores sociais selecionados para a análise não se mostraram relevantes. Ou seja, o gênero e a faixa etária não são os fatores sociais que influenciam na variação de uso das formas de referenciação a pessoas nessa comunidade.

Verificou-se ainda que os falantes de Aparecida do Mundo Novo alteram mais os nomes próprios que os falantes de Belo Horizonte, quer seja por truncamento, quer seja por sufixação. Essa alteração está ligada à rejeição da comunidade à ausência de significado sentimental ou simbólico dos nomes e dos sobrenomes oficiais. E essa rejeição, por sua vez, está ligada ao tipo de rede de relacionamentos sociais existente nessa comunidade.

Tendo em vista os elementos linguísticos que compõem as estruturas [SP] e [SN] na variante [outros antropônimos], em Aparecida do Mundo Novo, conforme mostramos anteriormente (estruturas A-D), verificamos que obedecem, na fala popular atual, aos mesmos parâmetros observados ao longo do tempo, ou seja, o esquema diacrônico é NOME INDIVIDUAL + [APELIDO E/OU ALCUNHA], e esse nome individual pode ser pleno ou truncado, acompanhado de apelido ou alcunha. A frequência de apelido (nome de pessoa pai/mãe/parente ou outro) é maior, representando (85%) de ocorrências. Já com nome individual + apelido (João de Zilda ou Zé de Zilda): 5%; com nome individual + alcunha (origem: *Luci do Degredo*): 5%; com nome individual + alcunha (aspecto físico: *Zé Quati*) 5%.

Assim, a análise que fizemos nos permitiu verificar que grande parte dos ‘outros antropônimos’ é representada por alcunhas que funcionam, de forma eficaz, como sobrenomes não oficiais, o que nos remete ao percurso de formação dos sobrenomes no passado, que começa numa instância individual até chegar a uma instância coletiva. Isto é, inicia-se pela alcunha e chega ao sobrenome oficial ou não oficial. O que queremos dizer é que o processo de formação dos sobrenomes não oficiais, hoje, dá-se de maneira semelhante ao passado, ou seja, inicia-se com a denominação alcunha e passa a ser usado como um sobrenome não oficial (alcunha>sobrenome oficial ou não oficial). Em Aparecida do Mundo Novo, mesmo com a existência dos sobrenomes oficiais, o uso das alcunhas é que predomina para a referência. Sendo assim, chegamos à conclusão de que o uso predominante dessas formas de referência em AMN constitui evidência a favor da atuação do Princípio Uniformitário.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Vanderci de Andrade. (Org.). *A geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Ed. da UEL, 1998.

ALVES, Ana Paula Mendes. *Um estudo sociolinguístico da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens moradores de Barra Longa/ MG que residem em Belo Horizonte*. 2008. 155 f. Dissertação (Mestrado em estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ALVES FILHO, I. *Brasil: 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. *A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu*. 2003. 233 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

_____. Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro. *Revista Alfa*, São Paulo, v. 5, n. 1. p. 63-82, 2011. Disponível em: <seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4168/0>. Acesso em: 22 out. 2012.

_____. A importância do fator intimidade na variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 1, p. 1-10, 2007.

_____. *Nomes próprios: análise de antropônimos do espanhol escrito*. 2008. 195 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ARAÚJO, I. L. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola, 2004.

BAUMAN, Sygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar. 258 p.

BENVENISTE, E. Natureza do signo linguístico [1939]. In: *PROBLEMAS de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes Editores, 2005.

- BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade*. 30. ed. Petrópolis:Vozes, 2009.
- BORGATTI, S. P.; EVERETT, M. G.; FREEMAN, L. C. Ucinet for windows. Software for Social Network. Analysis. Harvard: Analytic Technologies, 2002.
- BORGATTI, S. P. *NetDraw*: graph visualization software. Harvard: Analytic Technologies, 2002.
- BRANDES, Stanley. *Migration, kinship and community*: tradition and transition in a Spanish village. New York: Academic Press, 1975.
- BRANQUINHO, J., MURCHO, D. GOMES, N. *Enciclopédia de termos lógicos e filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BRASIL. Lei no 10406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2002/L10406.htm>>. Acesso em: 29 dez. 2009.
- BRITO, Cristina. *Hipocorístico*: um identificador ou apenas um trato carinhoso? 2003. Disponível em: <www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno06-09.html>. Acesso em: 20 nov. 2011.
- CABRAL, João de Pina. Outros nomes, histórias cruzadas: apresentando o debate. *Etnográfica* [Online], v. 12, n. 1, 2008, posto online no dia 19 jun 2012. Disponível em: <<http://etnografica.revues.org/1589> ; DOI : 10.4000/etnografica.1589>. Acesso em: 12 out. 2012.
- CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre*: uma dinastia de pioneiros. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. 251 p. (Documentos brasileiros, 22).
- CALLOU, Dinah; MORAES, J.; LEITE, Y. Apagamento do R final no dialeto carioca: um estudo em tempo aparente e em tempo real. *D.E.L.T.A.*, v. 14, n. esp., p. 61-72, 1998.
- CALLOU, Dinah; SILVA; Giselle M. e.O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Dermeval da (Org.). *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa-PB, 1997. p. 11-27.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 262 p.

CÂMARA JR, J. Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa*. 20 ed. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 43, 57, 167, 220.

CAMILO, E. M. S. *Estudo da onomástica em anúncios fúnebres impressos das cidades de Ouro Preto e Mariana-MG*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto, 2012.

CARDOSO, José Maria Alves. *A região norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Economia, Recife, 1996 *apud* PAMPONET, Greice da Silva. *Norte de Minas Gerais: as primícias do povoamento (séculos XVI e XVII)*. 2004. Monografia – Centro de Ciências Humanas, UNIMONTES, Montes Claros, MG, 2004.

CAVALCANTE, M. M. *Referenciação sobre coisas ditas e não ditas*. 2011. [No prelo].

CEDERGREN, H. J.; SANKOFF, D. *Variable rules: performance as a statistical reflexion of competence*. *Language*, v. 50, n. 2, 1974.

CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic theory: linguistic variation and its social significance*. Oxford: Blackwell, 1995. 284 p.

CHAVES, Edneila Rodrigues. *O sertão de Rio Pardo: sociedade, cultura material e justiça nas Minas oitocentistas*. 2004. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

_____. Território das Minas na colonização portuguesa: contato entre culturas e ocupação. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. *História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos: anais eletrônicos*. São Leopoldo, RS: ANPUH, 2007. p. 8.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 839 p.

DAUZAT, Albert. *Les noms de personnes*. Paris: Librairie Delagrave, 1946. 214 p.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

DUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de linguística*. Traduzido por BARROS, Frederico P. *et al.* 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth. (Ed.). *Le prénom, mode et histoire: les entretiens de Malher*, 1980. Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, 1984. 398 p. (Family & Relationships).

FERNÁNDEZ LEBORANS, María Jesús. El nombre propio. In: BOSQUE MUÑOZ, Ignacio; DEMONTE BARRETO, Violeta (Dir.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999. v. 1: Sintaxis básica de las clases de palabras, p. 77-128.

FERNANDEZ OXEA, J. Ramos Y. Mil y pico de apodos orensanos. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, v. 27, n. 3/7, p. 345-369. 1971.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: LÓGICA e filosofia da linguagem. Trad.: Paulo Alcoforado. São Paulo: Cutrix, 1978 [1892].

GONÇALVES, Iria. Amostra de antroponímia alentejana do século XV. In: IMAGENS do mundo medieval; Lisboa; Livros Horizonte; 1988; p. 69-104.

GUERRA, Vânia Maria Lescano. *Um estudo do aspecto da oralidade no discurso literário*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 19., 2004, Maceió. GT Descrição do português, Maceió, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo. O nome próprio de pessoa. In: __. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

HARRIS, Mark. Uma história de nomes: a alcunha, o primeiro nome e o apelido no Pará, norte do Brasil. *Etnográfica* [Online], v. 12, n. 1, p. 215-235, 2008, posto online no dia 20 Junho 2012. Disponível em: <<http://etnografica.revues.org/1672> ; DOI : 10.4000/etnografica.1672>. Acesso em: 1 fev. 2013.

HENRIQUES, S. M. O conceito de nome próprio: uma questão linguístico-filosófica. *Anais do*

SIELP. v. 2, n. 1, Uberlândia, EDUFU, 2012.

HORA, Dermeval. Teoria da variação: trajetória de uma proposta. In: _____. *Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade*. João Pessoa: Pallotti, 2004. p. 20.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Cidades*. Disponível em: <<http://www.ibg.gov.br/cidades/default.php>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-31.

KOURY, M. G. P. Pertença e controle social: o uso de apelidos entre os deltas. *Revista de Antropologia Experimental*, n. 4, Universidad de Jaén (Espanha), 2004.

LABOV, William. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Org.). *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam: J. Benjamins, 1982. p. 17-92.

_____. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. *Language Variation and Change*, v. 2, 1990.

_____. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell, 1994. 572 p.

_____. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972. 344 p.

_____. The study of language in its social context. In: PRIDE, J.; HOLMES, J. (Ed.). *Sociolinguistics: selected readings*. New York: Penguin, 1972.

LAROUSSE cultural: dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Universo, 1992.

LEBEL, P. *Les noms de personnes*. Paris: PUF, 1981. (Que Sai-Je ?, 235).

_____. *Les noms de personnes de France*. 5e. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1962. p. 61.

LEME, Pedro Taques de Almeida Pais de. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica* (ed. de Afonso de E. Taunay), 3 ed., São Paulo, 3 tomos, 1952-1953.

LUQUE BAENA, Enrique. *Estudio antropológico social de un pueblo del sur*. Madrid: Tecnos, 1974.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. São Paulo: Arsenal, 2001.

MATA-MACHADO, Bernardo Noavais da. *História do sertão noroeste de Minas Gerais (1690-1930)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. 168 p.

MENDES, Andréia Almeida. *A ausência ou a presença de artigo definido diante de nomes próprios na fala dos moradores da zona rural de Abre Campo e Matipó – MG*. 2008. 188 f. Dissertação (Mestrado em estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MENDES, Soélis Teixeira do Prado. *A ausência de artigo definido diante de nomes próprios no português mineiro da comunidade de Barra Longa: um caso de retenção?* 2000. 204 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

MILNER, Jean-Claude. Reflexões sobre a referência e a correferência. In: CAVALCANTE, Mônica M.; RODRIGUES, Bernadete B.; CIULLA, Alena. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 85-126.

MILROY, Lesley. *Language and social networks*. Oxford: Blackwell, 1980.

MILROY, J.; MILROY, L. Varieties and variation. In: COULMAS, F. (Org), 1997. p. 47-64.

MOISÉS, Juliana de Assis. *O “lugar” do artigo no discurso: considerações sobre o uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte*. 1995. 155 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

MOLINA, J. L. El estudio de las redes personales: contribuciones, métodos y perspectivas. *Empiria*, v. 10, p. 71-106, jul.-dec. 2005.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

MONDADA, Lorenza. *A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica*. 2001 *apud* KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-31.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTEIRO, José Lemos. Processos de formação de hipocorísticos. *Revista da Academia Cearense de Língua Portuguesa*. Fortaleza, 1983.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Monteiro. Os nomes de família em Portugal: uma breve perspectiva histórica. *Etnográfica*, v. 12, n. 1, p. 45-58, 2008.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. v 3. 480 p.

NARO, Antony Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, Cecília; CIPRIANO, Maria Luiza Braga (Org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-25.

NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958 e 1951. v. 1-2 *apud* AGUILERA, Vanderci de Andrade. (Org.). *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Ed. da UEL, 1998.

OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. *The meaning of meaning*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1923.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da área mineira da SUDENE. In: _____; RODRIGUES, L. (Org.). *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros, MG: Unimontes: 2000. p. 20-29.

OLOF, Brattö, *Studi de Antroponima Fiorentina*, Gotemburgo: Elanders Boktryckeri Aktiebolag, 1953. p. 41.

PEREIRA, Anete Marília; SOARES, Beatriz Ribeiro. Montes Claros e sua região: novas espacialidades, velhos problemas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. *Anais ...* São Paulo: USP. Departamento de Geografia, 2005.

PEREIRA, F. F. A. *Apelidos em Cláudio*. 1996. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras - Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2011.

PINA-CABRAL, João de. Outros nomes, histórias cruzadas: apresentando o debate. *Etnográfica* [Online], v. 12, n. 1, 2008, posto online no dia 19 Junho 2012. Disponível em: <<http://etnografica.revues.org/1589> ; DOI : 10.4000/etnografica.1589>. Acesso em: 12 out. 2012.

PINTZUK, Suzan. *VARBRUL programs*. Michigan: University of Michigan, 1988.

PITT-RIVERS, J. A. *Los hombres de la sierra*. Barcelona: Grijalbo, 1971.

PRETI, Dino (Org.). *Análise de textos orais*. 5. ed. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 11-12. Apresentação. (Projetos paralelos, 1).

POLANAH, Luís. O estudo antropológico das alcunhas. *Revista Lusitana*, Nova Série. v. 7, 1986, p. 125-145.

RAMOS, Francisco Martins. *Antropologia das Alcinhas Alentejanas: a engenharia do simbólico Alcinhas Alentejanas*. Évora: Departamento de Sociologia. Universidade de Évora, 1985.

RAMOS, Francisco Martins. *Alcinhas Alentejanas*. Lisboa: Colibri, 2003. 608 p.

RAMOS, Jânia M. *Corpus do dialeto mineiro: textos orais; textos escritos dos séculos XVIII, XIX e XX*. Belo Horizonte, UFMG/FAPEMIG/CNPq/ Núcleo de Pesquisa em Variação Lingüística, 2007. (versão eletrônica).

ROBINSON, John; LAWRENCE, Helen; TAGLIAMONTE, Sali. *GoldVarb 2001: a multivariate analysis application for Windows*. Disponível em: <<http://www.york.ac.uk/depts/lang/webstuff/goldvarb>>. Acesso em: 20 set. 2010.

ROUSSEAU, P.; SANKOFF, D. Advances in variables rule methodology. In: SANKOFF, D. (Ed.). *Linguistic variation: models and methods*. New York: Academic Press, 1978. p. 57-69.

ROWLAND R. Práticas de nomeação em Portugal durante a Época Moderna: ensaio de aproximação. *Etnográfica* [Online], v. 12, n. 1, 2008, posto online no dia 19 Junho 2012.

Disponível em: <<http://etnografica.revues.org/1590> ; DOI : 10.4000/etnografica.1590>. Acesso em: 13 out. 2012.

SANKOFF, David. Variable rules. In: AMMON, Ulrich; DITTMAR, Norbert; MATTEIR, Klaus J. (Ed.). *Sociolinguistics: an international handbook of the science of language and society*. New York: Walter de Gruyter, 1988.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1979.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Análise quantitativa tópicos de interpretação do VARBRUL. In: MOLLICA, Cecília; CIPRIANO, Maria Luiza Braga (Org.). *Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 168.

SCHUTZ, A. *Fenomenologia do Mundo Social: Introduccion a la Sociologia Comprensiva*. Buenos Aires: Paidós, 1972. 279 p.

SEABRA, M. C. T. C. de. *Referência e onomástica*. Belo Horizonte:UFMG, 2000. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf, acesso em 06.02.2010>. Acesso em: 6 out. 2012.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Uso de antropônimos como elementos coesivos. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 23-35, jul./dez., 2008.

SILVA, L. A. Cortesia e formas de tratamento. In PRETI, Dino (Org.). *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 157 – 192.

_____. Tratamentos familiares e referenciação dos papéis sociais. IN: PRETI, Dino (Org.). *Léxico na língua oral e escrita*. São Paulo, Humanitas, 2003.

SILVA CORVALÁN, Carmen. *Sociolingüística: teoria y análisis*. México: Alambra Universidad, 1989.

SIMMEL, G. *Philosophie de la Modernité*. Paris : Payot, 1989.

SOARES, Flávia Aparecida. O processo de referenciação em “uma festa de cultura”: uma forma de inter-ação entre leitor e produtor do texto. Web - Revista SOCIODIAETO, Campo Grande, v. 1, n. 6, fev. 2012. Disponível em: <<http://www.sociodiaeto.com.br/edicoes/11/07022012124233.pdf>>. Acesso em: out. 2012.

STRAWSON, P. F. Escritos lógico-lingüísticos. In: Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1980.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997. 96 p. (Princípios, 9).

TEIXEIRA, José. Metonímias e metáforas no processo de referência por alcunhas do Norte de Portugal. *Diacrítica Série Ciências da Linguagem*, Universidade do Minho, Braga, n. 21/1, p. 207-239; 2007.

ULLMANN, S. *The principles of semantics*. Glasgow: Jackson & Oxford Blackwell, 1957.

VASCONCELOS, José Leite de. *Antroponímia portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, e vida do conjunto dos nomes próprios, e apelidos, usados por nós desde a Idade Média até hoje*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

_____. *Opusculos..* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931. v. 3 Onomatologia, 692 p.

VIANA, Abel. *Linguagem popular do Alto-Minho: apontamentos*. Viana do Castelo: Notícias de Viana, 1932.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Yakov (Ed.). *Directions for historical linguistics: a symposium*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 95-195.

WELLMAN, B. An electronic group is virtually a social network. In: KIESLER, S. *Culture of the Internet*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1997. p. 179-205.

_____. For a social network analysis of computer networks: a sociological perspective on collaborative work and virtual community. In: *Proceedings of SIGCPR/SIGMIS*. Denver, CO: ACM Press, 1-11, 1996.

WIKIPIDIA *Free Encyclopedia*. [2007]. Disponível em: <<http://www.wikipedia.org/wiki/wikipedia>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

WOLFRAM, Walt; FASOLD, Ralph W. *The study of social dialects in american English*. New Jersey: Prentice-Hall, 1974 *apud* HORA, Dermeval. Teoria da variação: trajetória de uma proposta. In: _____. *Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade*. João Pessoa: Pallotti, 2004. p. 20.

ZÁGARI, Mário Roberto. Os falares mineiros: esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). *A geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Ed. da UEL, 1998. p. 31-55.

APÊNDICE A - FICHA SOCIAL

INFORMANTE N.º :

ENTREVISTADOR:

ENTREVISTADO (A):

DATA DA ENTREVISTA:

LOCAL DA ENTREVISTA: Centro da cidade de Montes Claros

SEXO:

IDADE:

NATURALIDADE:

NÍVEL DE ESCOLARIDADE:

PROFISSÃO:

ESTADO CIVIL:

RENDA FAMILIAR: () DE 2 A 4 SALÁRIOS MÍNIMOS () ACIMA DE 4 SALÁRIOS

QUANTAS PESSOAS COMPÕEM A FAMÍLIA:

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO

Dou o meu consentimento para que a gravação da minha fala seja utilizada na pesquisa sociolinguística:
Formas de Referenciação a pessoas: Uma abordagem variacionista, desenvolvida por Maria Alice Mota.

Local: _____

Data: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE C - FICHA PARA ANOTAÇÕES DE CAMPO

Em relação a cada informante, teremos que saber com quem interage e que tipo de relações mantém na comunidade de Aparecida do Mundo Novo-MG. Devemos saber também quem, entre esses falantes, tem papel centralizador, ou seja, aquele(s) falante(s) com quem todos ou um número grande de falantes interagem; e se na comunidade há falante ou falantes que pode(m) ser considerados intermediador(es), ou seja, aquele(s) que serve(m) de ponte de comunicação entre os outros falantes. Abaixo estão os tipos de relações a serem consideradas para preenchimento do quadro.

Grau de interações sociais entre os falantes

1. Marido/mulher
2. Pais/filhos
3. Irmãos
4. Tios/sobrinhos/primos/cunhados
5. Amigo íntimo
6. Vizinho íntimo
7. Colega de associação com interação
8. Colega de trabalho com interação
9. Amigo não íntimo
10. Vizinho não íntimo
11. Colega de trabalho sem interação

APÊNDICE D – QUADRO GRAU DE INTERAÇÕES ENTRE OS FALANTES – ANOTAÇÕES DE CAMPO

Quadro 9 – Grau de interações sociais entre os falantes

FALANTES	INTERAÇÕES
1-WGF 2-CDSG 3-CCSM 4-RMO 5-ASB 6-VCP 7-MMRB 8- HASB 9-EFRP 10-EGP 11-MGP 12-PS	INTERAGE COM QUEM?(coloque o número do falante) QUE TIPO DE RELAÇÃO?(pai, mãe, irmão, irmã, tio, sobrinho, cunhado, cunhada, amigo, colega de trabalho, etc).
CENTRALIZADOR(ES) falante que exerce um papel claramente central ao estar altamente conectado à comunidade.	
INTERMEDIADOR(ES) Falante(s) que tem a capacidade de intermediar comunicações entre pares. São os falantes-ponte.	
PROXIMIDADE Falante(s) que interage(m) proximamente com todos os outros falantes da comunidade.	
CONTATO COM OUTRAS REGIÕES Informantes que têm contato frequente com Montes Claros ou Outra região Informantes que nunca saíram de Aparecida	

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

APÊNDICE E - FOTOS DA CIDADE DE APARECIDA DO MUNDO NOVO - MG

Foto 1- Igreja Matriz de Nossa Senhora Aparecida em Aparecida do Mundo Novo - MG



Fonte: Da autora, 2013.

Foto 2- Rua da comunidade de Aparecida do Mundo Novo - MG



Fonte: Da autora, 2013.

Foto 3- Moradias da comunidade de Aparecida do Mundo Novo - MG



Fonte: Da autora, 2013.

Foto 4 - Bairro da comunidade de Aparecida do Mundo Novo - MG



Fonte: Da autora, 2013.

Foto 5 - Tropeiros de Aparecida do Mundo Novo. - MG



Fonte: Da autora, 2013.

ANEXO A - NORMAS DE TRANSCRIÇÃO DE TEXTO FALADO*

Quadro 10 – Normas de transcrição de texto falado

Tipo de fenômeno	Sinal gráfico	Exemplos
1. pausas e interrupções		
pausa curta	+	
pausa longa	----	
2. dúvida quanto à palavra	< >	
3. cruzamento de vozes	sublinhar	
4. pergunta	?	
5. exclamação	!	
6. final de enunciado	.	
7. alongamento de vogal	::	Co::mo gostava
8. silabação	Hífen	Ca-mi-nha-da
9. repetições	Duplicar letras ou sílabas repetidas	E ele foi para a casa de de Carlos
10. palavra incompleta	[]	Ele comprou um [carr] uma bicicleta
11. comentários do transcritor	()	Ele gosta de mim (risos)
12. palavra ou trecho ininteligível	{ }	Maria queria comprar {inint }
13. Manter os apagamentos	0	me0mo (mesmo sem s)
14. Ausência de concordância	0	As casa0 bonita0 Eles brinca0 Eles cantaru
15. Manter itens que fazem parte da fala coloquial		aí, num, cum, invés, ni etc.
16. Manter segmentos epentéticos		Luys, fays, cawso, avoar
17. Manter apagamentos de sílaba		tava, tá,

FONTE: Projeto NURC (PRETI, 2001)